



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**A ATUAÇÃO DO INSTITUTO PENÍNSULA NA PANDEMIA ATRAVÉS
DA CONSTRUÇÃO DO “PROFESSOR EFICAZ”**

RAPHAEL MOTA FERNANDES

Sob a Orientação do Professor
Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Agosto de 2023

F363 a Fernandes, Raphael Mota , 1985-
 A atuação do Instituto Península na pandemia através
da construção do "professor eficaz" / Raphael Mota
Fernandes. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.
 132 f.: il.

 Orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2023.

 1. Formação de Professores. 2. Instituto Península.
3. OCDE. I. Lamosa, Rodrigo de Azevedo Cruz, 1981-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 1128 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.067177/2023-13

Seropédica-RJ, 04 de outubro de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

RAPHAEL MOTA FERNANDES

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/08/2023

Membros da banca:

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

EDUARDO DA COSTA PINTO D'AVILA. Dr. IFRJ (Examinador Externo à Instituição).

MARCO VINÍCIUS MOREIRA LAMARÃO. Dr. IFF (Examinador Externo à Instituição).

REGIS EDUARDO COELHO A. DA COSTA. Dr. UFF (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 09/10/2023 13:35)
RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1941477

(Assinado digitalmente em 08/01/2024 12:13)
MARCO VINÍCIUS MOREIRA LAMARÃO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 072.004.577-01

(Assinado digitalmente em 02/01/2024 14:17)
EDUARDO DA COSTA PINTO D'AVILA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 106.310.477-78

(Assinado digitalmente em 09/10/2023 10:11)
REGIS EDUARDO COELHO ARGUELLES DA COSTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 028.936.127-33

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1128**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **04/10/2023** e o
código de verificação: **95046351be**

AGRADECIMENTOS

Nenhuma pesquisa pode ser feita sem a contribuição dos pares do pesquisador. A ciência, principalmente a referenciada nas lutas, é uma das ações humanas mais significativas, e por isso ela não poderia deixar de ter uma das principais características do ser humano: a coletividade. Neste sentido, de forma muito afetuosa, começo agradecendo aos meus colegas do Laboratório de Investigações em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ), que em todas as oportunidades, de forma direta ou indireta, contribuíram para que esta pesquisa saísse do papel e, principalmente, - participaram afetiva e efetivamente do meu desenvolvimento como pesquisador. Para além de dividirem materiais, ombros e abraços para os lamentos, foram fundamentais para que eu avançasse na superação das infinitas dúvidas teóricas. Sem os nossos grupos de estudos e debates coletivos não conseguiria caminhar pelos difíceis e tortuosos caminhos dos estudos dos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci.

A Livia e Lais, minhas companheiras de sofrimento, muito obrigado por dividir os piores momentos comigo. Sem o companheirismo de vocês duas, seria mil vezes mais difícil! Espero ter a sorte de encontrar pessoas como vocês nas próximas etapas da vida acadêmica. E não se preocupem pois chegaremos lá!

Demorei muitos anos para decidir entrar no mestrado pois um somatório de questões que me afastaram da academia, inclusive uma “autossabotagem” que me acompanhou por anos no mundo acadêmico. Contudo o incentivo de vários amigos foi fundamental, alguns deles batalharam por anos! Muito obrigado pelo apoio e por acreditar em mim Rebeca Natasha, Luciano Barbosa, Amanda Rodrigues (que ainda me indicou o objeto), Rodrigo Lamosa e em especial, Marília, que todo dia me empurrava.

Preciso reservar um parágrafo a parte para a minha companheira Marília, Estamos juntos há onze anos e todos os dias ela tem me “puxado” e me estimulado a superar as barreiras criadas por mim, sem ela eu nunca conseguiria enxergar que estas dificuldades e impedimentos eram limitações que eu mesmo criava. Obrigado por caminhar comigo e ser a minha companheira de vida.

Aos meus familiares, principalmente meus pais, muito obrigado por me proporcionarem de alguma forma a melhor educação que vocês poderiam me oferecer. Criar duas crianças nos subúrbios (e não era nos melhores dias destes subúrbios) com todas as dificuldades sociais e econômicas não é fácil. Mas fiquem tranquilos porque deu certo! Obrigado.

Por fim, durante esta pesquisa aconteceu a coisa mais incrível da vida de um ser humano, o nascimento de um filho, no caso, da Laila. Esse turbilhão de emoções vivido durante a gestação, nascimento e agora nestes cinco meses dela afetou a pesquisa de algum modo. No mínimo um pouco de atraso ela provocou, já que era impossível não me perder pensando em tudo que mudaria, em como resolveríamos tantas questões para ela viver bem. Mas também tem muito dela aqui neste trabalho, ou melhor, tem muito trabalho por ela aqui nessa pesquisa. Até porque como marxistas pesquisamos para mudar o mundo para melhor de alguma forma. Então Lala, um dia quando você ler isso aqui lembre-se que foi por você também, meu amor.

RESUMO

FERNANDES, Raphael Mota. **A atuação do Instituto Península na pandemia através da construção do “professor eficaz”**. 2023. 132p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

A pandemia de COVID-19 provocou um cenário de desolação na educação, contudo mesmo com os graves impactos no processo de ensino aprendizagem e nos traumas psicológicos em toda a comunidade escolar provocados pelo caos social gerado pelo vírus, houve um setor da classe dominante que viu uma janela de oportunidade para aprofundar a sua atuação dentro do sistema educacional entre eles o Instituto Península (IP), braço social da família Diniz (fundadores do Grupo Pão de Açúcar e da Península Participações). Este trabalho se debruçou sobre a intervenção na educação do IP durante a pandemia de COVID-19, focando na reprodução da cartilha da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a formação docente, ou seja, na construção do “professor eficaz”. A investigação se deu a partir de uma pesquisa documental, associada a utilização dos instrumentos teóricos gramscianos, e também nos estudos de Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos e Lúcia Maria Wanderley Neves. Foi analisado a aplicação do programa da OCDE através das pesquisas e notas técnicas produzidas pelo IP durante a pandemia, além dos cursos de extensão e parcerias do Vivescer e na graduação de pedagogia do Instituto Singularidade, ambas organizações do Grupo Península. De modo que fosse apontado o porquê desta defesa de um novo modelo de formação docente e de educador, a conquista deste profissional para a manutenção da hegemonia da classe dominante.

Palavras chaves: Formação de Professores, Instituto Península, OCDE.

ABSTRACT

FERNANDES, Raphael Mota. **Diniz's apparatus: the role of Instituto Península in the period of the COVID-19 pandemic.** 2023. 132p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

The COVID-19 pandemic caused a scenario of desolation in education, however, even with the serious impacts on the teaching-learning process and the psychological traumas throughout the school community caused by the social chaos generated by the virus, there was a sector of the ruling class that saw a window of opportunity to deepen its activities within the educational system, including Instituto Península (IP), the social arm of the Diniz family (founders of Grupo Pão de Açúcar and Península Participações). This work focused on intervention in IP education during the COVID-19 pandemic, focusing on the reproduction of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) booklet for teacher training, that is, on building the “effective teacher” . The investigation was based on documentary research, associated with the use of Gramscian theoretical instruments, and also on the studies of Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos and Lúcia Maria Wanderley Neves. The application of the OECD program was analyzed through the research and technical notes produced by the IP during the pandemic, in addition to the extension courses and partnerships of Vivescer and the pedagogy graduation of the Singularidade Institute, both organizations of the Península Group. So that the reason for this defense of a new model of teacher and educator training, the conquest of this professional for the maintenance of the hegemonic of the ruling class, could be pointed out.

Keywords: Teacher Training, Península Institute, OECD.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Carga horária do curso de graduação em pedagogia do IS.....	109
Figura 02: Exemplos de cursos do IS	117
Figura 03: Cursos do Vivescer	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Pesquisas realizadas pelo Instituto Península entre março de 2020 e novembro de 2022.....	24
Tabela 02: Notas técnicas, artigos e divulgações realizadas pelo Instituto Península entre março de 2020 e novembro de 2022.....	24
Tabela 03: Quadro de horários do curso de graduação em pedagogia da UFRJ.....	110
Tabela 04: Quadro comparativo de disciplinas.....	111
Tabela 05: Componentes curriculares no curso de Pedagogia que possuem um modelo híbrido de aprendizagem.....	114

TABELAS DE SIGLAS

ABMES – Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior

ANEC – Associação Nacional de Educação Católica do Brasil

APH- Aparelho Privado de Hegemonia

ARENA – Aliança Renovadora Nacional BM – Banco Mundial

ATPA - Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

BH - Bloco Histórico

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONJUVE – Conselho nacional de Juventude

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

COVID – Corona Virus Disease

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EAD – Ensino à Distância

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIESP- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IP – Instituto Península

IPEC – Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica

IS – Instituto Singularidades

IES – Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIEPE – Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação

ME - Micro Empresas

NAR - Núcleo de Alto Rendimento Esportivo de São Paulo

NEM – Novo Ensino Médio

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment)

PNE – Plano Nacional de Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGEDUC - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

SEPE-RJ – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro

STF – Supremo Tribunal Federal

TALIS - Pesquisa Internacional sobre o Ensino e Aprendizagem (Teaching and Learning International Survey)

TIDIC – Tecnologia digitais da informação e comunicação

UDINE – União nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

UTI – Unidade de Tratamento Intensivo

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo I – Um debate com as ferramentas teórico-metodológicas	28
1.1 – Gramsci em conceitos.....	28
1.2 – Neoliberalismo à brasileira.....	39
1.3 – O Estado educador e a mercantilização do fazer pedagógico.....	48
 Capítulo II – A sociedade civil no Brasil e o surgimento do Instituto Península.....	 63
2.1 – Uma sociedade civil que se expande com limites.....	63
2.2 – Quem é quem no Instituto Península.....	72
2.3 – O IP e a sua produção intelectual durante a pandemia de COVID-19.....	80
 Capítulo III - A política de formação de professores da OCDE através do curso de pedagogia do Instituto Singularidades do Grupo Península.....	 88
3.1 – A importância da conquista dos educadores para o processo de hegemonia.....	88
3.2 - A proposta da OCDE para os cursos de formação de professores.....	98
3.3 - Uma comparação entre currículos – O Programa da OCDE para a educação na prática: as ações do IP via o Singularidades.....	108
3.3.1 – Uma Comparação entre currículos.....	108
3.3.2 A formação continuada oferecida pelo Grupo península.....	116
 Considerações Finais.....	 121
Referencias Bibliograficas.....	125

Introdução

Este trabalho se dedicou a investigar a atuação do Grupo Península e suas subsidiárias na implementação do modelo de formação docente defendido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no período da pandemia. Para isto utilizamos os instrumentos teórico-metodológico gramscianos nas análises das fontes. Estas por sua vez são um conjunto de documentos, notas técnicas, pesquisas e outras produções do grupo Península. Além disto, optamos por seguir dois caminhos onde analisamos a implementação desta formação na prática, a comparação entre currículos do curso de graduação de pedagogia da UFRJ e do Instituto Singularidade para verificar a extensão das disciplinas que se relacionam com algum tema da prática de ensino, e a verificação dos cursos de extensão realizados no período pandêmico pelo Vivescer e algumas prefeituras, demonstrando como essa relação é feita com os entes federativos.

A pandemia do COVID-19 que teve início no começo de 2020 atingiu todo o mundo de forma avassaladora. Rapidamente se instalou uma crise humanitária com abalos econômicos, sociais e psíquicos que não tinham sido vividos por esta geração. Os números da tragédia se acumulavam com milhares de mortes diárias em todo o planeta, empresas fecharam e o desemprego aumentou de forma significativa, principalmente nos países da periferia do capitalismo, como demonstrado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a partir do aumento da pobreza nestas regiões no primeiro ano da pandemia. (CEPAL,2020). A primeira reação da maioria dos países foi aplicar algum tipo de “*lockdown*”, interrompendo o funcionamento de todos os espaços de convivência e aglomeração, inclusive as escolas.

Inicialmente alguns países governados pela direita se colocaram a favor de uma “imunidade de rebanho” e não adotaram as medidas da Organização Mundial da Saúde. Este foi, por exemplo, o caso da Inglaterra, cujo primeiro ministro Boris Johnson, não implementou as medidas restritivas durante os primeiros meses da pandemia. Este posicionamento só mudou com a explosão de mortes de ingleses e com o adoecimento do próprio primeiro ministro. Mas, de modo geral, países dirigidos pela extrema direita se mantiveram na contramão do combate ao Coronavírus, como os Estados Unidos com Donald Trump, Turquia com Recep Tayyip Erdoğan e o Brasil com Jair Messias Bolsonaro. Na realidade eles trabalharam contra as medidas de “*lockdown*” e outras ações de combate à pandemia indicadas pela OMS. Com o

avanço da pandemia alguns destes governos recuaram nesta política, o que não ocorreu no Brasil.

Estes governos fomentaram o negacionismo a partir do compartilhamento em massa das chamadas “*Fake News*”¹ sobre a pandemia, como nos casos dos falsos tratamentos do “Kit Covid” e das diversas mentiras sobre as vacinas. No caso do Brasil, Bolsonaro utilizou a máquina pública para combater o “*lockdown*”, politizando o combate à pandemia em uma “cruzada” contra os governadores e o Supremo Tribunal Federal. A tática do bolsonarismo sempre foi a de polemizar e rivalizar contra um adversário, primeiro foi a esquerda e os comunistas, depois os governadores de oposição, posteriormente o STF; mas, em toda a pandemia, a ciência foi alvo dos seus ataques.

Além dessa politização aplicada pelo governo brasileiro, no nosso país, como nos demais Estados que estão na periferia do capitalismo, a crise pandêmica foi mais profunda, ocorrendo um agravamento dos problemas sociais e econômicos. Aqui no Brasil por exemplo, no início de 2022 o número de desempregados chegou a 13% da população, ou seja, 14,1 milhões de pessoas estão desempregadas ou na informalidade, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022². Ao mesmo tempo, milhares de pequenos negócios fecharam nos dois primeiros anos da pandemia, o que aumentou ainda mais a lista de desempregados.

O colapso na saúde foi fortemente sentido pela população brasileira nos anos de 2020 e 2021 quando vivemos os piores dias da pandemia no Brasil e as filas por vagas nas UTI cresciam a cada dia. Foi em janeiro de 2021 que vivenciamos a crise de oxigênio de Manaus que demonstrou como o negacionismo do governo Bolsonaro poderia ser fatal. Neste episódio o ministério da saúde aplicou sua política de uso de cloroquina e de buscar a imunidade de rebanho em vez de atender aos pedidos por oxigênio dos agentes governamentais de Manaus. O resultado foi um genocídio do povo da região e o desenvolvimento de uma nova cepa do COVID-19.

A educação também foi afetada pela pandemia, de forma global. A primeira reação também foi a adoção do “*lockdown*” com a suspensão das aulas presenciais e adoção do ensino remoto. Aqui no Brasil as escolas foram fechadas, o ano letivo foi interrompido ainda em 2020,

¹ As “Fake News” são promovidas em algum grau por um tipo de estrutura política que produz em massa uma série de notícias falsas, que geralmente trabalham com teorias da conspiração, problemas sociais e políticos, frustrações e todo o conjunto de emoções negativas que acabam alimentando o ódio em algum grau.

² Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=35504>>. Acessado em 10/12/2022.

só retomando ao presencial de forma parcial no final de 2021 e completamente em 2022, já com o advento da vacinação das crianças e adolescentes.

Não foram poucos os problemas gerados pela crise pandêmica neste setor, a pressão da evasão foi muito forte, gerando consequências que se perpetuarão por anos, mesmo após o retorno presencial. Por exemplo há estudos preliminares da Unicef em São Paulo que apontam um crescimento do número do trabalho infantil neste Estado no período da pandemia em 20%³. Apesar de não termos ainda nenhum estudo nacional, tudo indica que vamos ter um aumento nacional também, quebrando a tendência de diminuição do último período, que em 2019 chegou em 1,7 milhões de crianças trabalhando.

Deste modo as consequências da pandemia na educação foram para além do visível, da perda da qualidade do ensino e da queda dos diversos índices da educação, são mais profundas. Todos os alunos, professores, funcionários e responsáveis sofreram abalos psíquicos fruto do medo de pegar COVID-19, da tristeza pela perda de um parente, da necessidade de se adaptar às pressas a um novo formato de trabalho, da precarização provocada pelas aulas online, mas também pela dureza da necessidade da sobrevivência familiar que levou diversos alunos ao trabalho infantil.

Com a escalada da pandemia e com aulas presenciais interrompidas as redes de ensino pública e privadas foram optando por algum tipo de ensino remoto. No entanto, nenhuma ou quase nenhuma possuía algum planejamento e, principalmente infraestrutura capaz de proporcionar um ambiente virtual para alunos e professores. De fato, ninguém estava preparado para qualquer cenário pandêmico, não fazia parte do imaginário de nenhum governante ou gestor escolar a possibilidade da suspensão das aulas em escala global e por tão longo tempo. Contudo, rapidamente o mercado começou apresentar soluções que desembocariam em uma série de iniciativas de diversos tipos de Ensino a Distância (EAD).

Além das questões da pandemia, no período delimitado de nossa pesquisa, observamos que a conjuntura política do Brasil acabou colocando as universidades, o conjunto da Educação e da Ciência como alvo dos ataques políticos da extrema direita brasileira e da política de austeridade promovida pelos governos Temer e de Bolsonaro.

³ Informações obtidas no site da ALESP. Disponível em: <

As políticas de austeridades não foram uma novidade ou característica dos últimos dois governos, mas são importantes para explicar a agudização da pobreza no período pandêmico. Em 2017 passávamos pelo primeiro ano do governo Temer, quando esta gestão iniciou uma série de medidas que aprofundaram esta política no país, como a Emenda Constitucional de número 95, a chamada “Emenda do Teto dos gastos” e a Reforma Trabalhista de 2017, que segundo Ricardo Antunes tinha um objetivo claro de regularizar a terceirização e a precarização do trabalho no país.

“O objetivo perfilado pelo governo de Michel Temer, no universo das relações de trabalho, é corroer a CLT e cumprir a ‘exigência’ do empresariado (Confederação Nacional da Indústria/CNI, Federação Brasileira de bancos/Febraban e assemelhados), cujo objetivo não é outro senão implantar a sociedade da precarização total do trabalho no Brasil”. (ANTUNES, 2020)

Por sua vez o Governo Bolsonaro manteve a política de reformas, privatizações e cortes, realizando mais uma reforma da previdência em 2019. Este governo seguiu com uma política mais sistemática de cortes que teve como alvo as universidades. Jair iniciou uma série de reduções no orçamento das universidades federais, incluindo as bolsas dos pesquisadores, afetando inclusive os estudos brasileiros sobre vacinas do COVID-19⁴. Os números são assustadores, os orçamentos de todas as 69 universidades federais foram afetadas em 2021, com corte de 18,16%⁵

Além da austeridade a educação foi combatida de outra forma. O movimento golpista pelo impeachment da presidente Dilma foi um marco do fortalecimento da direita e principalmente da extrema direita no Brasil recente⁶. Este fortalecimento permitiu, no país, o surgimento do Bolsonarismo na eleição de 2018. Este movimento praticou amplamente a tática de criação e compartilhamento de “*Fake News*” sobre diversos temas que alimentam o universo conservador e moralista, que em boa parte atacava ou desconstruía a ciência e a educação⁷.

⁴ Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/05/05/corte-de-r-1-bi-restringe-assistencia-e-extendido-de-universidades-federais.htm>>. Acessado em 03/01/2022.

⁵ Disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/749955-orcamento-2021-e-sancionado-educacao-economia-e-defesa-tem-maiores-cortes/>>. Acessado em 04/01/2022.

⁶ Segundo Casimiro em seu artigo “As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo”, 2015 foi um marco de virada para os movimentos da Direita, quando estes com uma nova roupagem começaram a ocupar as ruas pelo Impeachment de Dilma.

⁷ Sobre os ataques à educação, Fernando Penna em seu artigo “O discurso reacionário de defesa de uma ‘escola sem partido’ diz, “O discurso reacionário de defesa da proposta é superficial, e sua argumentação é extremamente frágil, se pensarmos em um debate com a contraposição de ideias, mas seu caráter fragmentado, fortemente calcado no ódio aos professores e abusando da manipulação política e do pânico moral é uma receita de sucesso nas redes sociais.”. Essa prática que teve muito sucesso com o “Escola Sem Partido” é o cerne das Fake News de Bolsonaro e da extrema direita contemporânea.

Segundo o italiano Giuliano da Empoli (2019) em “Os engenheiros do caos”, Bolsonaro aplica aqui o novo modo operante da extrema direita populista que tem o americano Steve Bannon como um dos principais mentores. A utilização das “*Fakes News*” em massa é uma das principais característica do método de atuação da extrema direita contemporânea. Bannon teve um papel muito importante na campanha do Donald Trump para a Casa Branca em 2016, esta que foi o primeiro palco em que a tática das “*Fakes*” foi lançada em larga escala em uma eleição.

Após a vitória nas eleições o governo Bolsonaro manteve os ataques à ciência principalmente durante a pandemia quando ele iniciou a campanha negacionista do “Kit Covid” e antivacina. Ele próprio foi o principal divulgador dessas políticas, como vimos em diversas entrevistas e falas feitas em suas aparições públicas,⁸ gerando na sociedade um ambiente hostil a toda ciência. Esta política de mentiras e de desinformação promovida pelo governo foi a responsável por manter uma camada de ativistas fervorosos para o movimento bolsonarista que mesmo com o número gigantesco de morte e com a crise econômica deram ao Jair uma votação expressiva no segundo turno das eleições de 2022, foram 58.206.354 votos (49,10% da votação válida), um pouco menos do que Lula que obteve 60.345.999 votos (50,90% dos votos válidos).

De volta à educação na pandemia. Pressionadas pela sociedade que questionavam a falta de alternativas para solucionar o fechamento das unidades escolares provocado pela pandemia, diversas secretarias de educação optaram pela contratação de ferramentas privadas para o ensino remoto emergencial. E nesse cenário de oferta de recursos financeiros para adquirir estas ferramentas tecnológicas, é que observamos uma janela de oportunidade para o capital aprofundar sua entrada no campo educacional. É importante observar que não havia alternativa viável para a substituição das aulas presenciais em tão pouco tempo que não fosse o ensino remoto. Deste modo, a grande maioria da comunidade escolar, aderiu a esta modalidade de algum modo.

A partir desta janela de oportunidade temos uma nova entrada do capital na educação, que se deu de duas formas. A primeira ocorreu a partir das chamadas “*Big Techs*” que ofereceram seus aplicativos e outras ferramentas das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) e a segunda foi através de diversos aparelhos privados de hegemonia

⁸ Destacado pela reportagem da Folha de São Paulo: “Eu também fui acometido [pela COVID], tomei hidroxiclóricoquina, no dia seguinte estava bom. Será que é porque é barato? Ainda continua em interrogação o tratamento”, fala do presidente Bolsonaro durante a inauguração de um trecho da Transposição do Rio São Francisco, São José de Piranha em 21/10/2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-desdenha-de-vacina-e-enaltece-kit-covid-um-dia-apos-cpi-apontar-9-crimes-dele-na-pandemia.shtml>>. Acessado em 03/01/2021.

(APHs), que ofertaram cursos, consultorias e realizaram diversas pesquisas, como foi feito pelo Instituto Península (IP), o Instituto Singularidade (IS) e o Vivescer, todos do Grupo Península da família do empresário Abílio Dinis. Estas instituições são os objetos de análise desta pesquisa.

As “*Big Techs*” são grandes empresas de tecnologia que atuam em mercados a partir do uso das tecnologias digitais da informação e comunicação. Entre elas temos as chamadas “cinco *Big*”: a Alphabet Inc., detentora da Google e Youtube; a Microsoft que monopoliza o mercado de Sistemas Operacionais para computadores; a Apple Inc. que produz o celular mais cobiçado do mundo: o Iphone; a Amazon que é a líder mundial de e-commerce; a Meta que possui o Facebook e outras redes sociais.

Apesar das “*Big Techs*” serem detentoras de uma imagem de inovação tecnológica que nos proporcionam soluções de vários problemas do dia a dia, elas na verdade são defensoras de uma série de práticas nefastas para a classe trabalhadora que visam a redução de direitos e a diminuição do custo com a mão de obra ao mesmo tempo que aumenta a produtividade do trabalhador. As empresas que atuam no “*e-commercer*” por exemplos, são as que mais se utilizam de mecanismos da flexibilização do trabalho, seja através do incentivo ao empreendedorismo (no Brasil a contratação de “ME’s de um funcionário só”⁹) ou a partir da contratação de trabalhadores sem vínculo através da chamada uberização (ANTUNES, 2020). Outro ponto preocupante é o uso dos recursos naturais de forma desenfreada provocada pelas suas gigantescas operações de venda e distribuição de produtos.

As “*Big Techs*” possuem hoje muito poder econômico. Isto é fruto muitas vezes do monopólio ou controle de boas fatias do mercado em que atuam, o que permite que elas tenham uma concentração de capital gigantesco. E elas também possuem um grande poder de persuasão através do seu gigantesco alcance de comunicação. Através desta característica essas empresas tem um papel de manutenção de hegemonia muito importante para o sistema capitalista. Podemos dizer que boa parte da ofensiva da classe dominante para construir consenso e hegemonia ideológica tem se dado através destas empresas (TRILATERAL, 2021). E por isso estas empresas não podem desperdiçar qualquer oportunidade de entrar na Educação Pública. Pois através dela é possível conformar a classe trabalhadora já na sua formação.

⁹ Com a reforma trabalhista do governo Temer a terceirização a partir da contratação de Micro Empresas (ME) onde os proprietários são o único empregado foi liberada, Ricardo Antunes em o “Privilegio da Servidão” de 2010 aprofunda este processo chamado por ele de “Pejotização”. Esta prática é muito comum na Saúde e em prestação de alguns serviços.

Este também é o motivo que faz outros setores da burguesia a adentarem na educação Pública. Não é de hoje que diversos institutos, fundações e organizações não governamentais que são braços ditos sociais de vários grupos da classe dominante atuam na educação. A intenção da burguesia é claro, construir um projeto educacional que reforce a hegemonia da classe dominante. Agir desde o início da formação do indivíduo para conquistá-lo para a ideologia burguesa é uma tática muito eficaz para consolidar a dominação burguesa.

E para que esta utilização da escola funcione é fundamental a conquista de uma personagem fundamental da escola, os educadores. Professores, pedagogos, diretores e funcionários escolares também são alvos desta tática de dominação hegemônica, principalmente os professores, que devido a sua função tem uma posição privilegiada no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Em nosso trabalho analisaremos a intervenção na educação de um destes organismos, o Instituto Península, que aproveitou a pandemia para ganhar espaço dentro das escolas, se aproximando dos educadores, fomentando a construção do “professor eficaz”. Ideia esta elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que visa a formação de professores cada vez mais técnicos e menos críticos sobre o seu fazer pedagógico.

Em nossa pesquisa utilizamos como fontes as pesquisas com educadores realizadas pelo IP através do Vivescer e em parceria com outros APH's, notas técnicas e outros documentos, e também veremos na prática como é aplicação deste projeto de formação docente através do curso de pedagogia do Instituto Singularidade e da série de cursos e minicursos ofertados pelo Vivescer e pelo Singularidade como formação continuada.

Optamos pelo Instituto Península por três motivos, primeiro ele é uma instituição relativamente nova, foi criada em 2010, destoando das tradicionais Fundação Roberto Marinho (1977), Instituto Airton Senna (1994), Fundação Lemann (2002) ou do Todos Pela Educação (2006). E, em segundo lugar, pelo protagonismo do IP na realização das pesquisas com educadores durante a pandemia, foram por volta de 10 projetos em que eles estiveram à frente ou colaboraram. E por fim, pelo fato de o Grupo Península possuir uma universidade onde são aplicadas as mudanças curriculares na formação docente defendidos por eles.

Inicialmente o IP atuava na educação esportiva e no incentivo a atletas, mas em 2015 houve uma expansão dos seus projetos para outras áreas da educação. Entre 2015 e 2020 o instituto realizou algumas ações relacionadas ao fomento da modalidade de ensino híbrido,

como o lançamento do seu livro “Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação”¹⁰, ao mesmo tempo que investia em projetos sobre a formação e prática docente, principalmente no Instituto Singularidade, onde além dos cursos de graduação foram criados uma série de extensões e modalidades de formação continuada sobre diversos temas.

Em 2018 eles criam o “Núcleo de Estudos e Pesquisas do Instituto Península” indicando a tentativa do IP em potencializar sua atuação na educação. Sem dúvida a criação deste espaço foi fundamental para que hoje o Instituto tenha alcançado um certo “*know how*” na organização e realização de pesquisas com educadores perante seus pares. Com o advento da pandemia, em 2020, essas ações ganharam mais destaques dentro do instituto.

O intuito de se debruçar sobre a intervenção na educação do Instituto Península, que em nossa hipótese, atua como um aparelho privado de hegemonia da família Diniz, é contribuir para a resistência ao projeto de mercantilização da educação (SANTOS, 2012) e a alienação, precarização do trabalho docente e a transmutação do trabalho docente de crítico/analítico para uma tutoria/reprodutiva. Problematicando a construção da imagem positiva que os APH’s que atuam no campo educacional vendem de si.¹¹, que se utilizam desta tática para disfarçar a intenção de implementarem a pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005) construído pela classe dominante.

Sem dúvida, um dos grandes entraves para a efetiva consolidação hegemônica da classe dominante a partir da educação é o professor que exerce a sua função de forma crítica e reflexiva. quando a figura do docente atua como um agente de transformação dos alunos em seres humanos críticos e atuantes na sociedade, isto se torna um obstáculo para qualquer tipo de consenso interclasse. Deste modo, um dos objetivos destes aparelhos privados de hegemonia é a transformação dos docentes em apenas tutores dos conteúdos produzidos por estas instituições. Retirando a criticidade dos materiais utilizados e nas próprias aulas dos educadores, que são formados para auxiliar os educandos a terem bons resultados nas avaliações nacionais e internacionais e a assimilar a hegemonia neoliberal como a natural.

¹⁰ Este livro foi organizado pelo Instituto Península e Instituto Lemann, a partir do Grupo de Experimentações em Ensino Híbrido desenvolvido por eles.

¹¹ Todos os APH que atuam na educação, se apresentam para a sociedade como agentes que tem buscam o melhor para a educação pública, no entanto seus objetivos vão da mercantilização da educação a consolidação da visão de mundo que são oriundos.

A escolha deste objeto e temática é uma consequência da jornada deste pesquisador no magistério e no movimento sindical fluminense¹². As vivências como professor das redes públicas na rede municipal de Magé e na estadual do Rio de Janeiro na cidade de São João de Meriti, proporcionaram o contato com uma série de projetos organizados pelos institutos Ayrton Senna, Fundação Roberto Marinho e Fundação Bradesco, principalmente na rede Estadual. A série de imposições promovida por estes projetos permitiu a construção de um olhar crítico em relação a estes aparelhos. Percebendo-os como tentativas de intensificação de uma política neoliberal privatista e hegemônica da classe dominante.

Neste trabalho utilizamos os instrumentos e análise teórico-metodológico gramsciano, tais ferramentas são fundamentais para obtermos uma melhor compreensão sobre a atuação dos diversos tipos de aparelhos privados de hegemonia nas disputas dentro da sociedade civil. As ferramentas desenvolvidas por Gramsci facilitam o entendimento deste processo de dominação que ocorre no campo sociocultural e que hoje são primordiais para a dominação burguesa.

Na busca por entender o fracasso das revoluções alemã e italiana Gramsci percebe, já no cárcere do regime fascista de Benito Mussolini, que nas sociedades capitalistas dos Estados Unidos e Europa houve um desenvolvimento de um tipo de Estado que ele veio a chamar de “Estados de tipo Ocidental”. Neste novo cenário ocorreu um desenvolvimento de algo novo que ele chamou de sociedade civil que foi moldada a partir da luta de classe e do estabelecimento do que chamou de sociedade de massas (desenvolvimento dos meios de comunicação). Já os “Estados de Tipo Oriental”, estas sociedades civis são muito frágeis ou quase inexistentes. Deste modo a classe dominante consegue impor a sua dominação somente com o uso da força (GRAMSCI, 2002a, p. 262).

Tentando entender este novo Estado, Gramsci cunhou o conceito de Bloco Histórico (BH). O autor nos mostra que este bloco é algo uno e indivisível, embora a opção didática habitual para explicá-lo se utilize da soma de duas dimensões (estrutura e superestrutura) que aparecem separadas. Gramsci compreende que o funcionamento do Bloco Histórico é dialético, ou seja, não é estático, sendo um espaço que é modificado pelo desenvolvimento das forças produtivas e também é palco de disputas que ocorrem no interior da sociedade civil. O BH é o lugar onde as relações de produção e política se relacionam e se interferem. Segundo Gramsci:

¹² Parte desta militância se deu na direção do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), onde estive como diretor por dois mandatos na Secretaria de Assuntos Educacionais. Deste período organizamos uma série de debates e cursos sobre os diversos desafios enfrentados pelos educadores durante os dois mandatos sindicais de 2015/18 e 2018/22, com destaque o Curso de Extensão com o LIEPE/UFRRJ “Estado, Poder e Educação em tempos de Pandemia: questões e desafios”.

“A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2004:250).

Uma característica importante das sociedades do tipo ocidentais é a ideia gramsciana de “Estado integral” que ocorre quando a sociedade civil se desenvolve a ponto de se tornar palco de disputas hegemônicas entre aparelhos privados de hegemonia¹³ da classe burguesa e dos trabalhadores construídos pela classe dos subalternos. Para entender o mecanismo de intervenção destes APH’s na sociedade civil, especificamente na educação, é fundamental compreender o conceito do Antônio Gramsci do Estado integral (GRAMSCI, 2002). Para isso utilizamos a explicação da professora Sonia Mendonça:

“Em suma, para o pensador italiano, que tanto inovou o campo do marxismo com sua singular definição de Estado ampliado – ou Integral –, a marca peculiar ao Estado capitalista, desde sua época, reside no fato dele guardar, simultaneamente, um espaço de consenso e não apenas de violência, sendo o consenso –consentimento – obtido, segundo ele, através da ação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, assim como através da ação do próprio Estado restrito, que promove e generaliza o projeto da fração de classe hegemônica em certo contexto historicamente dado. Logo, política e Estado são inseparáveis da cultura e, mesmo instituições da sociedade política tipicamente relacionadas com a coerção – como o Exército, por exemplo – respondem pela difusão de uma cada cultura.” (MENDONÇA, 2014, p.8)

Um ponto importante desta teia de instrumentos teóricos gramscianos é a ideia de sociedade civil. Este é um espaço que ao longo do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo se forma como um local privilegiado de busca pelo consenso hegemônico, sendo um verdadeiro espaço de disputa tanto da burguesia como dos trabalhadores. Com o desenvolvimento da sociedade civil no século XX, a burguesia viu-se em um cenário onde só a força coercitiva não seria suficiente para impor à classe trabalhadora sua hegemonia. Desta forma, além de ocupar e disputar os espaços de dentro da sociedade civil, o Estado capitalista precisava aprimorar a sua atuação enquanto um “Estado educador”¹⁴.

Seguindo as pesquisas elaboradas dentro do LIEPE/UFRRJ, o Instituto Península se

¹³ Jornais, televisões, associações, ONG’s, sindicatos patronais ou não, institutos, movimentos sociais e etc., fazem parte de uma camada de inúmeras possibilidades de aparelhos privados de hegemonia. Estes aparelhos podem ser também da classe trabalhadora, um sindicato, uma associação de moradores, e entre outros, também podem ser utilizados pela classe trabalhadora para disputar a hegemonia dentro da sociedade civil.

¹⁴ Educador no sentido mais óbvio desta palavra. Com a força estatal ficou mais fácil criar dentro e fora da sociedade civil aparelhos que ganhassem a classe trabalhadora para os valores caros à sociedade burguesa. Dessa maneira, com o tempo os subalternos desenvolveriam uma ideia de pertencimento, de modo que a “sociedade burguesa” seria vista apenas como a “sociedade natural”. Naturalizada, estes trabalhadores não questionariam a sua localização social e as desigualdades sociais. Na realidade, vivem enfeitiçados pelo sonho do capitalismo da ascensão social/de classe.

encaixa nas iniciativas da Frente Social-liberal.¹⁵ Esta é formada por grandes corporações que, através das suas instituições sociais (institutos, organizações sociais, fundações e afins) vem intervindo na educação de modo a pautar a agenda educacional do país. Esses órgãos são aparelhos privados de hegemonia e utilizam os espaços de ensino como locais para trabalhar a sua ideologia na manutenção da sua hegemonia. Os aparelhos privados de hegemonia são, portanto, um dos instrumentos utilizados pela burguesia para difundirem e implementarem as suas ideologias. Ou seja, são ferramentas para a construção de consensos, submetendo a classe trabalhadora aos ideais da classe dominante.

Nosso objeto tem a Educação como campo de disputa. Essa opção de intervenção do Instituto Península não é aleatória, é dentro das salas de aula que a classe trabalhadora passa boa parte da sua formação, o que faz das escolas um espaço privilegiado de disputa sobre o tipo de formação que os trabalhadores terão. Para nós que travamos a luta contra hegemônica também precisamos fomentar a atuação do educador como agente da formação da criticidade e do surgimento de consciência nos discentes, como defende a professora Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos "(...) despertar a consciência crítica, o sentido da existência, o desejo de liberdade e as ações libertadoras" (SANTOS, 2012).

Outro ponto importante da nossa pesquisa que será trabalhado ainda no primeiro capítulo, é o debate acerca da entrada da burguesia na educação. Este processo foi estudado pela professora Maria Lucia Neves no livro do seu grupo de pesquisa "A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso". Neves apresenta uma ideia fundamental para o estudo da atuação do grupo Península, a criação de uma nova pedagogia da hegemonia, utilizado pela classe dominante a partir do próprio Estado e dos diversos aparelhos privados de hegemonia que atuam na educação para disputar hegemonicamente a formação dos trabalhadores.

Aparecida de Fátima Tiradentes Santos também faz um debate importante para a análise da atuação do nosso objeto, que é o processo de mercantilização do fazer pedagógico dos educadores. Este movimento tem como objetivo transformar a educação em um serviço como outro e modificar a formação dos educadores para algo técnico que dificulte a este profissional de "pensar" o seu trabalho, transformando-o em um tutor de materiais e programas que atenda a nova pedagogia da hegemonia.

¹⁵ As pesquisas do LIEPE dividem a atuação dos APHs em duas frentes de atuação das classes dominantes, a frente social-liberal e a liberal ultraconservadora. Para maior aprofundamento ver LAMOSA, 2017 e COLOMBO, 2018.

Em nosso estudo¹⁶, pesquisamos nos bancos de dados das plataformas ScELO, Google Acadêmico, CAPES e das principais universidades como UNICAMP, USP e UFRJ. Neste levantamento não encontramos nenhuma pesquisa sobre o Instituto Península ou algum dos seus braços. No entanto, encontramos alguns materiais sobre as pesquisas realizadas pelo IP, principalmente divulgações, notícias e replicações, mas também localizamos trabalhos acadêmicos que utilizam algumas destas produções do IP como fontes. A seguir temos algumas tabelas com o levantamento:

Tabela 01: Pesquisas realizadas pelo Instituto Península entre março de 2020 e novembro de 2022.

Nome	Data	Resumo
Percepção da população brasileira sobre a profissão professor.	13/10/22	Pesquisa em parceria com o IPEC sobre a percepção dos brasileiros sobre a profissão de professor.
Retratos da Educação pós pandemia: uma visão dos professores.	22/08/22	Perspectiva dos professores sobre a volta às aulas.
O professor que queremos: relatório do grupo de trabalho “qualidade na formação inicial docente”.	04/05/22	Pesquisa sobre a formação docente. Produção conjunta de ABMES, o Instituto Península, ANEC, IES, Consed, Undime.
O que significa falar de Oferta e Demanda de professores na Educação Básica?	17/01/22	Nota técnica do IP sobre o tema do estudo desenvolvido em parceria com a FGV sobre a oferta e demanda de professores.
A percepção dos jovens sobre a profissão docente.	17/01/22	Instituto Península e o Movimento Profissão Docente realizaram a pesquisa “A percepção dos jovens sobre a profissão docente”.
Educação a flor da pele.	15/10/21	Pesquisa sobre a valorização docente.
Desafios e perspectivas da educação: uma visão dos professores durante a pandemia.	09/21	Pesquisa baseada na escuta de professores sobre a volta às aulas.
Experiências de Ensino Híbrido na Formação Docente	10/05/21	Banco de práticas sobre o ensino híbrido.
Retratos da educação no contexto da pandemia de coronavírus – Um olhar sobre múltiplas desigualdades.	10/2020	Pesquisa realizada por CONJUVÉ, Em Movimento, Conhecimento Social, Fundação Carlos Chagas, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Imaginable Futures, Instituto Península, Itaú Social, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, UNDIME, ONU para Educação Ciência e Cultura e Visão Mundial. Segunda etapa do “pool” de pesquisas.
Retratos da educação no contexto da pandemia de Coronavírus – Perspectivas em diálogos.	08/2020	Pesquisa realizada por CONJUVÉ, Em Movimento, Conhecimento Social, Fundação Carlos Chagas, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Imaginable Futures, Instituto Península, Itaú Social, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, UNDIME, ONU para Educação Ciência e Cultura e Visão Mundial. Esta pesquisa unifica os dados de 5 pesquisas, incluindo duas do IP.
Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus.	31/03/20	Pesquisa sobre a percepção dos educadores frente ao COVID-19.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa bibliográfica sobre o IP.

Tabela 02: Notas técnicas, artigos e divulgações realizadas pelo Instituto Península entre março de 2020 e novembro de 2022.

Tipo de Publicação	Nome	Data	Resumo
Nota	Um olhar para os professores	22/09/22	Nota sobre o resultado do IDEB de 2021
Divulgação	“Professores em foco: 80 reflexões sobre a importância da profissão para o desenvolvimento do Brasil”	15/09/22	Divulgação do novo e-book “Professores em foco”

¹⁶ Neste processo utilizamos as palavras chaves: Grupo Península, Instituto Península, Instituto Singularidades, Vivescer, família Diniz, Abílio Diniz e por fim os nomes das pesquisas organizadas pelo instituto.

Artigo	O papel dos professores no enfrentamento à evasão escolar	15/03/22	Artigo sobre a atuação dos educadores no combate à evasão escolar.
Documento	Acolhimento de professores é essencial na retomada das aulas presenciais	16/02/22	Documento sobre acolhimento de professores na volta às aulas
Artigo	Planejamento da Força de Trabalho Docente no Brasil	17/01/22	Artigo sobre a Nota técnica que trata da oferta e demanda de professores
Divulgação	“A percepção dos jovens sobre a profissão docente”	17/01/22	Instituto Península e o Movimento Profissão Docente realizaram a pesquisa “A percepção dos jovens sobre a profissão docente”.
Artigo	A tecnologia veio para ficar.	27/12/21	Artigo de defesa do Ensino Híbrido.
Divulgação	Esporte: um potente aliado na motivação dos alunos.	16/12/21	Divulgação da pesquisa “Desafios e perspectivas da educação (...)” focando no esporte.
Artigo	Saúde mental dos professores: por que precisamos falar sobre ela?	21/12/21	Artigo sobre a saúde mental dos professores.
Divulgação	Desafios da Profissão Docente: 4 aprendizados que podemos colocar em prática agora.	20/08/21	Divulgação de webnário.
Artigo	Burnout em professores: 3 coisas que você precisa saber.	04/08/21	Artigo sobre Burnout;
Artigo	Colaboração: a palavra da vez entre professores e famílias dos estudantes.	07/05/21	Artigo que trabalha com as duas pesquisas sobre tecnologia e pandemia.
Artigo	Educação é um desafio de todos.	27/04/21	Artigo que fala sobre os desafios de um ano de pandemia.
Documento	Documento “Ensino Híbrido: reflexões sobre a formação docente”	05/21	Documento “Ensino Híbrido: reflexões sobre a formação docente”.
Documento	Orientações de acolhimento para professores.	10/04/21	Documento sobre acolhimento de professores.
Artigo	Como usar filmes para envolver os alunos no ensino remoto? 09/04/21	09/04/21	Artigo sobre o uso de filmes no Ensino Remoto.
Artigo	Como preparar os professores para implementar o ensino híbrido	10/03/21	Artigo sobre o Ensino Híbrido.
Artigo	Quais são as habilidades do professor para encarar os novos desafios da Educação?	22/02/21	Artigo relacionado à pesquisa “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil”.
Artigo	Como se preparar emocionalmente para a volta às aulas?	05/02/21	Artigo relacionado à pesquisa “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil”.
Artigo	Professor, qual o seu propósito?	03/02/21	Artigo da executiva Heloisa do IP.
Divulgação	Pesquisa do Instituto Península aponta: 60% dos professores acreditam que os alunos não evoluíram no aprendizado em 2020.	10/12/20	Artigo de divulgação da pesquisa: Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus.
Artigo	Com formação integral de professores, escola pública garante resultado de 7.0 no IDEB.	22/09/20	Artigo sobre a nota 7 no IDEB de 2019.
Divulgação	Pesquisa aponta que professores estão mais favoráveis à tecnologia e se sentindo valorizados, mas estão desconfortáveis com retorno à escola.	31/08/20	Divulgação da pesquisa “Sentimentos e percepção (...)”.
Divulgação	Em parceria com 24 estados, Instituto Península oferece apoio socioemocional aos professores da rede pública.	05/08/20	Divulgação da parceria entre 24 Estados e a Plataforma Vivescer.
Divulgação	“Educando para o futuro dos alunos, não nosso passado”.	23/07/20	Divulgação do painel “Educando para o futuro dos alunos, não nosso passado”.

Divulgação	Em quarentena: 83% dos professores ainda se sentem despreparados para ensino virtual.	27/05/20	Divulgação da pesquisa “Sentimentos e percepção (...)”.
Artigo	Juntos pelos professores.	26/05/20	Artigo da executiva Heloisa do IP.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa bibliográfica sobre o IP.

Estes foram os trabalhos acadêmicos que utilizaram alguma das pesquisas produzidas pelo Instituto Península como fonte:

- SILVA, Camila Lopes da; SANTOS, David Moises Barreto dos. **“Atuação docente no Brasil no contexto de pandemia de COVID-19”**, IN XXV EPEN ANPEd, Bahia 2020; COUTINHO, Ângela Scalabrin; LOPES, Edna; VIEIRA, Livia Fraga;
- TRÓPIA, Patrícia. **“Direitos trabalhistas e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa”**, IN: Zero-a-seis, v.22, 12-2020;
- Kluthcovsky, P. C. W., & Jouscoski, E. **“Educação em Tempos de Pandemia: Desafios da Docência Remota na Educação de Jovens e Adultos”**, IN EaD Em Foco, v.11, Rio de Janeiro 2021;

Nossa pesquisa utilizou o arcabouço teórico-metodológico gramsciano como base para analisar as ações do grupo Península e seus desdobramentos. Desta forma no capítulo a seguir fizemos um debate acerca dos principais conceitos elaborados por Antônio Gramsci nos seus piores dias de cárcere, isto foi feito a luz do trabalho de alguns gramscianos que tiveram um papel importante nos estudos sobre Gramsci aqui no Brasil. Neste capítulo também foi debatido aspectos fundamentais para a nossa pesquisa, os desdobramentos da implementação do neoliberalismo em nosso país e o processo de mercantilização da educação.

No segundo capítulo debatemos o desenvolvimento da sociedade civil no Brasil, chegando ao momento da criação do Instituto Península. A partir disso, apresentamos o Grupo Península, suas subsidiárias e também a diretoria do IP. Após este momento, demos o nosso primeiro passo em nossa pesquisa. Levantamos toda a produção bibliográfica produzida pelo IP durante o período pandêmico, focamos principalmente nas pesquisas em que o instituto se envolveu.

Após este momento, no terceiro capítulo, seguimos com um dos temas que o IP se debruçou na pandemia, a formação docente. Neste ponto identificamos a implementação através do Península a ideia do “professor eficaz” desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Verificamos então o que é defendido pela OCDE (uma formação mais prática e mais tecnológica) e como o IP através do Instituto Singularidade

e do Vivescer implementam essa linha em sua graduação de pedagogia e nos cursos de formação continuada. Desta forma foi observado que o resultado desta formação é garantir a formação de um profissional que perca a autonomia do seu fazer pedagógico, tornando-se um defensor ou um reproduzidor inconsciente da pedagogia da hegemonia neoliberal.

Capítulo I – Um debate com as ferramentas teórico-metodológicas

Ao nos debruçarmos na tarefa de realizar uma pesquisa acadêmica é fundamental debatermos quais instrumentos teóricos nortearão este percurso. Em tempos em que a pós-verdade e as “*Fake News*” se espalham como pólvora, sustentam diversos movimentos de extrema direita em diversos países, inclusive o bolsonarismo aqui no Brasil e que geraram tantas mortes durante a pandemia, promover a ciência através do uso do seu método é a principal arma contra esses instrumentos da extrema direita.

Em nosso trabalho utilizaremos os instrumentos teórico-metodológico gramscianos como o Estado ampliado, bloco histórico, hegemonia e os conceitos de sociedade civil, aparelho privado de hegemonia, estado-educador e outros. Estes recursos são ferramentas que permitem entender a intervenção dos aparelhos privados de hegemonia em sua intervenção na sociedade civil. No nosso caso, o Instituto Península e os seus braços desta instituição e as suas ações na educação.

Além disto nesta etapa inicial do nosso trabalho nos debruçaremos acerca do desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil que demarca a conjuntura brasileira nas últimas décadas e que tem relação direta com a intervenção dos APH's que atuam na educação. Esta relação entre a construção de hegemonia na conjuntura neoliberal fará parte do nosso debate a partir do trabalho da professora Maria Lucia Wanderley Neves e do seu grupo de pesquisa que desenvolveram o conceito da Nova Pedagogia da Hegemonia (NEVES, 2018).

1.1 Gramsci em conceitos.

Gramsci viveu em um período em que o mundo padeceu com o pior fruto do Capitalismo, o Nazifascismo. Ele sofreu com anos duríssimos na prisão que acabaram levando-o a uma morte prematura. Mesmo com tamanho sofrimento promovido pelo regime fascista de Benedito Mussolini, Gramsci conseguiu em seus anos de cárcere colocar em seus cadernos uma série de reflexões sobre as disputas hegemônicas que eram travadas nas sociedades capitalistas contemporâneas, que se tornaram pontos cruciais para a sustentação do regime capitalista. Estas pesquisas apresentam conceitos que são instrumentos teóricos e analíticos importantes para analisarmos a atuação da classe hegemônica na busca pelo consenso social, imposto a classe dos trabalhadores.

O primeiro instrumento de análise teórico que utilizaremos aqui é o do “Bloco Histórico” (BH), conceito desenvolvido por Gramsci a partir do debate com a teoria do francês George Sorel¹⁷. Em diversos trechos dos Cadernos do Cárcere o italiano traz esta referência da origem deste conceito, como no trecho do caderno 10, “O Conceito do valor concreto (histórico) das superestruturas na filosofia da práxis deve ser aprofundado, aproximando-o do conceito soreliano de ‘bloco histórico’” (GRAMSCI, 2004: 389).

Apesar das divergências que Gramsci apresentou sobre o antijacobinismo¹⁸ de Sorel, o teórico francês foi fundamental para o desenvolvimento gramsciano do conceito de bloco histórico. Em Sorel a ideia que foi extraída por Gramsci não possui o mesmo nome e nem a mesmo nexos causal. Segundo Leandro Galastri em Sorel o bloco histórico tem uma relação com o mito soreliano, sendo um cenário que potência o mito a motivar a vontade revolucionária.

“No autor francês trata-se de um sistema de imagens a que é preciso tomar ‘em bloco como forças históricas’ (SOREL, 1992: 4), o mito que manterá acesa a chama revolucionária enquanto nele forem depositadas as esperanças de realização da sociedade futura.” (GALASTRI, 2009: 81)

Já Gramsci parte com a ideia do bloco histórico para outro caminho. O italiano recria o conceito de bloco histórico utilizando-o para pensar o funcionamento da sociedade na etapa do modo de produção capitalista que ele analisava e vivia. Galastri ao diferenciar o BH em Sorel e Gramsci diz que “o bloco histórico de Gramsci, ao contrário, assume-se como uma unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico (...)” (GALASTRI, 2009: 87). Desta forma, podemos explicar didaticamente que o BH como uma dimensão formada por pela infraestrutura e superestrutura¹⁹. Ou seja, ambas são o próprio bloco histórico, uma junção dialética e ao mesmo tempo inseparável da estrutura e superestrutura. Segundo Coutinho em o “Leitor de Gramsci”, “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e

¹⁷ George Sorel foi um anarquista francês defensor do sindicalismo revolucionário e crítico a tática do partido revolucionário. Gramsci faz um debate com ele no Caderno XX sobre a necessidade de se ter uma via jacobina para um processo revolucionário, ou seja, de um partido revolucionário. Sorel defendia uma saída que não tivesse um partido revolucionário na organização das ações políticas, privilegiando o espontaneísmo das ações políticas.

¹⁸ Termo utilizado para definir processos revolucionários que não utilizaria a força, diferente das revoluções jacobinas que utilizaram a violência.

¹⁹ Segundo o dicionário gramsciano, na teoria marxista a estrutura significa a base econômica e material de uma organização social e política, já a superestrutura é a parte ideológica e política. Nos muitos estudos de Gramsci essa ideia se refere a uma unidade dialética, duas partes do mesmo. Nas obras de Marx e Engels é utilizado a metáfora do edifício para explicar este conceito. (LUGUORI, 2017)

contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações de produção.” (COUTINHO, 2011: 188)

Desta forma, devemos entender o bloco histórico como a própria sociedade, que unifica estas duas dimensões em uma, a superestrutura que reúne o estado ampliado (sociedade política e sociedade civil) e a infraestrutura que é a parte em que se localiza a sociedade econômica. Sendo na sociedade civil que as disputas pela hegemonia se estabelecem, e por isso que esse é o local em que os aparelhos privados de hegemonia atuam.

É fundamental entendermos que o bloco histórico, apesar da opção didática em explicá-lo como a junção de duas dimensões, é algo uno e indivisível. Gramsci apresenta, a partir do estudo do desenvolvimento do capitalismo, que o funcionamento do bloco histórico é dialético, ou seja, não é estático, sendo um espaço que é modificado pelo desenvolvimento das forças produtivas e também é palco de disputas que ocorrem no interior da sociedade civil. Sendo no BH onde as relações de produção e política se relacionam e se interferem.

Este é um detalhe fundamental deste conceito gramsciano, os “dois lados” do bloco histórico se afetam mutuamente, ou seja, as relações de produção afetam e são afetadas pelas relações políticas que também sofrem esta mesma ação-reação. A base estrutural da sociedade interfere diretamente na superestrutura, pautando as relações políticas, ideológicas e culturais da sociedade civil e do Estado. Nas palavras de Gramsci: “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2004:250).

Antônio Gramsci não entende o funcionamento da sociedade e do Estado como em “caixinhas” separadas, a visão de unicidade dele permite entendermos dinâmicas fundamentais para o controle hegemônico da burguesia, por exemplo como na prática a influência de um aparelho privado de hegemonia (por exemplo um canal de televisão) pode interferir substancialmente na aceitação pela sociedade de um setor específico da economia como na campanha pelo agronegócio veiculado no principal canal de televisão do Brasil chamada de “o Agro é Pop”. Deste modo, a partir do uso do conceito de bloco histórico conseguimos entender como o desenvolvimento das forças produtivas influenciam diretamente o da sociedade civil, e como o conflito entre as classes sociais são pautados por essa evolução das forças produtivas por exemplo.

Para aplicarmos o conceito de bloco histórico criado por Gramsci, precisamos entendermos a definição, também desenvolvida por ele, sobre os tipos de sociedades capitalistas, que o sardo definiu como sendo as de tipo orientais e as ocidentais. Apesar do uso de nomenclaturas relacionadas a regiões geográficas, as definições não estão relacionadas as localizações do globo que “este ou aquele” país faça parte. Um país pode estar no Oriente mas desenvolver a sua sociedade ao ponto de ser classificada como do tipo ocidental e vice e versa.

“No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; (...)” (GRAMSCI, 2004:242)

Para entendermos, a tipificação tem a ver com as características do Estado e da sociedade civil. Deste modo as do tipo orientais são sociedades que não possuem sociedades civis desenvolvidas, não existem grandes partidos de massas e sindicatos fortes e a força coercitiva do Estado é o principal instrumento político da burguesia para a dominação das classes subalternas. As sociedades civis nesses países são bem frágeis e incipientes, podendo ou não ter algum tipo de elemento atuante, mas sempre de modo fluido. Já as do tipo ocidental possuem um Estado integral, onde a sociedade civil é mais desenvolvida com diversos aparelhos privados de hegemonia que representam diversos setores da burguesia, a própria classe trabalhadora aqui também possui seus instrumentos, como partidos e sindicatos com mais lastros. O uso da força ainda existe, mas a hegemonia é erguida a partir da construção de consenso através dos APH's via sociedade civil.

Uma característica importante das sociedades do tipo ocidentais é a ideia gramsciana de “Estado integral” que ocorre quando a sociedade civil se desenvolve a ponto de se tornar palco de disputas hegemônicas entre aparelhos privados de hegemonia da classe burguesa e aqueles construídos pela classe trabalhadora. Deste modo, o Estado integral é composto pela esfera tradicional do estado, chamado de sociedade política mais a sociedade civil. Aparecida Tiradentes traz no trecho a seguir a definição deste conceito:

“O Estado, na concepção ampliada, é composto pela sociedade política (o aparato de “governo”, propriamente reconhecido como tal) e pela sociedade civil, composta pelos “aparelhos privados de hegemonia”: as associações de diversos tipos, como sindicatos (de trabalhadores e patronais), associações de empresários, moradores, ambientalistas etc.”(SANTOS, 2012: 25)

Os países do tipo ocidental surgiram, segundo Gramsci, na Europa após 1870, quando um novo bloco histórico capitalista surge, se contrapondo ao anterior do início da revolução industrial. A partir daí tem-se início uma série de processos econômicos e políticos que darão a origem a um novo tipo de Estado, o ocidental. Essas mudanças estão relacionadas com a emergência das sociedades de massas, que são fruto do desenvolvimento das forças produtivas que levam o capitalismo a criarem as indústrias de massas e por sua vez a sociedade também de massas.

Essas mudanças ficam mais claras a partir do desenvolvimento do fordismo e do americanismo. O primeiro é responsável pela expansão de uma organização da produção de massas e consequentemente de uma nova socialização do trabalho fruto do fordismo. Já o americanismo, acaba se tornando a ideologia burguesa daquele período, e que vai se expandindo dentro desta classe, passando a ser um dos instrumentos hegemônicos da burguesia.

Uma das consequências do desenvolvimento dos estados do tipo ocidental é o aumento da participação política das classes subalternas. Isso ocorre por uma soma de fatores: aumento das contradições geradas pela exploração oriunda do fordismo e a dominação promovida pelo americanismo; o desenvolvimento da própria sociedade civil que precisa ser um espaço de disputa para que ela funcione como um instrumento de criação de consenso; o aumento progressivo da participação política. Este conjunto de fatores permitiu que mais agentes coletivos participassem das disputas políticas. Nas palavras de Lucia Maria W. Neves:

“A partir de então, inúmeros sujeitos políticos coletivos passam a se constituir, direta ou indiretamente, com níveis distintos de consciência política coletiva, em torno dos dois blocos antagônicos em disputa pela direção política e cultural das formações sociais em rápido processo de urbanização.” (NEVES, 2005: 23)

Ainda sobre esta diferença de tipos de Estados, Aparecida Tiradentes apresenta que mesmo nas sociedades ocidentais o uso da força não é descartado na construção do consenso, segundo ela tanto a força quanto o consenso são utilizados de forma “combinado e/ou/alternado (TIRADENTES, 2015:25). A régua entre eles vai ser decidida de acordo com o grau de desenvolvimento da sociedade civil, bem como de tensionamento entre as classes, a correção de forças, mesmo nas ocidentais há níveis de desenvolvimentos diferentes e momentos distintos também.

“O poder caracteriza-se (e atua) por dois elementos: força e consenso. São postos em operação de modo combinado e/ou alternado, variando de acordo com o grau de amadurecimento da sociedade civil e as possibilidades do momento histórico determinado. Onde a sociedade civil é amadurecida, orgânica, coesa, há possibilidade

de “ampliação” da esfera estatal pela assimilação do projeto de direção política da sociedade civil, tanto em sua face popular, como conservadora; tanto em suas representações dos trabalhadores, quanto do capital. Onde, por sua vez, a sociedade civil é “gelatinosa”, fragmentada, reprimida por um governo totalitário, o Estado fica restrito às suas funções clássicas de “monopólio da força”.(TIRADENTES, 2015:25)

Gramsci tentando entender o fracasso das revoluções socialistas na Europa desenvolveu entre outros conceitos o do americanismo. Este é um ponto muito importante para entender o funcionamento do bloco histórico analisado e vivido por Gramsci. O americanismo é a ideologia burguesa forjada no interior das fábricas dos Estados Unidos no início do século XX, se tornando a parte ideológica dos estados do tipo ocidental. Em o “Americanismo e Fordismo” (Gramsci, 2007), ele demonstra como que a partir da criação do Fordismo, modelo de organização fabril criado por Henry Ford, se desenvolveu a ideologia que ele chama de Americanismo.

Aqui temos um ponto interessante, esta ideologia da burguesia nasceu dentro das fábricas e se expandiu para o conjunto da sociedade, ou seja, ela nasceu na tentativa do burguês em moldar o operário ao novo jeito de fabricar do fordismo. O americanismo é fruto do desenvolvimento organizacional do capitalismo nos Estados Unidos, este caminhar do capitalismo estadunidense levou a necessidade da formação de um trabalhador de novo tipo para atender os anseios das fábricas fordistas.

Para Gramsci o americanismo e o fordismo também são resultados da necessidade do capitalismo em responder a economia planificada e ao desenvolvimento econômico e cultural da União Soviética. Contudo só essa necessidade de resposta não é suficiente para o surgimento do americanismo e fordismo, há condições históricas dos Estados Unidos que levaram a este caminho.

Segundo Gramsci, os Estados Unidos possuíam mais condições para a construção e surgimento do fordismo e do americanismo por uma série de motivos. Como a ausência do que ele chama de parasitas (plutocracia que vivia de privilégios), a inexistência de sindicatos fortes (muitos deles já haviam sido derrotados ou perdido a sua unicidade), e a presença de uma propaganda forte da burguesia, este cenário dos EUA foi fundamental para a criação do fordismo e para o nascimento do americanismo.

Já na Europa, Gramsci destaca que a plutocracia europeia foi um empecilho para o desenvolvimento e a implementação do fordismo e do americanismo inicialmente. Seria a tentativa de unir duas coisas que são inconciliáveis, “(...)a velha e anacrônica estrutura social demográfica europeia com uma forma moderníssima de produção e de modo de trabalhar(...)”

(GRAMSCI, p 242, 2007). A elite europeia queria os benefícios do americanismo sem perder os privilégios típicos de nobreza que a burguesia do velho continente usufruía. Este era o problema da Europa segundo Antônio Gramsci. Lá havia diversos seguimentos da elite que parasitava o sistema, o resquício da nobreza e do clero medieval. Diferentemente dos Estados Unidos, que não havia esta tradição, tornando a burguesia e a elite norte-americana mais suscetível as mudanças do Americanismo.

Uma das “novidades” geradas pelo americanismo é racionalização do trabalho e a nova forma de socializar. O fordismo modificou a produção fabril, racionalizando-a e a tornando mais eficiente. Este novo ambiente necessitava também de um trabalhador mais eficiente, sem que os problemas externos atrapalhassem o seu trabalho. Fazendo uma pressão social na vida deste trabalhador através da moral puritana, intervindo até na vida sexual do trabalhador (GRAMSCI, 2001, p.296.). Como explica Rodrigo Castelo no trecho a seguir:

“(...)Gramsci fala de alguns temas considerados heterodoxos pelas tradicionais disciplinas acadêmicas, como a necessidade de um trabalhador dócil ao regime fordista de produção. Para isto, os capitalistas contrataram diversos especialistas e técnicos para vasculhar a intimidade da vida privada dos operários, buscando enquadrá-los em novos padrões morais, familiares (reafirmação da monogamia) e mesmo sexuais (controle dos impulsos), pois suas energias deveriam ser direcionadas para um processo produtivo que requeria, cada vez mais, uma maior intensidade da força do trabalho.” (CASTELO, 2013, p.39)

Apesar da superação do fordismo nos tempos atuais, o americanismo moldou profundamente as sociedades ocidentais, ao ponto que esta nova sociabilização do trabalho e este novo tipo de trabalhador ainda são bastante presentes hoje em dia. O surgimento deste novo trabalhador foi fruto do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo nos Estados Unidos, que geraram uma necessidade de se ter um trabalhador de novo tipo para o seu funcionamento. Aqui o bloco histórico demonstra o seu funcionamento, dialeticamente a estrutura modificando e sendo modificada pela superestrutura.

Outra ideia contida neste texto é a da revolução passiva. Para Gramsci tanto o americanismo como o fascismo são mecanismo do que ele chama de uma revolução passiva contra a Revolução de 1917 e a economia programática (modelo soviético de economia planificada). No trecho a seguir Gramsci fala sobre o Americanismo ser uma consequência do surgimento da economia planificada, aqui chamada por ele de programática.

“Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam

precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática: estes problemas nascem das várias formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra em sua evolução, formas que provêm das dificuldades presentes na *societas rerum* e *tia societas hominum*.” (GRAMSCI, 2007: 241)

Nas notas do caderno 22 sobre este trecho o Carlos Nelson Coutinho apresenta a formulação que Gramsci identifica o americanismo e o fascismo como uma revolução passiva em resposta a revolução russa de 1917.

“Com a expressão "economia programática", Gramsci se refere provavelmente ao planejamento socialista da economia, tal como vinha sendo empreendido pela União Soviética. Para ele, tanto o "americanismo" quanto o fascismo-considerados como formas de "revolução passiva" que respondem à Revolução de 1917- acolhem elementos de programação econômica na tentativa de conservar o capitalismo.” (COUTINHO, IN. GRAMSCI, 2007: 367)

O Conceito gramsciano de revolução passiva pode ser traduzido como um lento processo de contrarrevolução que ocorre no interior da sociedade de forma morosa e silenciosa. São mudanças e reformas que são promovidas na estrutura e na superestrutura de forma gradual e sem grandes rupturas, mas ao mesmo tempo são mudanças contundentes que afetam a disputa hegemônica da sociedade. É a junção de dois movimentos o da renovação e o da conservação, esta dualidade é fundamental para entender um processo de revolução passiva.

No caso do americanismo, ele vai além, pois se torna a base ideológica das sociedades capitalistas ocidentais durante a Guerra Fria. Os Estados Unidos conseguem se tornar o modelo ideal de sociedade e o centro do capitalismo muito pelo americanismo, seja através da forte propaganda de Hollywood que vendiam ao mundo através dos filmes o “American way of life” e toda a cultura americana, e por meio do modelo econômico do fordismo que era o par econômico do americanismo.

Sobre a revolução passiva, observando o caso brasileiro, podemos identificar que o processo de revolução burguesa no Brasil é uma longa revolução passiva (FERNANDES, 1987). Conseguimos identificar que ao longo do século XX características desta dualidade, como nas ditaduras do Estado Novo e no regime civil-militar de 64. Ambos unificaram essa dualidade, renovação/conservação, por exemplo no Estado Novo onde o Vargasismo conseguiu unir parte da oligarquia brasileira que dominou a República Velha com outra parte do vanguardismo contido no movimento tenentista. E em 64 os militares unificaram o que tinha de conservadorismo na sociedade com a política do imperialismo norte-americano.

Seguindo nesta teia de instrumentos teóricos gramscianos, temos a ideia de sociedade civil. Este é um espaço que ao longo do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo

se forma como um local privilegiado de busca pelo consenso hegemônico ou contra hegemônico, sendo um verdadeiro espaço de disputa tanto da burguesia como dos trabalhadores. Segundo Lúcia Neves, este foi um processo de politização da sociedade civil (NEVES, 2005).

“(...) os vários grupos que a compõem [a sociedade civil] passam, organicamente, de forma mais efetiva, a defender seus múltiplos interesses e seus projetos de sociabilidade, interferindo assim, mais diretamente nas decisões do Estado. A mesma sociedade civil, de espaço primordial de interação humana no trabalho e no cotidiano, passa a se constituir também em *locus* de organização da vontade coletiva”. (NEVES, 2005: 13.)

Essa “virada” na sociedade civil, para Gramsci, começa a ocorrer a partir de 1870 quando uma série de fatores em cadeia ocorrem, tais como os avanços tecnológicos e científicos da virada do século, a expansão comercial provocada pelo imperialismo, o americanismo que foi fundamental para a ocidentalização dos Estados centrais do capitalismo do começo do século XX, e sobretudo o aumento da participação popular na política. Este é o processo da formação dos Estados de tipo ocidental. A partir daí os diversos grupos começam a criar múltiplos aparelhos privados de hegemonia para intervir na sociedade civil e na sociedade política, agora politizada e palco da disputa política.

Vale destacar que há um fator determinante na relação entre a sociedade civil e a política. Dentro da sociedade civil ocorrem disputas entre visões distintas de sociedade, estes embates são promovidos pelos setores subalternos e dominantes que fazem uma batalha por hegemonia. Por sua vez esse conflito produz uma correlação de forças que pode ter diversos desenhos. Esta disputa é para nós o nexo entre estas duas partes do Estado em Gramsci.

De forma dialética com o desenvolvimento do capitalismo somente a coerção da sociedade política não basta para impor a hegemonia da burguesia, surgindo assim a sociedade civil, espaço que se tornou o palco para as de disputa hegemônica entre as classes sociais. Com a ampliação do Estado para agora em duas dimensões, as batalhas que ocorrem dentro da sociedade civil passam a implicar nas ações tomadas dentro da sociedade política e de forma recíproca o movimento contrário também ocorre.

Como é dentro da sociedade civil que ocorrem as disputas entre visões de sociedade. É olhando para o interior desse espaço, com o auxílio dos instrumentos teóricos gramscianos que conseguimos analisar a atuação de diversos setores que ali atuam. Aqui estes aparelhos privados de hegemonia atuam, muitas vezes se enfrentam, disputando a hegemonia intraclasses. Com o desenvolvimento desse espaço no capitalismo, uma série de organizações não estatais

começaram a ser desenvolvidas para intervir dentro desta camada da sociedade, com o intuito de conquistar a hegemonia.

Jornais, televisões, associações, ONG's, sindicatos patronais e etc., fazem parte de uma camada de inúmeras possibilidades de aparelhos privados de hegemonia que são usados pela classe dominante para conquistar a classe trabalhadora para as suas ideias. Esta diversidade em tipos, formas e objetos de atuação entre os aparelhos de hegemonia da burguesia, demonstram como essa classe dominante possuiu diversos setores internos que muitas vezes até disputam entre eles pelo o domínio interno da burguesia. Do outro lado temos os APH's que são organizados por grupos que defendem de alguma forma classe trabalhadora e que disputam espaços dentro desta sociedade civil hegemônica pela classe burguesa.

Ou seja, a partir destes APH's ocorre a disputa entre as diversas visões de sociedade e de Estado. Nesta batalha tenta-se construir ou impor um consenso entre as classes sociais, de um lado a atual classe dominante (burguesia) empenha para sobrepor de forma passiva ou ativa a sua visão hegemônica, e do outro lado, os diversos grupos da classe trabalhadora buscam concessões dentro do sistema capitalista para garantir algum tipo de direito, ou aventuram-se a ganhar espaços para os seus projetos de sociedade e ou revolucionários. Este é um elemento definidor da visão gramsciana de sociedade civil, ela é um palco de disputa entre as classes, segundo Aparecida Tiradentes, é uma “instância de luta hegemônica” (TIRADENTES, 2012: 29).

“A sociedade civil só existe no sentido gramsciano (como instância da luta hegemônica), porque existem as classes sociais representadas pelos aparelhos de hegemonia operando na articulação das “vontades coletivas”. Luta hegemônica, assim, implica a organização de tais vontades coletivas, que são aglutinadas em torno de um ou de outro projeto de classe.” (TIRADENTES, 2012: 29).

Segundo Tiradentes, o conceito gramsciano de sociedade civil é fundamental para entendermos o porquê de a educação ter virado alvo de diversos aparelhos privados de hegemonia, principalmente nestas duas últimas décadas do século XXI, quando estivemos sob o bloco histórico neoliberal. Com a bandeira de representantes civis da sociedade²⁰, estes APH's começam a formular e a atuar dentro das escolas com um viés privatizante ou neotecnicista retirando do trabalho dos educadores “sua dimensão criadora, contextual e transformadora”

²⁰ Esta é uma distorção contemporânea muito comum, que apresenta a sociedade civil como uma representação de um espaço de uma sociedade democrática, onde os agentes se baseiam nos princípios da filantropia e caridade.

(TIRADENTES, 2012: 5), mas na verdade estão lá para utilizar os instrumentos educacionais para a construção do consenso burguês, também na formação do trabalhador do novo tipo e por fim, mas não menos importante, eles querem sugar os recursos públicos.

Atualmente este conceito é utilizado pelo senso comum de forma distorcida. Segundo Aparecida Tiradentes, “no senso comum, a sociedade civil é representada como espaço do bem, dois interesses coletivos e democráticos” (TIRADENTES, 2012:29). Nesta visão os agentes que estão ou que representam a sociedade são vistos como entes que agem a partir dos princípios da filantropia, caridade, responsabilidade civil, voluntariedade e etc. Sendo representantes do “bom” (boas ações e detentores de ideias modernas) em detrimento do “mal” figurado no Estado (mal gestor, atrasado, corrupto). Tornando a sociedade civil uma representação de um espaço democrático de uma sociedade democrática.

Aqui no Brasil a ideia de sociedade civil também sofre a influência dos períodos de ditaduras que tivemos no século XX. Aqui a sociedade civil é utilizada para definir o funcionamento da sociedade no período democrático, sendo usado para diferenciar os períodos ditatoriais que vivemos.

“Uma das contraposições mais recorrentes tornou-se a que opunha civil a militar. Sendo uma acepção corriqueira, uma vez que o termo civil é apresentado no Dicionário Aurélio Eletrônico também como o “que não é militar nem eclesiástico ou religioso”⁴, o senso comum passou a designar, de forma equivalente “regime militar” e Estado militarizado; acepção adotada também por análises acadêmicas, resultando na contraposição generalizada entre ditadura e regime (ou sociedade) civil.” (FONTES, 2010: 223)

Um elemento importante apresentado por Gramsci em relação a estas disputas é a questão da correlação de forças (GRAMSCI, 2015. C13: 34-43). Para o italiano essa ideia não é simplesmente “correlação favorável ou desfavorável”, é um resultado de uma análise de uma série de elementos objetivos das relações entre estrutura e superestrutura, ou seja, antes de “bater o martelo” sobre a correlação de forças é necessário ter um método de análise. O sardo apresenta então três pontos de análise: 1) Da situação da estrutura social objetiva (números sociais, desenvolvimento das forças produtivas e etc.); 2) Da relação entre as forças políticas; 3) Da situação das forças militares.

“(...)acrescentando às tarefas de comando, governo e domínio a função de direção cultural e política das classes dominadas (hegemonia civil), por meio da adesão espontânea (consenso), passiva e indireta e/ou ativa ao projeto de sociabilidade da classe dominante e dirigente” (NEVES, 2005:25)

A partir da politização da sociedade civil e do advento dos aparelhos privados de hegemonia, o Estado também passa a adquirir novas funções, ou seja, o Estado passou a ter também uma função hegemônica e não só administrativa e coercitiva. Na perspectiva gramsciana o Estado democrático ocidental contemporâneo é a junção da sociedade política com a civil, que ele passa a chamar de “hegemonia encouraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000:244).

Ainda sobre a aquisição de novas funções pelo Estado Ocidental, Gramsci apresenta em o seu texto sobre o Risorgimento italiano (GRAMSCI, 2002: 139), o que Lucia Maria W. Neves vem a identificar o Estado como um “Estado Educador” (NEVES, 2005: 26). Esta nova “cara” do Estado é fruto das disputas hegemônicas que ocorrem na junção da sociedade civil com a política. Com o desenvolvimento desses conflitos, o Estado capitalista precisava se transformar em uma ferramenta mais elaborada, que fosse para além de coerção e administração, ganhando uma função pedagógica dentro da construção de consenso.

Essa atuação educadora é mais uma ferramenta na disputa hegemônica, já que o Estado tem um protagonismo importante na formação das massas populares. Em grande parte dos países toda a escolaridade básica da população é gestada pelo Estado. Dando aos grupos que controlam o Estado a possibilidade de atuar desde a formação básica da população para construir de forma passiva o consenso na classe trabalhadora com a visão de mundo do grupo dominante

A partir da utilização das ferramentas teóricas do arcabouço gramsciano podemos analisar a atuação dos aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil, inclusive do nosso objeto. Mas antes disto precisamos trazer para a nossa análise alguns outros pontos que contribuíram para a nossa pesquisa. Partimos o período de desenvolvimento do neoliberalismo aqui no Brasil.

1.2 Neoliberalismo à brasileira.

No plano mundial, a década de 70 do século XX foi crucial para o capitalismo, tem início ali uma crise estrutural (MÉSZARÓS, 2009) desse sistema econômico. Este período em aberto que elencou uma série de episódios como o “Choque do Petróleo” de 1973 e 1979, fim do padrão dólar-ouro do sistema de Bretton Woods e o esgotamento do Fordismo, foram

fundamental para uma mudança do bloco histórico, apesar das consequências drásticas para diversas economias.

Como já dissemos, o fordismo e a sua dupla dialética, o keynesianismo, marcaram o bloco histórico do período de Gramsci. Porém a superprodução e a volatilidade do consumo, que também foram características deste período, promoveram no capitalismo a vivência de uma série de crises, sendo a de 1929 a mais emblemática. O conjunto de eventos dos anos 70 também merecem destaque, principalmente pelo fato de terem dado início a um novo BH. Segundo István Mészáros neste acontecimentos o capitalismo passa por uma crise de estrutura que acabou se tornando tão dramática que seus elementos estruturais não conseguem ser superados. Desde então o capitalismo vem aplicando uma reestruturação produtiva baseada em uma nova forma de organização da produção (o toyotismo) com o neoliberalismo (MÉSZARÓS, 2009), em uma tentativa constante de superar esse momento de instabilidade. A superação destes capítulos de colapsos e quedas é uma das principais características do sistema capitalismo, que aproveita destes momentos para se renovar em meio ao caos, de modo que a superação das crises cíclicas acabam revigorando o sistema.

O bloco histórico inaugurado com o fordismo chega ao fim na década de 1970 a partir da reestruturação provocada por ela. Deste modo, um novo BH toma o lugar do seu antecessor. Este novo bloco é uma consequência deste processo de superação da crise com o da reorganização produtiva do capital. Surfando o desenvolvimento econômico do Japão o toyotismo acaba se tornando hegemônico na organização da produção no mundo a partir de então. De forma dialética a este movimento o neoliberalismo, que começou a ser pensado nos anos 40 do século XX, acaba ocupando a posição de par dialético do toyotismo neste novo bloco histórico.

Nos anos 90 começava a ficar claro que o receituário elaborado no Consenso de Washington para a implementação do Neoliberalismo não se fez eficaz, mantendo as taxas de crescimentos dos países periféricos muito aquém do prometido. Este cenário acabou gerando uma insatisfação frente a capacidade econômica do neoliberalismo. Contudo, esta turbulência não foi capaz de acabar com este bloco histórico. Rapidamente foi elaborado uma reforma no neoliberalismo, sendo adotado algum tipo de distribuição de renda para melhorar os aspectos econômicos e para cooptar algumas lideranças e instrumentos contra hegemônicos da classe trabalhadora.

Constrói-se assim um neoliberalismo de “terceira via”, chamado pelo professor Rodrigo Castelo como social-liberalismo. Aqui o receituário neoliberal (austeridade, estabilidade econômica, equilíbrio fiscal, diminuição dos impostos, privatizações e etc.) passa a se somar ao tema da “questão social ou justiça social”, focando principalmente em mecanismos – as vezes paliativos -, de distribuição de renda.

Deste modo a classe dominante passa a utilizar o Estado para tentar solucionar a crise de legitimidade do neoliberalismo. Transformando algumas pautas tradicionais da esquerda em temas de Estado ou do dito “terceiro setor”, que na visão do senso comum de sociedade civil, estas entidades sem fins lucrativos contribuiriam para “sanar” estas demandas. Contribuindo para consolidação da hegemonia burguesa, já que essas bandeiras da esquerda passam a serem tratadas de alguma forma também por esses aparelhos privados da classe dominante.

“(…) – chamada social-liberalismo –, promove-se um sincretismo entre o mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social. Ou seja, as desigualdades socioeconômicas deixaram de ser uma solução para questões específicas do capitalismo e passaram a ser um dilema social a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais. Assim, as classes dominantes promoveram uma ofensiva na direção das bandeiras ideológicas da esquerda, tradicionalmente vinculadas às lutas igualitaristas. O que antes era um ideal progressista passou a ter significados políticos e culturais conservadores.” (CASTELO, 2013, p. 248)

Na segunda década do século XX, temos um aprofundamento de pontos importantes deste bloco histórico surgido nos anos 70. A flexibilização produtiva associada a uma exploração e precarização importantes dos trabalhadores, principalmente nas economias da periferia do capital como o Brasil, ganham um maior alcance graças as tecnologias digitais da informação. Atualmente este aprofundamento é traduzido a partir das ideias do empreendedorismo, “pejotização” e a “uberização” que são muito bem discutidos no livro do Ricardo Antunes “O Privilégio da Servidão” de 2020. A exploração do capital aprofundada pelo atual momento do neoliberalismo/toyotismo não inaugurou um novo bloco histórico, ele somente amplia a forma inicial do final dos anos 70.

Atualmente a grande novidade inserida a partir do boom das tecnologias ligadas ao e-commerce, principiante com o uso em larga escala dos aplicativos de entrega e transporte, é o chamado processo de uberização. Segundo Antunes, com o desenvolvimento da tecnologia tem trazido uma precarização do trabalho e não uma diminuição do tempo de trabalho.

Tradicionalmente os defensores do capitalismo dizem que com o desenvolvimento da ciência, novas tecnologias como a robótica e a informática levariam a humanidade a viverem em uma sociedade onde se trabalharia menos em uma era de felicidade. (ANTUNES, 2020:21)

Ou seja, as chamadas tecnologias digitais de informação e comunicação têm sido utilizadas pelo capital produtivo, de serviços e até o especulativo com o objetivo de intensificarem a extração de sobretrabalho em todos os espaços possíveis. Seja fiscalizando o cumprimento da hora trabalhada, no aumento da eficiência do usuário da TDIC na relação entre trabalho vivo e trabalho morto²¹, ou criando programas para auxiliar na especulação nas bolsas de valores.

Em seu livro Antunes faz um destaque sobre a retratação nos cinemas sobre o futuro do capitalismo e da atual realidade que beira uma distopia. Nos sonhos e filmes capitalistas do século XX o futuro a tecnologia seria usada para liberar os seres humanos do trabalho. Contudo a tecnologia da informação com os algoritmos e a “*big data*” fizeram a realidade se tornar um filme de terror diatópico, onde estas ferramentas são usadas para aumentar o trabalho. Com elas se regula o tempo, a meta, os horários (principalmente o do descanso), sugando todo e qualquer lucro produzido pelos trabalhadores e com um custo cada vez menor já que este empregado se for pejotizado ou uberizado não tem vínculo nem direito.

Este é um tema interessante, que não será aprofundado aqui mas que daria uma boa pesquisa, comparar o futurismo dos filmes dos anos 60 e 70 que sonhavam com um futuro utópico, do capitalismo perfeito, com os filmes de contemporâneos que já retratam as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores precarizados. Ou com os filmes destes últimos 20 anos que exploram um futuro diatópico ou apocalíptico que são provocados pelo capitalismo destrutivo ou uma ameaça alienígena.²²

Hoje no entanto, segundo a pesquisa do Ricardo Antunes o desenvolvimento de tecnologias do “*e-commerce*” com os aplicativos de vendas e de serviços como as gigantes Amazon, Uber, 99 Taxi, Ifood, Glovo e outras, tivemos foi o aumento dos trabalhos precarizados, sem vínculos entre o trabalhador e a empresa, ainda mais, o capitalista não mais

²¹ Marx trabalha com uma definição de trabalho que tem dois aspectos, o trabalho vivo e o morto. O primeiro é toda a práxis e subjetividade que envolve o trabalho humano, ou seja é a ação social do ser humano na transformação da matéria prima (natureza), já o segundo são os maquinários, os produtos, o capital que aliena o trabalho.

²² Exemplos de filmes despóticos ou apocalíptico das últimas duas décadas: “28 dias”(2000), “A estrada” (2009), “Madrugada dos Mortos”(2004), “Pandorium”(2009), “Onde esta a Segunda?” (2017), “Elysium” (2013), Black Mirror episódio “Fifteen Million Merits” (2011), até infantis como o “Fim do Mundo” (2019). Entre outras dezenas de filmes e séries.

necessariamente detém o meio de produção da riqueza. Esta, também, fica no encargo do (sobre)trabalhador. Ou seja, o desenvolvimento tomou um rumo oposto ao sonhado por defensores do capitalismo no século XX, o rumo da exploração extrema e não o do “não trabalho”.

Este novo modelo de precarização do trabalho vem sendo chamado de uberização. E ele hoje dá o tom de novidade no capitalismo mundial, e sem dúvida, é na periferia do mundo que este tipo de trabalho é mais latente devido ao desemprego e a crise sistêmica que esses países vivem. E, não é a toa que são nessas regiões que as “*Big Techs*” extraem a maior parte do seu lucro. Uma consequência desta intensificação da exploração digitalizada é chamada por Ricardo Antunes de “proletariado da era digital”, estes infoproletários são os diversos trabalhadores precarizados e sem vínculos legais que vendem a sua força de trabalho para as diversas Big Techs que exploram algum nicho dentro do “*e-commercer*”. Devido à crise econômica e a necessidade de sobrevivência este novo proletariado se submete a uma precarização cada vez maior com uma carga horária de mais de 8 horas por dia, atuando em diversas empresas ao mesmo tempo, no que Antunes define como uma escravidão digital.

“Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constante, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do *novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*. Em pleno século XXI.” (ANTUNES, 2020: 32)

Associado a este fenômeno atual temos o empreendedorismo e a pejetização, dois nomes para o mesmo processo, o de criação de pequenas e microempresas ou pequenos negócios (do brechó à lojinha da esquina). O empreendedorismo hoje no Brasil talvez seja a principal bandeira da nova pedagogia da hegemonia, que diversos aparelhos privados de hegemonia utilizam como uma saída para a crise econômico-social.

Facilmente encontraremos projetos em escolas como na Rede Estadual do Rio de Janeiro. Alguns anos a secretaria de educação vem implementando diversas formas fomentos para esta política. Por exemplo com o curso de extensão “Formação de Professores em Empreendedorismo e Gestão para o Ensino Médio” em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) que se destinava a formar professores e gestores e agora também com uma matéria optativa no Novo Ensino Médio disciplinas com esta temática ou como eixo de algumas

escolas integrais desta rede. Nessa modalidade de ensino a Rede Estadual já possuiu 147 de escolas com o currículo integral voltado para o empreendedorismo.²³

Segundo Antunes, o processo de uberização e da pejetização tem reforçado a individualização, a invisibilidade e a precarização. Na realidade estes dois processos reforçam a pedagogia da hegemonia no neoliberalismo, ou seja, o incentivo pela busca individuais de soluções de problemas coletivos e sociais. Não é à toa que explodiu no Brasil o número de micro e pequenas empresas que não possuem funcionários, onde os proprietários são ao mesmo tempo dono e empregado. Segundo o IBGE, os dados do Cadastro central de empresas de 2019/2020, 8,4% das empresas brasileiras ativas não possuem nenhum funcionário na sua equipe.²⁴

A pesquisa realizada pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM)²⁵ em parceria com o SEBRAE de 2021 traz elementos importantes que, indiretamente, ressaltam o resultado da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. No estudo anual sobre o empreendedorismo no Brasil a GEM traz diversos dados sobre este tema. Por exemplo, são 43 milhões de pessoas que estão empreendendo ou que estão em processo de empreender no país e estamos na sétima posição do ranking mundial da GEN de nações que mais tem empreendedores. Apesar disto, esse número está em queda, provavelmente efeito da crise gerada pela pandemia.

Um dado importante da pesquisa que demonstra o efeito da pedagogia da hegemonia no que se trata da propaganda da ideia do empreendedorismo, é que segundo a pesquisa é que ter a própria empresa é o terceiro maior sonho dos brasileiros, estando atrás da casa própria (42%) e de viajar pelo Brasil (32%). Ou seja, o sonho do empreendedorismo como uma saída para uma mudança de vida é forte no país.

Esses números sobre o empreendedorismo, inclusive o sonho/desejo de empreender são resultado da nova pedagogia da hegemonia que incentiva soluções individuais para as questões socioeconômicas vividas pela classe. Tendo a ideia do empreendedorismo como um dos principais temas para fomentar na classe trabalhadora o sonho do enriquecimento do capitalismo. Mas que na verdade a solução do empreendedorismo leva a maior parte da classe trabalhadora para a perda de direitos e a precarização do seu trabalho, muitos vão virar

²³ Disponível em: <<https://www.seeduc.rj.gov.br/cidad%C3%A3o/educa%C3%A7%C3%A3o-integral>>. Acessado em 30/07/2023.

²⁴ Disponível em: <<https://ce.cut.org.br/noticias/numero-de-assalariados-cai-aumenta-o-numero-de-empresas-sem-empregados-diz-ibge-a971>>. Acessado em 22/08/2022.

²⁵ Relatórios das pesquisas da GEN disponível em: <<https://lapei.face.ufg.br/p/38984-relatorios>>. Acessado em 22/08/2022.

“infoproletariados” prestadores de serviços do e-commerce. Como dito por Antunes são “uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo”. (ANTUNES, 2020:36)

Além disto, Antunes apresenta que uma característica importante do momento atual do capitalismo, que é o aumento no número de trabalhadores e trabalhadoras ao mesmo tempo em que se diminui a quantidade de empregos formais. (ANTUNES, 2020:27) Com esse crescimento de desempregados e trabalhadores informais permite que o capital precarize também quem se mantém empregado, através da diminuição de direitos (tendo como exemplo a contrarreforma²⁶ trabalhista do governo Temer) e da diminuição do salário. A uberização e a pejetização são alimentadas por esta equação que tem como produto o aumento do lucro do capital.

O aprimoramento do capitalismo ao longa da sua história sempre caminhou para busca do lucro constante. Em uma associação de baixos custos com a compra da força de trabalho e de matérias primas, com tecnologia que permita uma produção cada vez maior e progressiva. Deste modo, no atual momento do capitalismo a precarização através da uberização e pejetização do infoproletariado é a nova tática do capital para aumentar ao extremo a mais-valia que retira dos trabalhadores. Associado a todas as pressões sobre os poucos trabalhadores com direitos e vínculos tradicionais, temos o resultado descrito por Antunes no trecho a seguir:

“O resultado dessa processualidade é que, em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até que aquelas claramente caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais.” (ANTUNES, 2020:34)

Este é um retrato muito cruel do neoliberalismo, o incentivo ao empreendedorismo nas escolas e nas mídias apresentando este caminho como uma solução para a pobreza, incentivam milhares de pessoas a se pejetizarem levando-os a mais precarização e a ilusão do enriquecimento. Na realidade a nova pedagogia da hegemonia e as condições materiais leva estas pessoas a se tornarem trabalhadores sem direitos, precarizados do mundo moderno que

²⁶ Sobre o conceito de contrarreforma em Gramsci trazemos a explicação de Coutinho: “Parece-me importante sublinhar que, nesta passagem, Gramsci caracteriza a contrarreforma como uma pura e simples restauração”, diferentemente do que faz no caso da revolução passiva, quando fala em uma “revolução-restauração”. Apesar disso, porém, ele admite que até mesmo neste caso tem lugar uma “combinação entre o velho e o novo”. Podemos supor assim que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma resida no fato de que, enquanto na primeira certamente existem “restaurações”, mas que “acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo”, com diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença talvez sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado.” (COUTINHO, 2012, p. 121).

venderão serviços as grandes empresas, muitas delas da “*Big Techs*”, e não terão nenhuma lei trabalhista que lhe garantirão algum direito. Um grande negócio para qualquer capitalista e um péssimo negócio para um trabalhador.

Para efetivar esta exacerbação dos lucros as empresas impõem aos trabalhadores altas taxas de produtividades, maximizando o tempo, flexibilizando relações de trabalho para diminuir os custos da mão de obra, impondo a realidade da precarização e flexibilização. Mas há um outro modo para aumentar a extração da mais valia, que é a terceirização. Aqui no Brasil na onda da reforma trabalhista do governo Temer, é aprovado a lei nº 13.429, que trata da terceirização, ela expandiu as áreas que são permitidas esta modalidade de contratação. A terceirização vem sendo um caminho cada vez mais utilizado pelas grandes empresas e pelo serviço público aqui e no mundo.

A terceirização é basicamente quando uma empresa pública ou privada necessita de um serviço de um profissional qualquer e realiza a contratação deste de forma indireta via uma terceira empresa. Esta por sua vez é quem contrata o trabalhador diretamente de forma temporária ou permanente, ou seja, é ela quem paga os custos e impostos referente à este funcionário e também é ela que fica com as responsabilidades e ônus de quaisquer problemas referentes ao contratado.

Aqui no Brasil temos visto uma explosão de empresas especializada na prestação de serviços diversos que são contratados por outras empresas ou órgãos públicos via terceirização, exemplificando elas concentram o serviço de segurança, auxiliares gerais, cozinheiros, recepcionistas e diversos outros. Com a eliminação de diversos cargos públicos e até de empresas ou órgãos públicos de serviços, e a expansão da terceirização dentro das grandes empresas públicas seja através do fenômeno da pejetização ou não, temos esta expansão deste mercado de empresas especializadas em serviços terceirizados.

Para dar lucro estas empresas precisam extrair de forma extrema a mais-valia, pagando salários baixos e exigindo uma carga horária dura. E aqui no Brasil, muitas delas são utilizadas para extrair lucro através da corrupção e lavagem de dinheiro. Chovem casos de organizações sociais que são formadas por essas empresas, que são pegadas em escândalos de corrupção ou “falem” deixando centenas de trabalhadores sem o que lhes era devido.²⁷

²⁷ Há diversos casos de corrupção ou de falências em OS e OSCIP, como por exemplo:

<<https://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/11/grupos-criminosos-usavam-oscips-para-desviar-verba-publica-diz-pf.html>>; <<https://www.conjur.com.br/2013-mai-29/justica-mp-investigam-uso-oscips-desvio-dinheiro-publico>>, acessados em 01/08/2023.

“Com salários menores, com jornadas de trabalho prolongadas, vicissitudes cotidianas, que decorrem da burla da legislação social protetora do trabalho, a terceirização assume cada vez mais relevo, tanto no processo de corrosão do trabalho e de seus direitos como no incremento e na expansão de novas formas de trabalho produtivo geradoras de valor.” (ANTUNES, 2020:34)

A terceirização é mais um elemento que contribui para a consolidação de um cenário de aumento da precarização dos trabalhadores, se somando às novas “modalidades” de trabalho, sejam os infotrabalhos uberizados, os pejotizados, os autônomos ou os já tradicionais “bicos” do brasileiro. Isso ocorre por dois caminhos, primeiro os baixos salários que são pagos, e segundo elas naturalizam um vínculo temporário de trabalho com a empresa terceirizada ou com a empresa contratante, dificultando a aposentadoria e forçando o aceite de qualquer tipo de salário e relação contratual.

Além destas medidas neoliberais, as primeiras décadas dos anos 2000 trouxeram uma maior participação política dentro da sociedade civil. Alguns episódios foram marcados pelas inovações trazidas pelas redes sociais que acabaram catalisando levantes sociais em países do tipo Orientais, ou seja, com sociedades civis limitadas. Um grande exemplo foi a Primavera Árabe²⁸ ocorrida entre 2010 e 2012, onde alguns regimes foram derrubados a partir de atos organizados pelas redes sociais, ou o levante no Chile pela Constituinte que ocorreu entre 2019 e 2020.

Contudo, as novas ferramentas de comunicação das redes sociais também foram usadas por setores da extrema direita, como nos episódios do trumpismo na tentativa de tomada do Capitólio em seis de janeiro de 2021 nos Estados Unidos e nas eleições de 2018 no Brasil, quando o bolsonarismo utilizou habilmente as redes sociais para espalhar “Fake News” que acabou alavancando a campanha de Jair Bolsonaro, resultando na eleição dele.

Desta forma, apesar do aumento da participação de setores contra hegemônicos na sociedade civil, esta disputa ainda se dá de forma desorganizada e limitada, episódios de vitórias ou de grandes mobilizações ainda são rarefeitos. E a falta de resposta pela esquerda acaba levando boa parte da classe trabalhadora a dar audiência para setores da extrema direita que estavam a muito tempo fora do controle do sistema capitalista.

O momento atual do neoliberalismo necessita fundamentalmente conquistar a classe trabalhadora para a aceitação das novas formas de precarização, a pejotização e a uberização, além da expansão do empreendedorismo como uma saída para o enriquecimento. Para que os

²⁸ Apesar da derrubada de regime ter sido promovido por movimentos progressistas, alguns países como o Egito acabou sofrendo uma contraofensiva conservadora que instalou novamente regimes autoritários.

subalternos comprem este conjunto de novas formas de trabalho é fundamental o fortalecimento da função educadora do Estado e de uma intervenção no fazer educacional para que a classe dominante tenha uma maior eficiência na construção da sua hegemonia.

1.3 O Estado educador e a mercantilização do fazer pedagógico.

Esse desenvolvimento se dá ao mesmo tempo em que o nosso país vive a implementação e o desenvolvimento do neoliberalismo, seja o neoliberalismo tradicional aplicado por Collor ou o do tipo de terceira via com os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Isso não é uma coincidência, com o desenvolvimento da economia brasileira em um modelo neoliberal com o fomento a privatizações e ao desenvolvimento do “terceiro setor”, o Brasil começa a ter também um aumento significativo dos APH's. Esse aumento dos aparelhos privados de hegemonia no país demonstram uma tomada das rédeas do controle hegemônico pela burguesia, que antes era uma tarefa usual do Estado brasileiro.

Neste mesmo período temos o desenvolvimento do próprio neoliberalismo que estava sendo lapidado para dar respostas ao desenrolar do capitalismo contemporâneo. Segundo Neves, o desenvolvimento do neoliberalismo no final do século XX e no começo do XXI e com a revolução digital que ocorre neste mesmo período, cria-se a necessidade da elaboração de uma nova pedagogia da hegemonia. Ou seja, dentro desta perspectiva do Estado capitalista educador, a classe dominante desenvolveu uma nova pedagogia para manter a sua hegemonia dentro da sociedade capitalista, uma pedagogia que respondia ao desenvolvimento capitalista daquele momento, a etapa do neoliberalismo.

“Na condição de educador, o Estado capitalista desenvolveu e desenvolve uma pedagogia da hegemonia, com ações concretas na aparelhagem estatal e na sociedade civil. Este conceito, embora não tenha sido utilizado explicitamente por Gramsci, é por ele inspirado.”(NEVES, 2005:27).

Desde de que a burguesia se tornou a classe dominante ela vem realizando uma série de transformações sociais e políticas expressadas desde o mundo do trabalho (com as novas formas de relações de trabalho) até todo o conjunto das relações sociais humanas com o objetivo de assegurar a sua hegemonia intraclasses. E coube a este Estado educador a estruturar boa parte, senão todas, estas mudanças, formando e moldando os trabalhadores às necessidades do

desenvolvimento capitalista. E é a escola o espaço privilegiado para implementar esta pedagogia da hegemonia elaborada pela burguesia.

E estando em uma sociedade de classe onde as disputas por modelos sociais se chocam, é natural que também haja conflitos no campo pedagógico. E, se há uma pedagogia da classe dominante, também existe projetos alternativos oriundos dos trabalhadores. Isto não podia ser diferente já que a há disputa entre as classes sociais pela hegemonia da sociedade, mesmo que esta seja travada com correlações de forças desiguais. Desde modo, os aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora também constroem os seus projetos pedagógicos que podem ou não estarem ligados a um programa revolucionário. Por exemplo temos aqui no Brasil as escolas do Movimento dos Sem Terra (MST) que já formaram algumas gerações de trabalhadores do campo a partir de um viés socialista e emancipador construída pelos próprios trabalhadores do campo²⁹.

A partir desta ideia do Estado educador, podemos explicar o porquê de tamanha movimentação de aparelhos privados de hegemonia de diversos setores dentro da educação. Na realidade, boa parte dos principais setores econômicos nacionais e estrangeiros que atuam no Brasil tem alguma relação com algum APH que tem como foco a educação. Seja através de parceria de financiamento ou da própria gestão destes aparelhos. A explicação desta movimentação em volta da educação é simples, pois é inerente a ela um grande poder formador, que pode ser usado como um instrumento significativo para a libertação revolucionária ou emancipação social, mas que também pode ser utilizada para o oposto, tornando-se um instrumento de produção de consenso, formação de um novo perfil de trabalhador que favoreça ou consolide uma superioridade hegemônica da burguesia. Quem controla a educação tem um grande instrumento que contribuirá para o controle hegemônico da sociedade.

Desde o período de cárcere de Antonio Gramsci o capitalismo desenvolveu suas estruturas de controle hegemônico através, principalmente da figura do Estado educador, mas também de uma série de aparelhos privados de hegemonia. Após a segunda guerra, esse Estado educador é adotado em diversos países, ocorrendo tanto nos países centrais que viviam o Estado de bem-estar social, mas também na periferia ocidental que durante a guerra fria acabaram se tornando os verdadeiros palcos da Guerra Fria.

“(…) os Estados capitalistas centrais e periféricos, de modo específico, sob a forma de Estado de bem-estar social, desenvolveram, além das atividades coercitivas inerentes ao Estado em sentido estrito, estratégias educadoras no sentido da garantia

²⁹ Disponível em: <<https://mst.org.br/educacao/>>. Acessado em 06/06/2022.

de direitos, visando reduzir a desigualdade real do acesso à riqueza e ao poder nas formações sociais burguesas, de forma a garantir a reprodução do modo capitalista de convivência social e evitar a adesão ao projeto socialista de sociedade (...)” (NEVES, 2005:30)

No período da Guerra Fria, os países centrais do capitalismo, principalmente os europeus, desenvolveram o Estado de bem-estar social com o intuito de combater a influência socialista dentro da classe trabalhadora, ainda na esteira do americanismo e fordismo que juntos formavam a revolução passiva contra a revolução russa e a URSS. Os trabalhadores no auge da economia planificada eram fortemente impactados pela qualidade de vida dentro dos países socialistas que até a crise dos anos 70 conseguia oferecer condições sociais iguais ou melhores que a média dos países capitalistas. Este cenário era por si só um agente de propaganda perigoso para a hegemonia capitalista, por isso, a custo de muito dinheiro, foi implementado uma série de seguridades a partir do Estado de bem-estar social.

O Estado de bem-estar social foi a forma encontrada para manter o sistema capitalista de pé frente aos Estados socialistas, mesmo que para isso fosse necessário melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora. Era parte da estratégia dar aos trabalhadores algum tipo de ascensão social, direitos civis e políticos, este era o custo para afastar dos países centrais um “fantasma comunista”. Já na periferia a política adotada foi a da repressão. Não houve espaço e nem investimentos (que estavam sendo gastos no centro) para a construção de uma versão periférica do Estado de bem-estar social. De fato, não havia possibilidade, pois só precarizando e aumentando os lucros do capital nessas regiões que se torna possível pagar o Estado de bem-estar social no centro do sistema capitalista. Para a América Latina, África e Ásia sobrou as guerras colaterais e golpes militares.

Segundo Neves, os setores hegemônicos implementaram neste momento uma pedagogia da hegemonia que se baseava neste aumento de direitos e de ascensão social, era a tentativa de ganhar a classe trabalhadora dos países capitalistas para o capitalismo. Esta tática foi vitoriosa pois alimentou o imaginário da classe sobre o sucesso do capitalismo, mesmo que estas condições de vida fossem só obtidas nos países centrais do capitalismo. Outra prova deste sucesso foi a “amenização” dos instrumentos da classe trabalhadora, partidos revolucionários foram perdendo força ou se transmutando em partidos reformistas e os sindicatos passam a focar em um sindicalismo de resultados, ambos acabam optando por uma tentativa de manutenção ou ampliação do Estado de bem-estar social, abrindo mão dos projetos de superação do capitalismo.

Deste modo, a pedagogia da hegemonia forjada no Estado de bem-estar social foi eficaz e garantiu a hegemonia da burguesia no século XX, sendo peça fundamental na luta contra as ideias comunistas durante e após a guerra fria. Como resultado disto, apesar de algumas vitórias importantes durante o mundo bipolar, após o desmantelamento da União Soviética em 1991, a pedagogia contra hegemônica vem perdendo bastante terreno, atingindo cada vez menos a classe trabalhadora (NEVES, 2005). Teses como a de Fukuyama do fim da história (FUKUYAMA, 1989), ou seja, com o fim da URSS o desenvolvimento político humano chegou ao seu estágio final, as democracias liberais e o livre mercado, contribuem para a naturalização da hegemonia burguesa e para o enfraquecimento das iniciativas contra hegemônicas dos trabalhadores.

Até existem sindicatos, partidos e outros instrumentos da classe que fazem a disputas contra hegemônicas em todos os cantos do globo. Porém, além da luta contra o capital eles ainda são palcos de uma batalha contra o reformismo. Hoje no campo progressista as ideias reformistas são majoritárias, e isso também reforça o sucesso da pedagogia da hegemonia do Estado de bem-estar social, que ganhou boa parte da classe trabalhadora para as ideias de conciliação de classe e do sindicalismo de resultados.

Desde o final da guerra fria em 1991 até hoje, no início da década de 20 do século XXI, muita coisa mudou no mundo. Observamos uma expansão do neoliberalismo inclusive nos países europeus, onde o Estado de bem-estar social vem sendo desmontado desde o fim da URSS. Diversas reformas foram implementadas nestes países, como a atual reforma da previdência na França que tem gerado uma grande reação do movimento organizado dos trabalhadores francês no início de 2023.

“O Estado de bem-estar social perdeu espaço para o Estado neoliberal. De produtor de bens e serviços, o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil. De promotor direto da reprodução do conjunto da força de trabalho, admitindo-a como sujeito de direito, o Estado passou a provedor de serviços sociais para uma parcela da sociedade definida agora como ‘excluídos’, ou seja, aquele contingente considerável que pertinencialmente, apresenta as condições objetivas para desestruturar o consenso burguês. Para o restante da população, o Estado transfigura-se em estimulador de iniciativas privadas de desatrelar as várias formas de discriminação das desigualdades de classe.” (NEVES, 2005: 33)

Nestes últimos 30 anos, com a implementação e o avanço do neoliberalismo, vivenciamos esta transformação estatal descrita por Lucia Neves, neste processo fomos atropelados pela monstruosa precarização do trabalho com os processos de uberização e pejetização estudada por Ricardo Antunes.. Além disto presenciamos uma reorganização

geográfica das plantas produtivas, que tirou as produções de diversos produtos do grande centro para diversas regiões periféricas do planeta, onde o neoliberalismo foi mais selvagem na eliminação de direitos. Também tivemos uma série de avanços tecnológicos que dinamizaram a propaganda, venda, consumo e a produção, em especial as gigantescas possibilidades das ferramentas digitais.

Esse conjunto de mudanças também se traduzem nas relações sociais de produção que necessitam de um novo tipo de humano coletivo³⁰ apto a aceitar o atual nível de precarização nas relações produtivas. É fundamental ter pessoas que aceitem o novo cenário social provocada pela atual fase do sistema capitalista, traduzida pelas ações neoliberais, que “faz água” na forma de desemprego elevado, precarização do trabalho, e o aumento da pobreza no mundo, que também leva a classe hegemônica aumentar a sua eficácia em convencer a classe trabalhadora da efetividade do sistema e do seu dever em aceitar as dificuldades.

Segundo Neves a nova pedagogia necessita da construção deste cenário em que a classe trabalhadora possui um enorme número de indivíduos envoltos pela urgência da sobrevivência. Esta necessidade de lutar pelo prato do dia seguinte os deixaria de fora da luta política (NEVES, 2000:34). Neste cenário os aparelhos privados de hegemonia ganham ainda mais protagonismo. Eles são fundamentais para a construção da hegemonia do atual bloco histórico, funcionando como uma ferramenta importante do estado ampliado. Esse complexo conjunto de ações e ferramentas é que permite que a classe dominante consiga conquistar os subalternos para a sociedade burguesa, mesmo que estes vivam em um nível de degradação social elevado e que a maioria absoluta deles não consiga sair desta condição com as ideias vendidas pelo sistema.

Para isso houve primeiro uma reformulação das ações pedagógicas do Estado, ou seja, o atual momento do capitalismo força o Estado a ter uma nova pedagogia da hegemonia. Uma pedagogia que consiga conquistar a classe trabalhadora, mesmo com um número cada vez mais crescente de precarizados e excluídos da atual sociedade capitalista. Há três focos de ação dentro da nova pedagogia, o primeiro é a criação de uma participação precária dentro da sociedade civil por parte da maior parte da classe trabalhadora, a segunda é a desorganização ou o dismantelamento dos instrumentos tradicionais de defesa da classe trabalhadora, e por fim, a terceira visa fomentar a organização do maior número de seguimentos sejam por opressões ou quaisquer tipos de tema que possa ser construído como a fonte dos problemas socioeconômico das pessoas.

³⁰ Gramsci utiliza o termo homem coletivo, faço aqui uma “licença” para utilizar o termo humano coletivo.

Sobre o primeiro ponto, a nova pedagogia da hegemonia tenta garantir aceitação dos níveis de precarização do trabalho, a partir de uma redefinição do padrão de politização da sociedade tentando manter boa parte da classe trabalhadora no nível mais elementar de participação político-social, incentivando a busca individuais dos problemas sociais. Ou seja, essa nova pedagogia da hegemonia mina de várias formas a correlação de forças para os trabalhadores, mas como não pode impor uma exclusão total de participação política, ela fomenta uma participação restrita e individual.

Segundo Lucia Neves, a NPH tem como princípios norteadores os seguintes pontos: fomentar a manutenção do grosso da classe trabalhadora em um grande nível de precariedade, ao mesmo tempo (e diferente da época do fordismo) incentiva a participação política em espaços que visem a busca por soluções individuais em detrimento as construções coletivas tradicionais da classe trabalhadora; como segundo ponto ela também age para dismantelar ou reordenar os aparelhos da classe trabalhadora, retirando a sua função ou desassociando-os com a classe mais precarizada.

Os avanços na sociedade civil, seja por pressão dos movimentos dos trabalhadores, pelo medo da influência das revoluções socialistas do século XX ou por concessões da burguesia, geraram um “*status quo*” da participação política que dificilmente se retrocederá, salvo em cenários de colapso das democracias, situações que voltaram a ficar no horizonte das possibilidades com o fortalecimento da extrema direita e da tática das fakes News que corroem as democracias. Além disto a sociedade civil com os aparelhos privados de hegemonia se tornou um instrumento de conquista da hegemonia muito eficaz para ser ignorado pela classe burguesa. Por isso ao mesmo tempo que é importante para o momento atual do capitalismo garantir uma precarização cada vez maior da classe trabalhadora, é essencial o incentivo à participação deles em algum tipo de espaço da sociedade civil para que se mantenha funcional esse controle/convencimento da classe através da sociedade civil e o Estado educador. Como diz Neves, não dá para deixar os trabalhadores de fora da participação política, mesmo que seja de forma passiva esta participação.

“O ponto a ser destacado diz respeito ao fato de que, mesmo nesse movimento não é possível abrir mão da ideia de participação política, dado que os homens não podem mais ser deixados de fora de um processo que, interessados em conquistar sua adesão, ainda que prioritariamente passiva, demanda sua presença.” (NEVES, 2005:35)

O segundo ponto ocorre a partir do avanço da precarização das relações de trabalho. As reformas trabalhistas e suas variantes, além de retirar direitos dos trabalhadores levando-os aos

processos de uberização e tercerização, também tem como objetivo a desconfiguração ou a desconstrução dos aparelhos privados de hegemonia dos trabalhadores. Este grave ataque é mais visível nos sindicatos de trabalhadores privados. Cabendo a nova pedagogia da hegemonia além de construir a aceitação desta nova realidade precarizada, tira também o sentido da relação do trabalhador com o seu sindicato, incentivando os primeiros a buscarem soluções individuais ou aceitarem a precarização, ou seja, atuando no fomento da desarticulação da classe trabalhadora.

Na atualidade brasileira somente os sindicatos que tem como base os “trabalhadores com direitos” que geralmente são os funcionários públicos, tem capacidade de mobilização e conseguem de alguma forma fomentar a luta sindical. Há muito tempo não há uma greve geral no Brasil que tenha um número razoável de trabalhadores privados paralisados, salvo algumas bases da construção civil e principalmente de alguns setores da indústria como a automobilística.

Somado os dois princípios norteadores da nova pedagogia da hegemonia, cria-se um cenário onde os trabalhadores não conseguem solucionar politicamente e coletivamente os problemas gerados pela precarização. Criando mais alienação e aceitação da realidade atual do capitalismo, onde as soluções se dão através da busca individuais para os problemas sociais, e pela ascensão social através do mérito. Mantendo a classe trabalhadora dentro do controle hegemônico da burguesia que mantém o seu status quo.

O Terceiro ponto é que a nova pedagogia da hegemonia incentiva a organização de alguns nichos sociais como idosos e juventude, e dos setores oprimidos pelo machismo, racismo e homofobia. Este fomento tem como objetivo levar o oprimido ou grupos específicos a associar os problemas que são impostos a eles pela posição em que estão dentro do capitalismo a determinada opressão ou situação e não ao capitalismo em si.

O capitalismo é responsável por inflar muitas destas opressões e também se utilizar delas para explorar ainda mais os oprimidos. Em muitos momentos históricos a exploração de negros ou mulheres foi justificada por opressões e esta situação foi utilizada na extração de riquezas pelos burgueses. Contudo, elas não foram criadas ou causadas pelo sistema capitalista. Na verdade, o atual modo de produção se utilizara de quaisquer ferramentas para garantir o lucro, seja a escravidão, o machismo ou até as causas ambientais de hoje. Tudo pode virar mercadoria (como dizia Marx), da opressão ou a luta contra a opressão em si.

É importante ressaltar que as lutas contra as opressões são fundamentais para a libertação de parcela significativa da classe trabalhadora, essas muitas vezes perdem a vida na

barbárie capitalista que estamos vivendo e por isso essas pautas não podem ser menosprezadas. E é fundamental para que as batalhas contra cada opressão sejam libertadora, elas serem associadas a luta contra as amarras econômicas do capitalismo. As opressões só serão realmente superadas em uma nova sociedade com um novo ser humano, e isso só ocorrerá na superação do capitalismo e da sociedade burguesa, como diz Silvio de Almeida em seu trabalho sobre o racismo estrutural:

“A superação do racismo passa pela reflexão sobre formas de sociabilidade que não se alimentem de uma lógica de conflitos, contradições e antagonismos sociais que no máximo podem ser mantidos sob controle, mas nunca resolvidos. Todavia, a busca por uma nova economia e por formas alternativas de organização é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar.” (ALMEIDA, 2019:127)

Somados os três pontos temos uma pedagogia hegemônica que tenta de várias maneiras manter a classe trabalhadora desfocada das causas que lhe prendem à precarização da vida. Mantendo-os em algum grau de participação na sociedade civil, mas criando diversos obstáculos para que quando se organizem ou participem individualmente de algum espaço da sociedade civil, não seja para atacar o capitalismo em si. Mantendo desta forma a hegemonia burguesa soberana e ainda passando a impressão de democracia nos estados ocidentais, já que a classe trabalhadora pode atuar politicamente ou individualmente contra alguma opressão ou na tentativa de “subir na vida”.

Outro movimento importante do neoliberalismo que se associa a atuação da nova pedagogia da hegemonia são as políticas de desmonte estatal. As privatizações, que são um forte elemento do neoliberalismo para a transformação do Estado de bem-estar social para um Estado mínimo, não se limitam somente à venda das estatais, mas vai além. Para essa transformação ocorrer é preciso privatizar também os serviços, gerando o chamado “terceiro setor”.

O “terceiro setor” são os organismos privados ou sem fins lucrativos que assumem os serviços originários do Estado, com saúde, educação, segurança e etc., chamado por Neves de “setor público não-estatal” (NEVES, 2006, p. 37). Eles são peças fundamentais para a consolidação da hegemonia burguesa no capitalismo contemporâneo. Segundo Neves:

“(...)nova condição de prestadoras de serviço de interesse ‘público’, essas camadas funcionam também como intelectuais que cimentam, na superestrutura, a relação entre as frações de classe expropriadoras sob a direção do capital financeiro e industrial e

importantes frações do proletariado (os chamados ‘excluídos’) alvo da ação direta e indireta do Estado neoliberal.”(NEVES, 2006: 37)

A atuação intelectual do “terceiro setor” tem como objetivo reforçar a ideologia burguesa, tal como a nova pedagogia da hegemonia, ou seja, consolidar as saídas individuais para os problemas coletivos em detrimento das soluções coletivas e dos métodos tradicionais de organização e de luta dos trabalhadores. Deste modo a atuação em conjunta das duas ferramentas naturaliza a cidadania política precária que não alcança o verdadeiro provedor dos problemas individuais, o capitalismo.

Como esses organismos assumem os serviços que eram oferecidos pelo Estado, eles acabam tendo um respaldo considerável perante a população, seja a classe média ou a mais empobrecida, facilitando assim este papel de intelectual e de “cimentar” as relações entre a direção do capital e os excluídos. Muitos destes prestadores estão ligados a aparelhos privados de hegemonia, direta ou indiretamente. Dando a estes APH’s uma parcela deste reconhecimento que é ganho pelo campo de serviço que o organismo do “terceiro setor” ou os seus patronos atuam, reforçando a ideologia dominante.

Outro aspecto do avanço do neoliberalismo no Brasil é o processo de mercantilização do fazer pedagógico. Este tema foi desenvolvido pela pesquisa da professora Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos no seu livro “Pedagogia de mercado” de 2012. Aqui a professora Tiradentes nos traz uma transformação importante implementada pelos governos neoliberais de direita e de esquerda das primeiras duas décadas dos anos 2000, a mercantilização de um ponto crucial da educação, o processo de produção pedagógica, ou seja, de todo o processo de planejamento, gestão, preparação e pensar dos educadores sobre o seu trabalho em si.

Para Aparecida este processo de mercantilização está totalmente ligada a busca de hegemonia por parte da burguesia, que se aprofunda na educação para utilizá-la como instrumento para consolidar a sua dominação hegemônica sobre a classe. Segundo Tiradentes, antes da implementação da pedagogia de mercado foi necessário uma ação que modificasse o senso comum da classe trabalhadora sobre a escola pública. Durante os anos 80 e 90 no Brasil a burguesia aproveitou a falência das redes públicas de ensino para construir a ideia de que o sistema educacional brasileiro é ineficaz e falido. Cabe ressaltar que este cenário em que se encontrava o conjunto das escolas públicas na última década do século XX foi uma construção da própria classe hegemônica brasileira, seja nos anos da ditadura militar com a implementação de disciplinas com caráter ideológico, ou nos anos 80 e 90 já no período democrático. Após esta conquista da escola pública falida de fato e no imaginário popular, a burguesia inicia o

segundo ato, apresentar como a salvação a ideia de que se tratarmos a educação a partir da lógica empresarial de produção, qualidade e etc., haverá uma mudança positiva do sistema.

A construção da ideia da escola falida ou fracassada se acentuou quando dois movimentos ocorreram, primeiro os grupos hegemônicos construíam a imagem negativa dos serviços públicos e dos agentes públicos, como ineficazes, falhos e associando o funcionário público a trabalhadores que não trabalham. Esta imagem é em um dos braços da disputa hegemônicas que o neoliberalismo trouxe ao cenário brasileiro e que tem muito apelo aqui e em outras periferias do capitalismo, onde a estrutura do Estado é realmente falha. E segundo, com o crescimento da pedagogia crítica que teve início com o fim da ditadura militar, os neoliberais começaram a combatê-la iniciando uma associação desta pedagogia crítica ao fracasso da educação.

Este fortalecimento da pedagogia crítica se deu junto ao momento de reabertura política do Brasil, no início dos anos 80. Este era um momento de efervescência política, com a volta dos exilados, fortalecimento do novo sindicalismo e de luta pela volta da democracia. A pedagogia crítica ganhava espaço dentro das universidades que debatiam a educação, se tornando um dos principais instrumentos dos movimentos de democratização das escolas. Isto era um reflexo do momento político do país, com a abertura política foi possível levar para a educação linhas pedagógicas que eram censuradas pela ditadura. Por isso a luta pelo fim da ditadura militar e a construção de um novo regime democrático teve a pedagogia crítica o seu braço na educação.

Este ascenso do movimento democrático, por exemplo o das “Diretas Já” acabou também fortalecendo os movimentos contra-hegemônicos, que no caso da área da educação tinha a pedagogia crítica e o movimento sindical como braços de atuação. Segundo Aparecida podemos identificar que ocorria neste cenário uma guerra de posição gramsciana, onde os movimentos contra-hegemônicos tentam obter algum tipo de avanço dentro do sistema. A constituinte de 1988 é um outro momento em que tivemos uma guerra de posição neste período.

Vale lembrar, que com o bolsonarismo a pedagogia crítica voltou a ser alvo de ataques político, desta vez a atual extrema direita brasileira tem como centro das suas investidas a figura de Paulo Freire que acaba personificando, atualmente, todo o conjunto de críticas as ideias e práticas da pedagogia crítica. Não é habitual dentro do bolsonarismo uma crítica ou divergência elaborada a uma linha científica. A base destes ataques são as mentiras e desinformações, estas sim são práticas corriqueiras do Bolsonarismo. Mesmo sendo incursões menos elaboradas do

que o discurso neoliberal dos anos 90, uma “uma mentira dita mil vezes torna-se verdade” já diz a máxima da propaganda nazista.

Com a consolidação destes dois pontos se tornou hegemônico a imagem da falência da educação, esta ideia foi fundamental para a aceitação, inclusive dentro do magistério, da saída apresentada pelos setores hegemônicos. Esta solução de mercado ganha adeptos dentro da educação que aceitam o gerencialismo e o tecnicismo como instrumentos pedagógicos. Estes são vistos como os “bons educadores” e serão peças fundamentais para a implementação dessa nova pedagogia da hegemonia, a pedagogia neoliberal, chamada pela professora Aparecida de pedagogia de mercado.

Mas qual é a inovação do neoliberalismo em relação a sua intervenção na educação? A existência de escolas privadas não é por si só uma novidade, há muitos séculos que o capitalismo já introduziu a educação privada. E nem está colocado a possibilidade de privatização neoliberal tradicional para as redes públicas, ou seja, tornar todas as escolas públicas privadas. O que temos é uma privatização lateral, que é a política de voucher onde alunos da rede pública estudam em escolas do sistema privado pagos pelo ente federativo, a prefeitura do Rio já adota este modelo algum tempo.

Segundo Aparecida, há uma exceção em relação ao ensino superior. Neste nível de ensino ocorre uma privatização direta. “Na educação superior, onde a privatização é direta(...)”(TIRADENTES, 2012:9), podemos dizer que há uma diferença aqui pois as grandes universidades privadas aos poucos sofreram dois movimentos, foram compradas por grandes grupos nacionais ou internacionais de investidores ou, abriram o seu capital para o mercado financeiro. Com essa mudança elas passam a ser cobradas como empresas, ou seja, adotam critérios de produtividades e lucro.

Além disto a educação sempre foi utilizada pela burguesia como instrumento de dominação e de propagação do seu modelo de sociedade. Escola e universidade que não reproduza a sociedade burguesa dentro do capitalismo sempre é uma exceção ou uma falha ou brecha do sistema, principalmente em regiões da periferia do mundo onde a burguesia não é tão eficiente. Mas, segundo Aparecida Tiradentes, no neoliberalismo ocorre algo novo e mais especializado, se tornando uma mudança significativa.

A grande inovação trazida pelo neoliberalismo que Aparecida conveio chamar de pedagogia de mercado, não é exatamente a venda da mercadoria “educação” (a venda da rede pública ou uso de vouchers), mas sim da introdução da lógica mercantil no fazer pedagógico,

ou seja, na produção pedagógica do educador, na aula, no conteúdo, no material didático e de toda ação no processo de ensino e da organização da escola, inclusive a gestão escolar

“ Na Educação Básica pública, esta penetração pelo mercado ocorre por meio de parcerias público-privadas na gestão do trabalho pedagógico, controle, avaliação (reduzida à mensuração de resultados) e subordinação da carreira docente aos critérios de “mérito” do mercado.”(TIRADENTES, 2012: p8)

A Introdução da lógica da mercantilização no fazer pedagógico tem como efeito a transmutação da visão da educação como um direito para um serviço como os demais que são comercializados. Sem dúvida o mercado de escolas e universidades privadas contribui e muito para a construção desta lógica de consumo, e definitivamente, ela ocorre nestes locais a muito tempo. Mas quando esta mudança adentra na produção intelectual dos educadores da rede pública, fazendo-a atender os critérios, objetivos e lógica de resultados empresarial, toda a educação pública passa a se reproduzir neste caminho.

Mesmo que não haja o pagamento de mensalidade por parte das famílias, ou qualquer tipo de relação que lembre a de consumo de forma clara como nos espaços das universidades e escolas privadas, as redes públicas mesmo não mudando o seu caráter público passam a ser cobradas pelas entidades, famílias e governos como se fossem um produto à venda. Esta lógica afeta em cheio a produção pedagógica e a relação de ensino aprendido que passa a ser pautada por esta visão estranha à educação.

No início do século XXI se fortalece o “novo tecnicismo de mercado” (TIRADENTES, 2012: 07) que é fruto do desenvolvimento do capitalismo daquele momento, ou seja, de um fortalecimento do neoliberalismo, da globalização e da precarização do trabalho. Este novo tecnicismo de mercado vai ser levado também para todos os espaços da educação, fortalecendo uma despolitização do trabalho pedagógico, reduzindo a ação pedagógica como um fazer técnico.

O objetivo desta transformação da pedagogia de ciência para uma atividade técnica, segundo Tiradentes, é abrir o caminho para uma repolitização da educação que fortalece a hegemonia neoliberal. Ou seja, transformar a educação em mercadoria (do espaço escolar ao trabalho pedagógico) tem como objetivo construir uma educação que sirva pra a reprodução da hegemonia neoliberal. Esta reprodução se dá na formação dos discentes de forma que aceitem de forma acrítica a sociedade capitalista atual, mas também ocorre na consolidação da visão de que esta escola-empresa funciona mais que a escola pública do final do século XX.

Além disto essa mudança reduz o processo de ensino-aprendizagem a uma “pedagogia de resultados”, resultados estes estabelecidos pela lógica de mercado. Ou seja, os programas de geradores de indicadores de ensino, avaliação e etc., como o Índice de desenvolvimento de educação básica (IDEB), o Sistema de avaliação da educação básica (SAEB), Programa internacional de avaliação de alunos (PISA) e etc., são instrumentos que introduzem a lógica empresarial produtivista na educação.

“As provas do novo espírito do capitalismo são traduzidas na escola pela quantificação do desempenho estudantil e docente limitados ao produto, aos resultados em sua mensurabilidade objetiva, desconsiderando o processo de aprendizagem, o contexto e os múltiplos pontos de partidas.” (TIRADENTES, 2012, p. 08)

Esta transformação da pedagogia em um fazer técnica que é apresentada pela professora Aparecida como a última ação da hegemonia neoliberal na educação, tem como uma das suas características a despolitização do fazer pedagógico, ou seja, retira do processo produtivo do educador toda possibilidade de crítica. Esse processo é um grande ataque à educação que precisa ser necessariamente um espaço envolto de indagações críticas para que o processo de ensino-aprendizagem seja pleno.

A pedagogia de mercado afeta diretamente o processo de ensino-aprendizagem, ela impõe a análises e os valores empresariais de produtividade, de resultados, de lucro e de uma qualidade que é baseada em índices mercadológicos. Estes nada mais são do que características do ensino tecnocrático que, por fim, limita o processo do ensino-aprendizagem a uma pedagogia de resultados, equivalendo a qualidade de ensino a quando se atinge um patamar predeterminado de aprovação. A soma desta introdução da lógica empresarial e do apagamento de qualquer fomento a criticidade, torna a formação dos alunos mais fria e limitada que favorece a reprodução e aceitação da atual pedagogia da hegemonia.

Os educadores também são afetados pela pedagogia de mercado. Para a pedagogia de mercado funcionar ela precisa de um elemento central, o educador. E essa relação com estes profissionais se dá de diversas formas. O uso da punição administrativa é um ponto importante, uma das consequências da pedagogia de mercado é a vigilância do trabalhador, seja para verificar se o mesmo está seguindo as diretrizes da nova lógica ou para aumentar a produtividade deste educador. Este ponto é um contrassenso para a educação, pois o aumento da produção não é um sinônimo de qualidade de ensino. Como a lógica é a produtividade e

aferição dos índices o aumento da produção é visto como positivo nessa nova escola, afetando duramente a qualidade do aprendizado dos discentes.

Com esta vigilância o trabalho pedagógico é afetado. A tentativa de controle da produção pedagógica acaba gerando um filtro que trava qualquer ação pedagógica que fomenta nos alunos algum tipo de reflexão crítica sobre a hegemonia neoliberal ou sobre as mazelas e problemas que eles enfrentam nas suas vidas. Além de afetar a criticidade, estes educadores são levados a se tornarem reprodutores ou executores de cartilhas, apostilas ou outro material didático que são utilizados como referência ou o material principal da aula, acabando com qualquer autonomia pedagógica.

Outra forma que esta relação com o trabalhador da educação se dá é através da cooptação direta ou são convencidos que a pedagogia de mercado é o método correto. Diversos educadores são de fato cooptados pelos grandes institutos e outros agentes neoliberais para a promoção da lógica empresarial na educação. Mas há um número bastante razoável de profissionais que são persuadidos a acreditar que de fato esta lógica é a mais correta. Isso é efeito da penetração da hegemonia neoliberal dentro da sociedade. Que através do Estado educador convence que o modelo de escola pública democrática e promotora de uma pedagogia crítica é ineficiente e que a lógica de mercado por dar certo em empresas e nas redes privadas deve ser implementado dentro do setor público e no seu próprio pensar pedagógico.

Os aparelhos privados de hegemonia e os seus braços acadêmicos e universitários, como o Instituto Singularidade, trabalham também com a construção de uma imagem negativa deste profissional de educação mais crítico, dizendo que estes são arcaicos e até “chatos”, pois não aceitam e não se adaptam aos novos tempos da educação moderna. Seja, na hora de usar as novas ferramentas das TICS criadas pelos institutos e outros e aparelhos dos setores hegemônicos ou quando criticam ações ditas como sociais ou sem fins lucrativos também criados por esses organismos.

“Este docente, ao não abdicar de sua condição de educador, ao lutar pela dimensão ontológica de seu trabalho, ao recusar-se à mutilação em uma prática padronizada de transmissão de informações e veiculação de ideologias ingênuas (ou melhor, ideologias astuciosas, mas que, para tornarem-se operantes, necessitam de consciências ingênuas), é desqualificado como alguém refratário às novas tecnologias, desatualizado, jurássico, ‘autista’, ‘bicéfalo’.” (TIRADENTES, 2012, p. 102)

Este processo é uma das engrenagens principais no processo de utilização da escola como um instrumento de dominação hegemônica. Em nosso capítulo III aprofundaremos o

debate acerca deste debate. No próximo capítulo travaremos o debate sobre o desenvolvimento da sociedade civil aqui no Brasil.

Capítulo II – A sociedade civil no Brasil e o Surgimento do Instituto Península

Em nosso segundo capítulo exploraremos o processo de desenvolvimento tardio da sociedade civil brasileira, apontando que durante maior parte do século XX o desenrolar desta sociedade civil estava sobre a tutela dos regimes ditatoriais tupiniquins. Somente nos anos 90 ela teve uma forte expansão se caracterizando-se como um Estado do tipo Ocidental.

Em um segundo momento, apresentaremos o nosso objeto, o Instituto Península e as suas pesquisas realizadas durante o período da pandemia em iniciativa própria ou com outros aparelhos privados de hegemonia.

2.1 Uma sociedade civil que se expande com limites.

No Brasil o desenvolvimento da sociedade civil foi tardio. Somente partir dos anos 70, durante a ditadura civil-militar, tivemos um início de uma intensificação deste processo de ampliação da sociedade civil. Contudo, somente após a ditadura, com a implementação do neoliberalismo no país e com o fim da censura e da coerção estatal é que esse processo desenrola sem freios.

Devido a longa revolução burguesia brasileira que se traduziu em um processo do tipo revolução passiva, ou seja, possuindo o binômio da renovação/conservação impôs momentos autocráticos e democráticos. Deste modo durante os momentos em que o Brasil esteve sem democracia a classe dominante optou em não priorizar a busca de consenso através de seus aparelhos privados de hegemonia, esta construção de consenso ocorria principalmente através da coerção estatal, mas não somente. Assim, podemos tipificar o Estado brasileiro como do tipo oriental até então.

Até havia uma sociedade civil, mas que era frágil. Ela possuía alguns aparelhos, inclusive da classe trabalhadora, como sindicatos e associações como a Liga Camponesa que foram duramente reprimidos na ditadura de 64. Entretanto, a classe dominante durante os momentos autocráticos não se acanhava em utilizar as ferramentas estatais de coerção para reprimir e eliminar os aparelhos da classe trabalhadora.

Sem dúvida este atraso é fruto de uma série de fatores que se aglutinam no processo de revolução passiva que a burguesia brasileira aplicou no Brasil. Diferente de revoluções tipicamente jacobinas a história do desenvolvimento da burguesia aqui no Brasil se dá através

de um longo processo de renovações com conservações que são característicos de uma revolução passiva descrita por Gramsci. Este movimento se arrastou durante todo o século XX e foi marcado pelos momentos de autocráticos e democráticos.

A principal característica de uma revolução passiva é o par dialético da renovação/conservação, ou seja, a revolução traz algum tipo de atualização, mas mantendo algo da hegemonia ou classe dominante do período anteiro. Como vimos no primeiro capítulo, podemos identificar na história do século XX do Brasil como uma revolução passiva, tendo como exemplo que ressaltam esta definição, o período do Vargasismo e a ditadura militar instalada em 64. Esta última também tem um caráter de contrarrevolução “prévia”, já que foi uma resposta ao fortalecimento dos movimentos sociais e da esquerda brasileira em si reunidos no governo Jango e nas suas reformas de base.

A própria formação da burguesia brasileira mantém essa dualidade, se renova atuando em novos nichos como os dos aplicativos, ou até no agro que possui alto nível de tecnologia, mas conserva práticas escravocratas ou de destruição ambiental catastróficas. Esta dualidade também funciona como uma simbiose entre os próprios setores burgueses, onde os grupos mais modernos se retro alimentam dos mais atrasados (OLIVEIRA, 2003), a partir de acordos, disputas e uso que sustentam a burguesia brasileira nesta longa revolução passiva.

A posição periférica do Brasil no capitalismo mundial permitia e até incentivava³¹ a manutenção no tipo oriental do nosso Estado durante o período da Guerra Fria. Somado a isso, o tipo de revolução adotada pela burguesia brasileira, não permitia que à nossa sociedade civil conseguisse se desenvolver a pleno vapor, sendo sempre tutelada a cada fechamento de regime, apesar das pressões sociais internas e externas que geravam algum tipo de influência no Brasil como os movimentos de 1968, do movimento negro americano e até mesmo a própria propaganda do capitalismo durante a Guerra Fria que tinha os países centrais como exemplo de sociedade e que possuíam uma sociedade civil mais pujante.

A ditadura empresarial-militar teve um papel crucial para este atraso. A hegemonia da ditadura militar foi construída através de dois mecanismos, primeiro a imposição através do uso da força e da violência estatal, que não se deu somente contra a esquerda revolucionária que buscou o caminho da luta armada, mas que ocorria no dia a dia da população através da violência policial seja física ou simbólica e que extirpava quaisquer iniciativas populares de

³¹ No contexto da guerra fria os Estados Unidos fomentou diversas ditaduras na América latina com a intenção de eliminar quaisquer movimentos contestatórios que pudessem afetar a sua hegemonia sobre estes países americanos, como já é notório.

disputa dentro da sociedade civil. E o segundo através da construção do consenso que se deu a partir do fomento ou da permissão do desenvolvimento de aparelhos privados de hegemonia da burguesia, que contribuíam para a dominação e de políticas estatais socioeducacionais.

O apoio da grande mídia brasileira foi fundamental para a consolidação hegemônica da ditadura, era através dos canais de televisão, grandes jornais e rádios que o governo vendia a ideia que justificavam a necessidade do regime militar. O argumento da segurança, da guerra contra o comunismo, o discurso dos valores cívicos e do crescimento econômico eram recorrentes na imprensa e nas falas do governo. No artigo “Considerações gramscianas: ideologia e hegemonia no contexto ditatorial brasileiro”, Roberta G. V. de Araújo debate como ocorreu esta relação de apoio de diversas mídias com o governo militar, exemplificando com o período Médici.

“No contexto Médici, a articulação golpista tinha na imprensa o grande apoio para propagação de uma imagem diferenciada da realidade e foi com este apoio que conseguiu ‘encobrir’ muitas de suas atitudes repressoras, demonstrando uma imagem branda de seu poderio no país. Canais de comunicação estavam voltados para transmitir o ideário de que a economia imposta ao Brasil pela ditadura correspondia e atendia aos interesses ‘nacionais’ e não de grupos privilegiados, como era o que ocorria. E dentro os governos militares, o período do General Médici foi o que obteve mais destaque quanto à repressão policial e política e a forte propaganda ideológica através da AERP, com a Tv, rádio, jornais, revistas e entre outros meios.” (ARAÚJO, 2016: 1209)

Sobre o apoio e desenvolvimento dos aparelhos privados de hegemonia relacionado a mídia brasileira, um importante estudo de caso é produzido pela Amanda Rodrigues que pesquisou o Grupo Globo durante 1977 a 2000 e o seu papel na difusão da pedagogia da hegemonia³². A pesquisadora demonstrou como esse grande grupo se desenvolveu com o aval da ditadura militar e como a Globo interviu na educação brasileira nos 20 anos finais do século XX através do seu principal aparelho privado de hegemonia, a Fundação Roberto Marinho, através de programas como o Telecurso 2000.

“De maneira semelhante, a história do Brasil em poucos episódios testemunhou uma parceria tão profícua como aquela que se deu entre os agentes da sociedade política imersos no golpe militar de 1964 e os empresários, ligados formalmente ou não ao IPES, dentre eles Roberto Marinho que, não à toa, viu crescer e multiplicar seus domínios sobre o estratégico setor das telecomunicações, solidificando a hegemonia do sistema Globo desde então até os dias de hoje.” (RODRIGUES, 2020: 56)

³² Esta pesquisa está na dissertação de mestrado da Amanda Rodrigues, a “O Grupo Globo e a formação do trabalhador do novo tipo: atuação da Fundação Roberto Marinho na difusão da pedagogia da hegemonia (1977-2000)” (RODRIGUES, 2020).

Neste trecho Amanda exemplifica com o caso do Roberto Marinho como o empresariado, boa parte deles associado ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) apoiou o golpe militar e participando ativamente da conquista da hegemonia sobre a classe trabalhadora, seja por meio das ações do próprio IPES ou através de suas empresas ou aparelhos privados de hegemonia, no caso da Globo a Fundação Roberto Marinho. Esta última teve a sua atuação através do Tele Curso estudado pela professora Amanda em sua pesquisa.

Um momento importante na conquista da hegemonia e de propaganda do governo foi a Copa do Mundo de 1970, quando os militares utilizaram a campanha vitoriosa da seleção brasileira de futebol como exemplo de sucesso do regime militar, a ideia de “país do futuro” também foi trabalhada naquele momento. Este conjunto retórico foi utilizada para burlar as ações autoritária do regime como as prisões, tortura e as mortes. E teve a participação intrínseca dos grandes meios de comunicação como do grupo Globo.

“Com todo esse clima de desenvolvimento e propagação da imagem do “país do futuro”, havia-se a tentativa de criar um clima de otimismo na população. Com o “Milagre Econômico” e a conquista da Copa do Mundo de Futebol de 1970, tal otimismo transformasse em ufanismo, um sentimento patriótico cada vez maior. E claro que a AERP se aproveitou de tal clima para ampliar sua propaganda política sobre o governo Médici. Esses episódios, o “Milagre Econômico” e a conquista da Copa do Mundo, forneceram a segurança do destino de grandeza do país do qual necessitava a propaganda política militar.”(ARAÚJO, 2016:1209)

Além da mídia em si, durante a ditadura militar brasileira, presenciamos o desenvolvimento de diversas associações empresariais, em destaque temos os Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 29 de novembro de 1961 por Augusto Trajano de Azevedo Antunes (ligado à Caemi Mineração) e Antônio Gallotti (ligado à Light S.A.) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em maio de 1959, por Ivan Hasslocher, foram os principais aparelhos de hegemonia privados que auxiliaram o regime militar.

O IPES e IBAD tinham forte influência e inspiração norte americana e eram os principais fomentadores do anticomunismo e também estiveram juntos na articulação do golpe, reunindo diversos militares, profissionais liberais empresários de lastro como o Roberto Marinho. Durante a ditadura auxiliaram na construção na dominação hegemônica do governo sobre a classe trabalhadora. Segundo Amanda Rodrigues eles tiveram durante a ditadura civil-militar funções distintas:

“(...)Esses APHs tiveram ação complementar no seio da sociedade civil: o primeiro mais voltado para a intervenção política prática e o segundo para a formação teórica. O IPES pode ser entendido como um APH que funcionou como grande guarda-chuva dos pensamentos ligados à grande burguesia no Brasil – que não era em si coesa – conferindo a ela consciência de classe dominante.”(RODRIGUES, 2020:55)

O pesquisador uruguaio René Armand Dreifuss em seu livro “O jogo da direita” de 1989 analisou de forma brilhante a participação de aparelhos privados de hegemonia de diversos seguimentos da burguesia que articularam para a derrubada de João Goulart em 1964 e contribuíram, como já dissemos para a consolidação da hegemonia do regime. Dreifuss foi um dos grandes responsáveis por demonstrar a participação empresarial na ditadura, contribuindo para o entendimento que o regime militar de 64 foi uma ditadura civil-militar.

“(...)um novo conjunto de agentes sociopolíticos aparecia na economia e na política brasileiras. Esses agentes formaram um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado.

Esta estrutura de poder político de classe do bloco multinacional e associado era corporificada numa intelligentsia empresarial. Esses agentes sociais modernizante-conservadores, todos eles verdadeiros intelectuais orgânicos do novo bloco em formação, (...)” (DREIFUSS, 1989: 71)

Aparada na pesquisa de Dreifuss, Fontes defende que o desenvolvimento da sociedade civil brasileira é atípica. Isso por que na tradição gramsciana as sociedades civis desenvolvem a partir da luta de classe em si. É a pressão da classe trabalhadora que faz o Estado burguês ceder uma socialização política, com o intuito sempre de conquistar os subalternos para o seu projeto de dominação hegemônico.

“Enquanto na formulação original gramsciana, o crescimento da sociedade civil se dera pela intensificação das lutas subalternas, pesando sobre a organização do Estado em prol de uma efetiva socialização da política, (...)” (FONTES. 2010: 226).

Já no caso brasileiro, apesar de sim haver antes do período que se inicia com o golpe de 64 uma intensa luta dos trabalhadores, principalmente na primeira metade dos anos 60, o desenvolvimento da sociedade civil que se intensifica durante a ditadura é tutelada, permitindo que somente os aparelhos privados de hegemonia se desenvolvam, enquanto os do subalterno são desmontados pela violência estatal.

Durante a ditadura civil-militar de 64, tivemos um crescimento das associações e outros tipos de aparelhos privados de hegemonia da classe burguesa. Segundo Virginia Fontes durante este período houve um aprofundamento dos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante. Estes aparelhos encontraram um terreno fértil para se desenvolverem e trabalharem na conquista da hegemonia frente os subalternos.

“A modernização capitalista acelerada – a ferro e fogo – sob a ditadura militar, entretanto, aprofundaria as formas associativas preexistentes – aparelhos privados de hegemonia – em grande parte ligados aos próprios setores dominantes e expressando interesses corporativos empresariais, uma vez que seletividade repressiva e autocrática estrangulava as vias de crescimento das entidades organizativas populares.” (FONTES. 2010: 224)

Qualquer tentativa de disputa hegemônica por parte da classe trabalhadora era violentamente domada ou extinta pela força, contribuindo para longevidade do regime. O uso da repressão pelo regime era fundamental para impedir qualquer desenvolvimento dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora e qualquer tipo de intervenção política. Deste modo não havia como a sociedade civil se desenvolver ao ponto dos países com Estados do tipo ocidentais, como os centrais do capitalismo naquela época. No período da reabertura lenta e gradual este cenário começa a mudar. Contudo, somente no período da redemocratização, no fim da ditadura é que o desenvolvimento da sociedade civil se dá de modo livre.

Este cenário, que gerou uma sociedade civil tutelada não enfraqueceu o Estado como um Estado Educador, já que a máquina estatal e alguns aparelhos privados de hegemonia se voltaram para implementar a pedagogia da hegemonia daquele momento, ou seja, da ditadura empresarial-militar. Como exemplo na educação tínhamos a disciplina de moral e civil e os programas de alfabetização que juntos com os aparatos midiáticos construía perante a população uma imagem do governo forte e economicamente eficaz, a isso era também associado uma ideia de ética e moral conservadora que deveria ser o padrão da sociedade. Estes dois movimentos tentavam construir um tipo de cidadão que se adequasse ao regime militar, ou seja, que aceitasse o regime e o seu lugar na sociedade.

Com a lenta abertura política, este cenário começa a mudar de forma lenta como é típico da revolução passiva brasileira. Neste momento, final dos anos 70, temos um aumento da luta contra a ditadura, que agora não é mais armada mas que se tornou crescente levando ao surgimento do novo sindicalismo, do movimento pela anistia e já nos anos 80 pelas diretas, resultando na construção de partidos da classe como o Partido dos Trabalhadores em 1981, a Central Única dos Trabalhadores em 1983 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1984. A coerção ainda existiu através das prisões e torturas, contudo com o processo de abertura lenta e gradual essa violência política também diminuiu.

Neste processo de desenvolvimento da sociedade civil a partir deste período muitos aparelhos privados de hegemonia são construídos sobre o signo de Organizações Não Governamentais (ONG'S), se apresentando como estrutura não estatal com um caráter

filantrópico de ajuda social. Muito parecido com a ideia vendida pelos atuais institutos e fundações que tem algum tipo de intervenção na educação, tentam passar a ideia de que estão atuando para fazer “o bem” pelo social. Virginia Fontes em seu livro debate este tema em seu livro *Capital Imperialismo* apontando que as ONG’s são aparelhos privados de hegemonia que estão de alguma forma atuando nas disputas internas da sociedade civil.

“(...) Se a etiqueta ONG não é inocente, bem menos inocentes são os que procuraram justificar tais entidades através de argumentos angelicais. Previamente, portanto, lembramos que a categorização gramsciana de aparelhos privados de hegemonia, como a forma da organização subjacente da sociedade civil, deixa claro tratar-se de um espaço de luta social, inclusive por sua estreita relação com o Estado. Utilizaremos, entretanto, a denominação ONGs ao longo deste capítulo, uma vez que essas entidades se apresentavam orgulhosamente como uma grande novidade histórica, lembrando sempre que estão sendo analisadas como aparelhos privados de hegemonia e que seu papel, de conservação ou de transformação, deriva de sua atuação orgânica com as classes sociais em luta.” (FONTES, 2010: 231)

Ainda hoje muitos aparelhos privados de hegemonia ainda utilizam esta nomenclatura, contudo os principais aparelhos privados de hegemonia que atuam na educação e que representam grandes grupos econômicos e que constroem projetos mais amplas que atingem uma camada maior da classe trabalhadora utilizam os nomes de institutos, fundações e afins. Deixando o “ONG” para aparelhos menores que possuem algum tipo de intervenção direta e local em comunidades ou áreas específicas. Entretanto, o fato delas serem menores e atuarem em um local, não diminui o papel desmobilizador que elas podem possuir. Pois quando elas promovem ajuda e a filantropia acabam também contribuindo para a desorganização da classe pois diluem a percepção da luta como um método para a classe trabalhadora e reforçam a atual pedagogia da hegemonia, que foca em construir um indivíduo que busca soluções pessoais para os seus problemas coletivos por exemplo.

Apesar desse papel desmobilizador, até o final dos anos 80 as ONG’s ainda tinham alguma proximidade com os movimentos populares e até a CUT, unindo filantropia com um embrião mercantil (FONTES, 2010). Essa relação com os movimentos populares que pipocavam nos anos 80 era necessário para que as ONG ganhassem espaço e confiança da classe trabalhadora. Já nos anos 90 essa relação é modificada pelo novo cenário da conjuntura mundial.

Após o final da guerra fria a classe trabalhadora e as suas organizações perdem o referencial soviético. A derrota soviética promove um rebaixamento do debate político, sem a presença da URSS o neoliberalismo além de se apresentar como a única opção viável, para a sua implementação não é necessário dar-se tantas concessões como teria que ter em uma conjuntura com o estado socialista forte no mundo. Em síntese, o fim da União Soviética abre

espaço para um avanço burguês na disputa pela hegemonia mundial através da expansão do neoliberalismo.

Um dos resultados desta nova conjuntura é o fato de que vários partidos da esquerda e da esquerda socialista se afastaram de uma linha mais radical e se aproximam do reformismo, gerando um recuo no discurso e na prática. Contribuindo para o rebaixamento da consciência de classe e das pautas debatidas que passam a serem mais defensivas. Aqui no Brasil isso fica claro com o Partido dos Trabalhadores. O programa do PT de 1989 era bem mais ousado que o programa com que Luiz Inácio Lula da Silva se elegeu em 2002. Durante os anos 90 esse conjunto de pautas vai sendo remontada até chegar à reconciliação de classe traduzida na “carta aos brasileiros” da eleição de 2002.

“A partir de então, não sem contradições internas, o PT associou-se à frações da burguesia e de seus aliados na defesa do capitalismo com justiça social, arrastando em torno de si várias correntes políticas comprometidas, na história recente, com o socialismo (PSB, PCdoB e PPS). Com essa ideologia e esse programa, o PT disputou e venceu a eleição presencial de 2002(...)” NEVES. 2004: 114)

A mudança ocorrida no Partido dos Trabalhadores a partir dos anos 90 ocorreu de forma gradual, a cada eleição ganhava força dentro do PT uma linha mais conciliatória e de adesão ao reformismo. De modo que, quando esse partido chega ao poder com a eleição de Lula em 2002, não ocorrem nenhuma mudança significativa na implementação do neoliberalismo. Segundo Neves apesar de haver diferenças ideológicas, no teor em algumas políticas como as sociais e a relação com os direitos trabalhistas e dos servidores, tanto PT como o PSDB acabam mantendo o projeto neoliberal da terceira via como um projeto de Estado.

Segundo Virgínia Fontes, nos anos 90 ocorreu um gradual desmonte e reconfiguração da “base organizativa da classe trabalhadora” (FONTES, 2010) que fora nos anos 80 bastante atuante ao ponto de pautar diversos debates daquela década. A partir de 1990 influenciados pela crise da esquerda mundial após o colapso da URSS e pelo avanço do neoliberalismo no país essa força dos anos 80 desmoronou, afastando o movimento organizado das instâncias democráticas da nossa República.

“A partir da década de 1990, entretanto, as condições se alterariam de maneira substantiva. O eixo democrático e popular que predominou na década de 1980, ao ter reduzido seu impulso socializante, seria profundamente modificado. Uma democracia reduzida às estratégias limitadas e admissíveis pelo capital iniciaria seu percurso com a eleição de Collor de Melo, pela persuasão e pela truculência. Envolveria profundas modificações na própria base organizativa da classe trabalhadora, que seria em parte desmantelada, e em grande medida, reconfigurada. Realizou-se complexa experiência de consolidação redutora da democracia, intensificada a seguir e que permaneceu,

com modificações, até os dias atuais, sob o segundo governo de Luis Inácio Lula da Silva.” (FONTES, 2010: 255)

Com este novo cenário as próprias organizações populares que vão surgindo na década final do século XX e na inicial do século XXI acabam sendo ganhas para o discurso hegemônico, se convertendo em espaços de inclusão social/cidadã, reproduzindo o discurso hegemônico e se despolitizando. No caso da nossa atualidade, o fomento do empreendedorismo e o de outras saídas individuais para os problemas coletivos (sociais) são os principais discursos reproduzidos. Parte deste processo de apaziguamento da classe trabalhadora ocorreu durante os governos Lula 1 e 2, ou seja, o principal partido dos trabalhadores que durante os anos 80 estruturou a luta e os movimentos sociais nos anos 2000 aplicam o desmonte e aplicam a pedagogia da hegemonia da classe dominante.

O movimento sindical dirigido pelo PT também passou por estas mudanças, contudo elas ocorrem durante os governos petistas. Essa mudança é importante pois enquanto o Partido dos Trabalhadores ocupa a posição de oposição ao governo federal, a CUT e os sindicatos controlados pelos petistas são utilizados como instrumentos de mobilização e catalisação da oposição ao PT. Durante o período do governo Fernando Henrique Cardoso por exemplo, a CUT exerceu a liderança do combate as privatizações. Quando a posição muda e o petismo se torna governo estes instrumentos da classe organizada que estão sob a tutela do PT passam agir de modo oposto.

Neste momento a Central Única dos Trabalhadores passa a adotar a lógica do sindicalismo cidadão e de resultados, parecendo cada vez mais com outras centrais sindicais como a Força Sindical que sempre teve uma atuação nefasta no movimento sindical nos anos 90 e 2000. O papel da CUT em muitas vezes foi o de frear o movimento dos trabalhadores contra o governo petista e até se colocando como administradora de conflitos em parceria com o patronato. Ao longo do tempo esta nova CUT foi perdendo o poder de mobilização que possuía nos anos 90, o que pode ser notado na atuação desta central nas jornadas de junho de 2013 e na tentativa de mobilização das ruas contra o golpe sofrido pela presidente Dilma.

Como vimos, o desenvolvimento da economia brasileira baseada no modelo neoliberal, linha que foi aplicada por todos os governos da Nova República³³, o Brasil começa a ter também um aumento significativo dos aparelhos privados de hegemonia, seja na figura de organizações

³³ Trata-se do período republicano brasileiro que foi inaugurado com o fim da ditadura empresarial-militar e a Constituição de 1988.

não governamentais, institutos ou fundações. Deste modo, entramos no século XXI em forte desenvolvimento da sociedade civil, e consecutivamente, com uma grande disputa dentro desta dimensão. Este cenário permitiu com que os APH's tivessem um papel fundamental na conquista e manutenção da hegemonia burguesa no Brasil, inclusive o Instituto Península. No próximo subtópico começaremos a apresentar e a tratar sobre o IP.

2.2 Quem é quem no IP.

O Instituto Península, foi fundado em 2011 pela família Diniz que tem como patriarca o empresário Abílio Diniz, um dos maiores empresários do ramo varejo alimentar do país. O IP é um ramo dito “social” do Península Participações, “*family office*” que foi fundado em 2006 por Abílio e sendo uma empresa de investimento que gerencia os ativos da família Diniz. O IP se autodeclara uma organização do “terceiro setor” que tem como objetivo atuar na educação.³⁴ Inicialmente as primeiras ações do instituto estavam ligadas ao uso do esporte na educação, através de parcerias e fomentos de atletas. A partir de 2015 o IP expande a sua atuação e começa a intervir na educação focada na formação docente, desenvolvendo frentes também na pesquisa e extensão. E ultimamente na escuta dos educadores na pandemia, mas sempre mantendo alguma ação na educação esportiva e fomento de atletas.

Antes de focarmos nos objetos deste artigo, é preciso localizar quem é o Abílio Diniz e a sua família, assim como na direção do IP. Abílio Diniz nasceu em 1930 em São Paulo, atualmente ele é presidente do Conselho de administração da Península Participações e já foi presidente do Conselho de administração da BRF.sa (onde é o sexto maior acionista), é membro dos Conselhos de administração do grupo Carrefour (sendo o terceiro maior acionista) e do Carrefour Brasil, se constituindo em um dos maiores empresários do ramo alimentício do Brasil. Fundou com o seu pai a rede Pão de Açúcar em 1959, que se tornou a sua marca mais famosa por ter atingido o patamar de maior rede de supermercados da América Latina e por ter trazido ao país a ideia de hipermercado e de loja de conveniência dentro de um mercado.

Abílio é um empresário que circulou por diversos conselhos empresariais, se formou e ministrou cursos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), escreveu alguns livros e também acumulou experiência em outros aparelhos privados de hegemonia. Alguns destes espaços

³⁴ Informações básicas estão no site do IP. <<https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>>. Acessado em 10 de outubro de 2022.

merecem destaque. Ele foi membro do Conselho Monetário Nacional (CMN)³⁵, como um dos representantes da iniciativa privada no final dos anos 80. O CMN é um espaço central da organização econômica brasileira, é ali por exemplo que o Banco Central define as metas de inflação. Em 2003 ele se tornou um membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social³⁶, que é um órgão colegiado do governo Brasileiro formado por representantes da burguesia dos mais diversos segmentos. O CDES tem como objetivo assessorar diretamente o Presidente em todas as áreas de atuação do Poder Executivo, sendo um espaço importante para a burguesia brasileira.

Em 2022 Abílio participou de outro espaço de visibilidade, foi o apresentador de uma sequência de entrevistas em um programa criado para ele na CNN Brasil, o “Olhares Brasileiros”³⁷. Alguns de seus entrevistados foram Jorge Paulo Lemann, Rubens Ometto, Kondizilla, Nizan Guanaes, Camila Farani entre outros empresários e artistas. Em sua maioria os entrevistados falavam sobre suas experiências empreendedoras em suas carreiras e analisam questões que consideram importantes para o futuro do Brasil. Nestas entrevistas temos a oportunidade de observar a posição de setores diversos do empresariado brasileiro sobre vários temas.

Abílio teve outros irmãos que chegaram a assumir cargos no grupo Pão de Açúcar, mas sem nenhum destaque. No começo dos anos 90 eles se envolveram em uma disputa pela sucessão do grupo Pão de Açúcar, esta disputa durou por volta de quatro anos e foi vencida por Abílio que ficou na liderança do grupo. Abílio teve seis filhos, alguns deles estiveram em cargos importantes nas empresas da família, inclusive no Instituto Península. Participaram do conselho do IP, a esposa Geyze Marchesi Diniz, os filhos Ana Maria Diniz, Pedro Paulo Diniz e o João Paulo Diniz (falecido em primeiro e agosto de 2022).

Atualmente o Instituto Península é um grande grupo que possui cinco tipos de iniciativas, são elas: o Instituto Singularidade, o Vivescer, o Impulsiona, o Núcleo de Alto Rendimento (NAR) e outras parcerias de fomento. A primeira delas é o Instituto Singularidade que é a universidade do IP, e deve ser o braço do Península com maior alcance. Os cursos de graduação e pós-graduação lato sensu oferecidos no IS são os de pedagogia e de letras. Há também uma

³⁵ O Conselho Monetário Nacional foi criado pela Lei nº 4 595, de 31 de dezembro de 1964.

³⁶ O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foi criado em 28 de maio de 2003 pela Lei federal n. 10.683.

³⁷ Mais informações sobre o programa acesse <<https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/olhares-brasileiros/>>.

gama de mini cursos e cursos de extensão, inclusive os que versam sobre a preparação do educador para o uso de ferramentas digitais e do ensino online.

O Vivescer é uma plataforma aonde o Instituto Península realiza as suas pesquisas com os educadores e oferece cursos e parceria com as escolas públicas. Esta iniciativa já tem 10 anos e segundo as informações do seu site eles já trabalharam com 98 mil educadores, 22 mil escolas, em 3,7 mil cidades e nos 27 Estados.³⁸ Atualmente eles oferecem 5 cursos (chamados por eles de jornadas): acolhimento e bem-estar na sala de aula; emoções; mente; corpo; propósito. E um banco de práticas sobre diversos temas.

O Impulsiona e o NAR são iniciativas ligadas ao esporte, o primeiro também é uma plataforma que reúne um banco de práticas e oferece minicursos gratuitos para docentes e discentes sobre educação esportiva e esportes. Já o segundo, o NAR é o Núcleo de alto rendimento esportivo de São Paulo, que é um espaço de fomento e preparação de atletas e equipes esportivas, sendo um centro esportivo de alto nível e que também funciona como um centro de pesquisa esportiva.

Em 2015, o Instituto Península expande a sua atuação para mais campos da educação, sem abandonar as ações esportivas que são uma marca da família Diniz. É neste momento que o instituto começa a pesquisar e fomentar a educação online e suas variações. O que gerou uma série de cursos, minicursos dentro do Singularidades e do Vivescer, além de um livro e mais pesquisas sobre o tema, principalmente no período pandêmico, a exemplo de “Mapeamento sistemático da literatura em experiências de educação híbrida e online na formação docente”, e de “Retratos da Educação pós pandemia: uma visão dos professores” e por fim “Desafios e Perspectivas da Educação: uma visão dos professores durante a pandemia”³⁹.

O conselho que dirige o Instituto Península é formado por seis pessoas, o presidente Eduardo Rossi, Abílio Diniz, Geyze Marchesi Diniz, Pedro Paulo Diniz, Flávia Almeida e Ana Maria Diniz. Além do conselho temos as seguintes pessoas e seus respectivos cargos em destaque, a diretora executiva Heloisa Morel, a diretora de desenvolvimento e institucional e parcerias Daniela Kimi, a coordenadora de projetos Marina Ferraz, a coordenadora de pesquisa Natalia Puentes, a assistente de diretoria Magna Lisboa, a gerente de comunicação Fernanda Viola e a analista de comunicação Ana Caroline Camargo.

³⁸ Informações acessadas no site <<https://vivescer.org.br/quem-somos/>>. Acessado em 10 de outubro de 2022.

³⁹ Todas estas pesquisas foram realizadas entre 2020 e o primeiro semestre de 2022. Elas estão disponíveis online no site do IP. <<https://www.institutopeninsula.org.br/conteudos/pesquisas/>>. Acessado em 10 de outubro de 2022.

Além dos membros da família Diniz na direção do Instituto Península, apontando algumas informações relevantes sobre alguns dos outros coordenadores:

- Eduardo Poncracz Rossi⁴⁰ – é administrador e tem mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro. O que chama atenção em seu currículo é que ele foi vice-presidente de uma das maiores empresas de investimentos do mundo, a JP Morgan e Salomon Smith Barney entre 1994 e 2004. Rossi também está no conselho do Carrefour Brasil representando a Península Participações desde 2015, e da ONG Criança Segura. Rossi foi vice-presidente da Península Repartições entre 2010 e 2019 e é presidente do conselho do Instituto Península desde 2010. Tem formação em economia e marketing pela Fundação Getúlio Vargas, fez o MBA em economia na Columbia University, e fez cursos de inteligência artificial na Harvard University e em Massachusetts Institute of Technology;
- Flávia Buarque de Almeida⁴¹ – é a presidente da Península Participações desde 2013, sendo um dos nomes de confiança de Abílio Diniz, ela é a responsável por gerir a empresa que administra todo o capital da família. Flávia representa o grupo no conselho do BRF. s.a. e também no Carrefour. Ela já presidiu a Morro Vermelho, holding da família Camargo Corrêa, e já esteve em mais de 20 conselhos de empresas. É formada em administração pela Fundação Getúlio Vargas e fez MBA na mesma área pela Harvard University;
- Maria Heloisa de Oliveira Morel⁴² – A diretora executiva do IP também faz parte do conselho do Singularidade, ocupando estes cargos desde 2016, ela também faz parte do comitê consultivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde 2021 (atua no fomento da formação dos professores na educação à distância e híbrida), é membro do conselho do Centro de Inovação da Educação Brasileira (CIEB) desde 2019 e do conselho do instituto Integral desde 2022. Morel também passou pela Alpargatas, Microsoft e outras empresa;

⁴⁰ Informações obtidas através do LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/eduardo-rossi-73a3768/details/education/>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

⁴¹ Informações obtidas através da reportagem da Exame <<https://exame.com/negocios/quem-e-a-mulher-que-investe-a-fortuna-de-abilio-diniz/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022 E pelo LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/flavia-b-28b85419a/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

⁴² Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/heloisamorel/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

- Daniela Kimi Antunes de Oliveira Oliva⁴³ - É formada em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), fez cursos ligados a arte na Universidade de Arte de Londres e diversos cursos no Singularidade e na MetaIntegral da Califórnia - EUA;
- Marina Brito Ferraz⁴⁴ – A coordenadora de projetos do IP já passou pelo Itaú Social (2010-2013) onde foi analista de impacto e analista institucional, também foi assistente de pesquisa da ONU entre 2009 e 2010. Ferraz é economista pela Universidade Mackenzie e tem mestrado em gestão pública pela FGV e políticas públicas pela universidade de Köln;
- Natalia Puentes-Montoya⁴⁵ - Natalia é coordenadora de projetos, pesquisa, advocacia e políticas públicas do IP. Também trabalhou na Fundación Pies Descalzos da cantora Shakira em 2015. Entre 2012 e 2014 foi assessora do governo colombiano no Departamento de Prosperidade Social e também atuou em alguns cargos da diplomacia da Colombiana. Ela é formada pela Universidad del Rosario em relações internacionais e ciência política e fez mestrado em gestão pública na Fundação Getúlio Vargas;
- Magna Lisboa⁴⁶ – É bacharel em direito pela universidade do Grande ABC é funcionária das empresas de Abílio Diniz há mais de 20 anos;
- Fernanda Viola⁴⁷ – A gerente de comunicação do Instituto Península é formada em jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo e em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas;
- Ana Caroline Camargo⁴⁸ – é jornalista com experiência, como ela mesmo diz em seu LinkedIn, em “comunicação de causas, cultura e educação”. Camargo já trabalhou na Fundação Abrinq (2021), no Instituto Ayrton Senna (2018-2019), passou pela Boa Vontade TV (2012-2018), na Associação Nova Escola (2020). Formou-se em jornalismo

⁴³ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/daniela-kimi-antunes-de-oliveira-oliva-6885a615/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

⁴⁴ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/marina-ferraz-79a58265/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

⁴⁵ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/natalia-puentes-montoya-89a00446/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

⁴⁶ Informações obtidas no site de apresentação do IP <<https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

⁴⁷ Informações obtidas no site de apresentação do IP <<https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

⁴⁸ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/anacamargo87/?originalSubdomain=br>> Acessado em 15 de outubro de 2022.

pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e fez uma pós na Universidade de São Paulo;

Há também três educadores que ocupam o cargo chamado pelo Instituto Península de “liderança de iniciativas do IP”, são eles:

- Mariana Breim⁴⁹ – Ela também é diretora de desenvolvimento integral. Tem formação em pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestrado pela Universidade de São Paulo. Entre 2013 e 2018 ela foi diretora pedagógica do Instituto Toca, a escola experimental da família Diniz;
- Vanderson Berbat⁵⁰ – Também é o diretor do impulsiona e relações governamentais. Tem formação em geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e possui mestrado em políticas públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatística (ENCE/IBGE). Ele foi consultor de educação do BID (2012-2013), gerente de relações institucionais do Instituto Synergos (2012-2013), gerente de relações institucionais do Instituto Unibanco (2007-2012) e por fim, foi um dos diretores do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016 (2013-2016);
- Irineu Loturco⁵¹ - É diretor técnico do núcleo de alto rendimento de São Paulo (NAR). Possui graduação em Esporte pela Universidade de São Paulo, mestrado em alto rendimento desportivo pela Universidad Pablo de Olavide e doutorado em alto rendimento desportivo pela Universidad Pablo de Olavide.

Por fim, o Instituto Península possui um conselho consultivo de notáveis formado por:

- David Saad⁵² - É o atual diretor-presidente do Instituto Natura (2015- até o momento), atuou como executivo de relações institucionais do Hospital Albert Einstein (2010-2015), foi diretor executivo do grupo Abril (-2010), também teve uma pequena

⁴⁹ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/mariana-breim-843b40a2/?originalSubdomain=br>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

⁵⁰ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/vanderson-berbat-b40b7778/?originalSubdomain=br>> Acessado em 15 de outubro de 2022.

⁵¹ Informações obtidas no site de apresentação do IP <<https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

⁵² Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/david-saad-417305/>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

passagem pela Secretaria de Cultura de São Paulo, onde coordenou o programa de PCCI. David é membro do conselho da Instituição Educacional Vera Cruz e também do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa. Estudou engenharia de produção na USP e fez mestrado em administração no Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER);

- Eduardo Deschamps⁵³ – O professor doutor de engenharia elétrica da Fundação Universidade Regional de Blumenau, já foi ex-secretário de educação do Estado de Santa Catarina (2012-2018), presidiu o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) de 2015 a 2016. Foi ex-presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) entre 2016 e 2018 e presidiu as Comissões do Sistema Nacional de Educação, do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular. Também é conselheiro do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (2011 até hoje). Sua formação foi toda na Universidade Federal de Santa Catarina, onde fez da graduação ao doutorado;
- Eduardo Pádua⁵⁴ - Foi consultor da Unesco, do BID (, do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação de Nova Iguaçu (RJ) e de Lajeado (RS), e do Centro de Liderança Pública. Foi Secretário de Planejamento e Gestão da Prefeitura de Mesquita (RJ). Hoje ele é consultor do Banco Mundial, tendo como tarefa levar o modelo de reorganização de redes do Rio de Janeiro para outras redes públicas do Brasil. Possui diversos cursos em educação e liderança pelas universidades de Harvard e Columbia. Sua formação é em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), se titulou mestre em economia também na UFRJ e em pesquisa documental pela Universidad Carlos III de Madrid;
- Lúcia Gomes Vieira Dellagnelo⁵⁵ – Lucia se formou em psicologia pela UFSC, se titulando doutora e mestre em educação pela Universidade de Harvard. Ela foi ex-secretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável de seu estado natal (2003-2004), onde criou o Cluster de Inovação na Educação. É a fundadora do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), onde foi presidente do conselho de 2005 a 2020. Dellagnelo atualmente é a presidente do CIEB desde 2016. É considerada pela iniciativa privada uma referência nacional e internacional no tema da tecnologia educacional.

⁵³ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/eduardo-deschamps66/>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

⁵⁴ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/eduardopadua/?originalSubdomain=br>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

⁵⁵ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/luciadellagnelo/>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

A partir deste quadro da direção do Instituto Península podemos apontar alguns elementos. Primeiro há uma “carreira” ou uma “troca” de coordenadores e figuras com cargos importante entre os aparelhos privados de hegemonia que atuam na educação. Isso fica claro observando os currículos de alguns nomes do corpo dirigente do IP. Poderíamos traçar linhas entre estes diretores e coordenadores que envolveriam os principais aparelhos privados de hegemonia que atuam na educação no Brasil como o Instituto Lemann, o CIEB, Instituto Natura, Fundação Roberto Marinho e etc., e organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e APH’s estrangeiros como o Instituto General Motors.

Esse ambiente em que os intelectuais orgânicos da burguesia especializados em educação ou no dito “social” circulam não é uma coincidência. A criação de um espaço em que os aparelhos burgueses troquem quadros e experiência é uma ótima maneira de fomentar a formação destes agentes. Essa teia de relações além de garantir estes dois pontos também dá aos APH’s mais legitimidade perante a população. Isso ocorre a partir da utilização e troca de parceria entre os próprios aparelhos da burguesia que acabam passando uma imagem de seriedade aos novos aparelhos privados de hegemonia.

Entendendo o Estado capitalista do tipo ocidental como um Estado Educador, os aparelhos privados como IP, CIEB, Fundação Lemann e outros, são importantes agentes de implementação do que Lúcia Neves chamou de nova pedagogia da hegemonia. Que é responsável pela construção de uma visão de mundo que reforce as bases para a dominação burguesa através do neoliberalismo, ou seja, fomenta na classe trabalhadora a aceitação da sua condição social e a busca de soluções individuais para os problemas coletivos, de preferência através da ideia do empreendedorismo e pejetização. O Instituto Península também possui uma série de parcerias com outros institutos e fundações que atuam na educação, por exemplo as últimas pesquisas com professores no contexto da pandemia foram realizadas com apoio da Fundação Lemann, CIEB, Ensina Brasil, Fundação Roberto Marinho, Itaú Social, Instituto Unibanco e a Fundação Telefônica Vivo. Em destaque temos a Fundação Lemann com a qual o IP escreveu o seu livro de fomento ao ensino híbrido (“Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação” e o CIEB.

Em relação ao Centro de Inovação da Educação Brasileira, há alguns nomes que se cruzam entre as coordenações e direções destes institutos. São elas: Lucia Dellagnelo que é presidente do CIEB e que também ocupa o conselho consultivo do IP; Maria Heloisa de Oliveira

Morel também faz a ponte entre estes dois APH's, ela é diretora executiva do IP e ocupa uma cadeira no conselho do CIEB; Ana Maria Diniz, filha de Abílio Diniz, que está no conselho de administração do CIEB e no conselho do IP. Esta relação entre estes dois aparelhos privados de hegemonia também pode ser expressada na utilização das pesquisas realizadas pelo Instituto Península pelo Centro de Inovação da Educação Brasileira.

Outro aspecto da dominação hegemônica via educação é o processo de mercantilização do fazer pedagógico. Este tema foi desenvolvido pela pesquisa da professora Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos no seu livro “Pedagogia de mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI” (SANTOS, 2012) de 2012. Para ela este processo de mercantilização está totalmente ligado a busca de hegemonia por parte da burguesia, que se aprofunda na educação para utilizá-la como instrumento para consolidar a sua dominação hegemônica sobre a classe. A mercantilização do fazer pedagógico é uma maneira mais sofisticada de dominação da educação, já que controla o centro do trabalho dos educadores.

No próximo ponto analisaremos as pesquisas do Instituto Península realizadas durante o período da pandemia, estas pesquisas são bons exemplos desta teia de relações entre os aparelhos da burguesia, pois foram utilizadas, divulgadas e até custeadas por diversas instituições parceira como o CIEB e Fundação Lemann.

2.3 O IP e sua produção intelectual durante a pandemia de COVID-19.

É importante antes de aprofundar a análise do nosso objeto debatermos alguns pontos acerca das dificuldades e objetivos em analisarmos o empresariado brasileiro através das suas empresas e aparelhos privados de hegemonia. Primeiro sobre a dificuldade de obtenção das fontes. Não é fácil encontrar determinados tipos de materiais, principalmente os que tratam sobre questões relativos a movimentações financeiras ou que revelam algum sinal de disputa entre as frações burguesas. Além do sigilo empresarial costumeiro, existe uma cautela com o que se escreve e o que se divulga ao público. Apesar de a transparência ser usada como um princípio usada pelos aparelhos privados de hegemonia, na prática só se mostra o que se quer mostrar.

Não estará descrito em caixa alta o real interesse político e econômico dos grupos empresariais nos textos, atas, pesquisas e todos os materiais produzidos pelos aparelhos privados de hegemonia. Até porque para se conseguir o consenso com a classe rival a burguesia não pode

ser clara em suas intenções. É preciso construir e convencer a classe trabalhadora que os institutos e fundações querem somente o bem comum, no nosso caso o bem da educação.

Este é um ponto interessante que atualmente todos os APH's se utilizam, a imagem destes organismos precisa ser associada a filantropia, ao bem comum da educação e não algum tipo de lucro ou propaganda. É um movimento que complementa a ideia do senso comum de que a sociedade civil é um espaço das entidades não estatais que querem promover o desenvolvimento social como já alertamos no primeiro capítulo.

“(...) a fim de compreender a gravidade do sequestro sofrido pela escola na última década, especialmente pelo deslocamento da gestão pedagógica dos sistemas escolares para a Sociedade Civil, leia-se, a parcela hegemônica da Sociedade Civil, personificadas em institutos privados vinculados ao capital, que penetram no sistema escolar sob o pretexto de salvá-la da alegada “ineficiência” do Estado para impor o controle ideológico.” (TIRADENTES, 2012, p. 35)

Como aparelho privado de hegemonia o Instituto Península faz parte da ação pedagógica do Estado Educador, contribuindo para os dois processos: a mercantilização e a implementação da nova pedagogia. Em nossa investigação preliminar sobre as pesquisas realizadas pelo IP surgiram três premissas. A primeira é sobre a construção da imagem do IP, eles iniciam a sequência de pesquisa no período pandêmico optando por realizar uma escuta dos educadores, esta abordagem mais humanizada nos remete a ideia de que eles querem se “vender” como uma instituição sem fins lucrativos, “boazinha”, construindo uma imagem que é montada por todos os APH's, a de uma organização filantrópica. A segunda é sobre a construção conjunta de uma pedagogia da hegemonia pelos principais aparelhos da burguesia. Conseguimos apontar esta possibilidade a partir da produção em conjunta de pesquisas, e da reprodução e utilização das pesquisas feitas pelo Instituto Península. Isto aponta uma possível amalgama entre estas organizações no que tange à construção de uma mesma versão da pedagogia da hegemonia. Por último, tudo leva a crer que a intenção destes estudos é conseguir ganhar espaço dentro das disputas hegemônicas na sociedade civil para a pedagogia da hegemonia da burguesia, e ao mesmo tempo, conseguir intervir no fazer pedagógico de uma forma não incisiva, mas gradual, conquistando os trabalhadores da educação para essa linha.

O Instituto Península já tinha realizado algumas pesquisas antes deste período como em 2016 quando fez um trabalho sobre o Ensino Híbrido⁵⁶. Este foi um dos primeiros temas que o

⁵⁶ INSTITUTO PENÍNSULA, “Percepções do ensino híbrido na prática e formação dos professores”, 12/2016. Disponível em <<https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Pesquisa-Ensino%C3%Adbrido.pdf>>. Acessado em 10 de novembro de 2022.

instituto se voltou fora da educação esportiva. Inicialmente o IP tinha uma atuação na educação esportiva, no debate sobre ensino remoto e nas graduações e cursos livres do Singularidade. Em 2015⁵⁷ eles iniciam suas pesquisas e fomento do Ensino Híbrido. Em 2018 o instituto cria o “Núcleo de Estudos e Pesquisas do Instituto Península” que vai ser o centro organizador dos estudos do grupo.

No período pandêmico o IP soube aproveitar uma janela de oportunidade que se abriu para aprofundar sua intervenção na educação. Com a explosão de casos de COVID-19 no início de 2020 rapidamente as aulas foram suspensas em todo os lugares, levando as redes públicas e privadas do Brasil a aderirem a algum tipo de ensino remoto. O Península, fazendo uma leitura da situação, volta a realizar pesquisas com os educadores, fazendo a primeira pesquisa já em março de 2020, no início das suspensões das aulas. Eles optaram por adotar neste estudo um olhar pretensamente mais humanizado sobre a situação dos educadores e da educação. Ao mesmo tempo, aborda temas relacionados ao uso das novas ferramentas ligadas ao ensino remoto.

Esta sacada do instituto deu início a uma virada dentro do IP, abrindo o caminho para que ele se colocasse frente aos demais APH's como uma referência na realização de pesquisas quantitativas sobre a educação na pandemia. De fato, logo após a iniciativa do Península, outros APH's também realizaram seus estudos sobre a pandemia e no final de 2020 formou-se um “pool” entre os APH's, onde cinco pesquisas foram unificadas em dois relatórios que foram divulgados no final de 2020.

Em nosso levantamento encontramos no período de 2020 a 2022 dez pesquisas⁵⁸ em que o Instituto Península foi o organizador ou contribuiu na organização. Muitas destas foram replicadas ou utilizada em estudos de outros aparelhos privados de hegemonia. Deste modo o IP tem ganhado um certo “*know-how*” ao ponto que a última pesquisa foi feita junto com o IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica), o antigo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), tradicional instituto de pesquisas de opinião do nosso país.

As três pesquisas⁵⁹ do IP que se propõem a quantificar as sensações, expectativas, frustrações e angustias provocadas pela pandemia de COVID-19, foram as mais replicadas em

⁵⁷ Em 2015 o Instituto Península lançou o livro “Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação” junto com a Fundação Lemann.

⁵⁸ Ver a tabela 01 que está na introdução na página 26.

⁵⁹ “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus” de março de 2020; “Desafios e perspectivas da educação: uma visão dos professores durante a pandemia” de setembro de 2021; “Retratos da Educação pós pandemia: uma visão dos professores” de agosto de 2022.

artigos, notícias e publicações por outros aparelhos privados da burguesia que atuam na educação⁶⁰ e por pesquisadores⁶¹. A opção utilizada pelo IP para realizar a maioria das suas pesquisas foi a análise de dados a partir da aferição de questionários com um público alvo determinado. No caso destas três, os educadores de todo o Brasil responderam perguntas sobre questões pessoais que possam ter sofrido alguma interferência provocada pela pandemia além de algumas relacionadas ao uso das ferramentas do ensino remoto.

O fomento do ensino híbrido pelo Instituto Península não deixou de ser uma prioridade, nesta pesquisa por exemplo, conseguimos identificar este movimento, mesmo que de forma sutil. Neste trabalho o IP também aproveitou para quantificar como os educadores estavam reagindo ao novo formato de ensino, como reagiram frente ao uso das ferramentas tecnológica e como estavam avaliando esta situação. Ou seja, não deixaram de quantificar elementos importantes para a implementação do uso destas ferramentas em larga escala. Obviamente, pela pressão colocada no 2020 para os educadores, o ensino remoto gerou muita angústia e ansiedade, contudo mesmo com estes dados o Península ainda assim, de forma discreta defende o uso desta modalidade de ensino:

“Para recuperarmos a aprendizagem dos alunos e evoluirmos para um modelo híbrido de ensino, que caminha para ser um modelo que não responde apenas ao momento emergencial, mas que responde ao avanço necessário na Educação, é preciso não só incentivarmos a criação de políticas públicas a favor da inclusão digital como um direito de todos os estudantes, mas também avançarmos nas ferramentas e metodologias que conectem e fortaleçam o desenvolvimento do professor e a aprendizagem dos alunos, contemplando a aprendizagem no ambiente escolar com o desenvolvimento individual dos alunos, seja presencial ou remoto.” (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020: 25)

Em nossa hipótese a quantidade expressiva de utilização do trabalho “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus” ocorreu primeiramente pelo fato dela ter sido a primeira pesquisa sobre a pandemia publicada por um dos APH’s, o que fez com que diversos veículos de comunicação, entidades educacionais privadas, institutos e outros APH’s tenham utilizado os dados levantados de diversas formas

⁶⁰ Encontramos na indexação da busca no google 292 sites que utilizaram esta pesquisa, entre eles: Itaú Social, Instituto Unibanco, Nova Escola, Plataforma Provir e outros.

⁶¹ SILVA, Camila Lopes da; SANTOS, David Moises Barreto dos. “**Atuação docente no Brasil no contexto de pandemia de COVID-19**”, IN XXV EPEN ANPED, Bahia 2020; COUTINHO, Ângela Scalabrin; LOPES, Edna; VIEIRA, Livia Fraga; TRÓPIA, Patrícia. “**Direitos trabalhistas e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa**”, IN: Zero-a-seis, v.22, 12-2020; Kluthcovsky, P. C. W. ., & Joucoski, E. (2021). Educação em Tempos de Pandemia: Desafios da Docência Remota na Educação de Jovens e Adultos. EaD Em Foco, 11(1). Entre outros.

para retratar aquele momento difícil vivido pelo setor educacional. Contudo o principal motivo que fez este trabalho ser tão replicado está relacionado com o seu objetivo.

Esta pesquisa, na nossa leitura tem como intenção ser um instrumento para ganhar espaço dentro da educação, contribuindo para a construção de um imaginário positivo dos educadores em relação ao Instituto Península e aos demais entidades deste tipo. A tática utilizada para permitir esta entrada foi o fato dela conseguir dar voz e quantificar as questões dos educadores naquele período.

Esta percepção positiva é moldada a partir da construção da imagem filantrópica e de instituição parceira dos educadores que dá voz aos educadores na pandemia. Esta tática da construção imagética amistosa ao público-alvo da instituição é quase habitual entre os aparelhos privados de hegemonia. Com esta pesquisa o IP tenta construir uma ponte com os educadores fazendo um estudo que focasse na escuta e que tentasse dar uma humanidade ao momento difícil enfrentado pela Educação como um todo. Este ponto não será o foco da nossa pesquisa, mas fica aqui o apontamento para as futuras pesquisas.

Em relação a hipótese da amalgama entre os diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia a pandemia de COVID-19 foi reveladora. Podemos constatar a partir das pesquisas em que o IP esteve envolvido que houve uma unidade clara entre os aparelhos privados de hegemonia que atuam na Educação. Além da utilização das principais pesquisas do Península por outros APH's em agosto e setembro de 2020 foram lançados dois trabalhos que unificaram cinco estudos de aparelhos da burguesia sobre os educadores e a educação naquele primeiro ano de pandemia.

Os trabalhos “Retratos da educação no contexto da pandemia de COVID-19”, que se dividem nos subtítulos, foram organizados pelos seguintes aparelhos: CONJUVE, Em Movimento, Conhecimento Social, Fundação Carlos Chagas, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Imaginable Futures, Instituto Península, Itaú Social, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, UNDIME, ONU para Educação Ciência e Cultura e a Visão Mundial. As duas publicações sintetizam os dados coletados e tentam retratar os problemas gerados pela pandemia nas diversas dimensões e atores do processo de ensino-aprendizagem.

“Algumas das instituições responsáveis pela realização de tais estudos perceberam a importância de compreender seus resultados de maneira integrada, colocando em diálogo – ainda que apenas em forma de texto – as diferentes perspectivas sobre desafios e oportunidades que marcaram a educação neste ano de 2020. A articulação entre esses estudos deu-se desde a etapa de construção dos questionários, permitindo

que um mesmo aspecto fosse abordado de maneira convergente junto aos diferentes sujeitos da comunidade escolar.(...)”(CONJUVE, e outros. 2020:5)⁶²

Esta unidade⁶³ entre os aparelhos privados de hegemonia durante a pandemia traduz uma unidade geral na nova pedagogia da hegemonia, que tem hoje como objetivo o convencimento da classe trabalhadora para as ideias do empreendedorismo e pejetização (ANTUNES, 2018), onde os instrumentos sindicais e de defesa coletiva dos trabalhadores são desacreditados. Onde ocorre uma paulatina construção das ideias do individualismo e do “*self-made man*”, impondo uma aceitação as desigualdades sociais, só sendo possível superá-las individualmente.

No trabalho encabeçado pela Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ABMES) “O professor que queremos: fatores de qualidade na formação inicial docente”, realizada com a participação do Instituto Península e outras entidades, e que tem como objetivo “promover uma reflexão sobre o professor que queremos e quais os fatores de qualidade devem ser garantidos durante a formação inicial para que estejam melhores preparados para o início da docência”(ABMES, INSTITUTO PENÍNSULA e outros, 2022:11), podemos observar como os APH’s em questão e as instituições de ensino superior (IES) representada pelas associações de ensino superior que produziram este estudo uma preocupação com a formação docente, não só em seus cursos de licenciaturas mas também nas IES públicas. Em nossa hipótese na realidade o objetivo destes APH’s é adentrar no fazer pedagógico, naquilo que a Aparecida Tiradentes chamou de mercantilização da educação.

Para isso elas se utilizam do debate sobre a mudança na formação docente, apontando a necessidade de se ter uma reorganização nos currículos das licenciaturas. Tais mudanças se referem a necessidade de mais carga horária de estágio e do crescimento de disciplinas que abordem o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na grade curricular. Além da necessidade de fomentar a formação continuada dos docentes. Todas estas mudanças

⁶² CONJUVE, Em Movimento, Conhecimento Social, Fundação Carlos Chagas, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Imaginable Futures, Instituto Península, Itaú Social, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, UNDIME, ONU para Educação Ciência e Cultura e a Visão Mundial. “**Retratos da educação no contexto da pandemia de COVID-19: um olhar sobre múltiplas desigualdades**”, 09/2020. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia_digital.pdf>. Acessado em 14/11/2022.

⁶³ Mesmo havendo uma unidade nos objetivos existe disputa entre os APH’s e entre os setores da burguesia que cada um representa. A dissertação de mestrado da professora Renata S. Tuão debate entre outras coisas a disputa pela direção da política educacional entre o Todos pela Educação e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

ocorrerem em detrimento da carga horária teórica e de legislação que as instituições aqui consideram exageradas.

Primeiro é importante ressaltar que mudanças curriculares podem ser bem-vindas, e devem ocorrer na medida em que a ciência e o conhecimento humano avançam, por exemplo em relação ao uso das TDIC. De fato, são necessárias em alguma medida uma modernização do espaço escola e não só do currículo, para o uso destas ferramentas tecnológicas que podem sim agregar no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, ao montar um currículo que diminua sensivelmente as disciplinas teóricas e as troquem por matérias de práticas e de tecnologia, ou que foquem apenas na resolução de problemas de chão de escola, incorre-se no risco de formarmos docentes tutores que reproduzem conteúdos, mas não formulam sobre o seu fazer pedagógico⁶⁴. É o que a Tiradentes identifica em seu trabalho “Pedagogia de mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI” como um processo de despolitização:

“Despolitizá-la”, reduzindo-a a atividade meramente “técnica”, portanto, é repolitizá-la em favor da manutenção da hegemonia, sob a aparência de neutralidade, eficiência, eficácia, silenciando e desqualificando os significados da educação como prática política transformadora e de formação humana no sentido mais pleno.”(SANTOS, 2012:8)

Aparecida apresenta em seu trabalho que essa despolitização tem como intenção transformar a educação em um serviço como os demais (SANTOS, 2012), transformando o trabalho docente em uma função técnica. Além disto, estas mudanças propostas pelos APH's estão associadas a introdução de um gerencialismo na educação como um todo, lidando com as questões escolares como uma empresa, seguindo os objetivos e critérios do mercado. É aqui que muitas parcerias público-privadas são feitas. Só o Instituto Península realizou 80 parcerias com redes privadas no período pandêmico para realizar escutas dos educadores⁶⁵, mais um canal de entrada para a construção do imaginário positivo sobre o IP.

Ainda há uma avenida de possibilidades para os pesquisadores que se interessarem em analisar como atuaram no período da pandemia os aparelhos privados de hegemonia que tem como foco a educação. No caso das pesquisas em que o Instituto Península esteve envolvido

⁶⁴ É importante ressaltar que não vamos encontrar com facilidade em nenhum documento produzido pelos aparelhos privados de hegemonia suas intenções e táticas para a disputa hegemônica. Estes objetivos sempre são disfarçados em ações pela positiva como neste documento. Mas fazendo uma leitura mais reflexiva podemos apontar que apesar deste trabalho ter uma cara mais técnica, com dados e sugestões, ele está sim carregado de ideologia.

⁶⁵ Disponível em <<https://www.institutopeninsula.org.br/em-parceria-com-24-estados-instituto-peninsula-oferece-apoio-socioemocional-aos-professores-da-rede-publica/>>. Acessado em 14/11/2022.

apontamos neste trabalho três hipóteses que devem ser aprofundadas, mas sem dúvida, estas produções do IP podem revelar mais caminhos a serem explorados.

3 – A política de formação de professores da OCDE através do curso de pedagogia do Instituto Singularidades do Grupo Península.

Neste nosso último capítulo nos voltaremos para um dos temas abordados nas produções e pesquisas do Instituto Península realizadas no período da pandemia de COVID-19, a formação docente. Como vimos na pesquisa realizada em maio de 2022 pelo IP e em parceria com a ABMES, ANEC, IES, Consed, Undime, chamada de “O professor que queremos: relatório do grupo de trabalho ‘qualidade na formação inicial docente’”, esta temática é um tema relevante para o IP e outros aparelhos privados de hegemonia que atuam na educação. Aqui apresentaremos a origem das propostas de mudança curriculares defendida por estas instituições e como ela tem sido aplicada na universidade Singularidade nos seu curso de Pedagogia.

3.1 – A importância da conquista dos educadores para o processo de hegemonia

A escola a partir da transformação do Estado em um Estado Educador passou a ser uma instituição fundamental para qualquer classe que almeja consolidar sua hegemonia dentro da disputa de classes. Essa transformação da escola em um instrumento primordial para a conquista da hegemonia, ocorre principalmente quando ela começa se tornar de fato o local de formação das massas. Por exemplo no Brasil recente, segundo o censo escolar de 2021⁶⁶, são 2,2 milhões de professores e 46,7 milhões de alunos em todo o ensino fundamental. É por esse gigantismo e pela função de ensino em nossa sociedade que a escola se tornou um foco para a disputa hegemônica. E é por isso que o tema da formação dos discentes e docentes tem se tornado uma preocupação que domina o interesse diversos grupos empresariais do Brasil e também de estrangeiros.

Contemporaneamente não é possível pensar em hegemonizar a sociedade sem se ter a escola nos planos deste processo. É por isso que ela é utilizada pelos defensores do capitalismo como um instrumento de conquista de hegemonia, já que ela é detentora de uma característica muito intrínseca de sua constituição, a de ser o espaço inicial formal da formação humana. É no mundo físico escolar que se inicia a constituição social e educacional do ser humano. Desta forma, garantir que esta formação tenha também os preceitos da sociedade burguesa e do

⁶⁶ Censo de 2021. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-01/censo-escolar-mais-de-650-mil-criancas-sairam-da-escola-em-tres-anos>>. Acessado em 23/03/2023.

capitalismo é fundamental para o domínio da classe dominante. Principalmente se isso ocorrer de um modo que se naturaliza esta sociedade como a natural, inclusive a sua exploração e a desigualdade promovida pelo capitalismo.

No Brasil, este processo de expansão da escola se inicia nos anos 30 no período inicial do Vargasismo, com a criação do Ministério da Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INPE), e com a visão da educação como um direito. Constando na Constituição de 1934 a primeira obrigatoriedade de ensino, no caso só o primário. Este marco é influenciado pela Escola Nova que havia sido formada na década de 20 do século XX e começa a pensar a educação como um espaço para a consolidação do espírito liberal no país. Essa transformação da escola pública em um espaço universal de formação e que abrangesse o conjunto da população brasileira se desenvolverá ao longo do século XX com grandes percalços e retrocessos durante os dois regimes ditatoriais.

Mas foi durante os anos 90 do século passado que deu ao espaço escolar no Brasil um papel com significativa importância para a disputa hegemônica, (CÊA, G. S. S.; SILVA, S. R. P.; SANTOS, I. M, 2019). Respalado pela Constituição de 1988, pelo Estatuto da Criança e Adolescente de 1990 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que criam a obrigatoriedade da universalização da escola no país. Neste período ocorre a consolidação do modelo neoliberalismo-toyotismo como o novo bloco histórico. Mais que um conjunto de políticas econômicas este binômio moldou a cultura, ideologia, costumes além da economia em si, era a nova cara da hegemonia burguesa. Nas palavras de CÊA, SILVA e SANTOS: “O neoliberalismo se configura, então, como sùmula das orientações econômicas, políticas e ideológico-culturais do projeto de sociabilidade burguesa que colocaram em cheque as premissas keynesianas do bem-estar social.” CÊA, G. S. S.; SILVA, S. R. P.; SANTOS, I. M, 2019). Este novo bloco histórico foi fruto da tentativa do capital em resolver a crise dos anos 70, que levou ao fim do padrão fordista-keynesiano e que de forma estrutural (MÉZÁROS, 2020) perdura até hoje, provocou uma intensa modificação no capitalismo.

Em suma, a tentativa de solução da crise com a manutenção do capitalismo e da sua classe hegemônica no poder, que se traduziu no neoliberalismo/Toyotismo, criou um conjunto de políticas, ideias e ações que acabaram constituindo a atual sociedade burguesa. Para o funcionamento desta nova arquitetura era necessário a manutenção dos subalternos como adeptos da sociedade burguesa, esvaziando alternativas e levantes populares. Essa continuidade na dominação hegemônica não tinha mais o recurso do Estado de bem-estar social, que mesmo

fora dos centros do capitalismo mundial onde a realidade era bem distinta, ele funcionava como um sonho possível para a periferia e um instrumento de propaganda. Nos anos 90 sem ele, esse controle social ficou mais difícil, principalmente porque a crise do capital nesta altura já havia optado pelo caminho do aumento da exploração e da precarização, resultando em um aumento dos problemas sociais que se globalizam tanto quanto a própria economia.

Para domar os subalternos frente o aumento dessa precariedade da vida, os grupos dominantes precisaram intensificar a dominação hegemônica da sociedade a partir do convencimento e da formação sociocultural dos trabalhadores de modo aceitarem aquela sociedade como a sua, mesmo com o aumento da exclusão. De fato, isso não é novo, todo regime que domina hegemonicamente uma determinada classe social precisa convencer e ganhar esses para o seu projeto de sociedade, no caso a burguesa. Um bom exemplo no Brasil foram as modificações impostas pelo regime de 64 à educação, com a adoção da disciplina de Educação Moral e Cívica, como vimos no capítulo 2.

Esta precarização teve consequências, a efervescência política dos anos 80 que foi intensificada com o fim da ditadura empresarial-militar e pela agudização da crise, acabou gerando uma pressão tão significativa que fez o discurso neoliberal acrescentar o incentivo a participação popular, dando algum tipo de atenção ou resposta às demandas populares, mesmo que de forma paliativa. Ao ponto que nos anos 90 e 2000, é construído uma nova vertente neoliberal, que construiu um programa que unia as pautas econômicas de reforma e austeridade com a conciliação de classe. Este foi o cainho encontrado para que a aplicação da cartilha neoliberal ganhasse adeptos dentro das classes subalternas. A conciliação de classe facilitaria a construção do consenso social, como ocorreu nos governos Lula aqui no Brasil.

Essa nova cara do neoliberalismo tinha como objetivo esfriar as tensões e demandas populares que surgiam frente a crise estrutural do capital. Isso era feito a partir da cooptação de lideranças e até das estruturas tradicionais da classe trabalhadora, por exemplo o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores aqui no Brasil. A partir daí algumas demandas eram atendidas ou era dado algum tipo de avanço social, que mesmo sendo algum tipo de paliativo resultava em algum avanço importante frente a crise instalada.

Tanto onde foi aplicado o neoliberalismo de terceira via ou a sua vertente mais tradicional, para “fechar esta conta” entre degradação social e convencimento do programa neoliberal, é fundamental a utilização do aparelho estatal enquanto um Estado educador com a

aplicação da nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2004). Dando à educação uma maior importância para a disputa e controle hegemônico, por isso diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia se voltaram para esse campo, tendo como objetivo a “universalizar” (GRAMSCI, 2011A p. 86) a classe trabalhadora aos moldes da sociabilidade burguesa partir da formação destas pessoas, como descreve Cêa, Sílvia e Santos:

“Dessa forma, em âmbito mundial, notadamente a partir dos anos 1990, Estados nacionais e sociedade civil vêm sendo instados a levarem adiante o projeto educacional coerente com a sociabilidade requerida para um tempo de crise. Nele, a formação humana é componente ímpar, seja nas relações sociais como um todo, seja nas formas sistemáticas que essas relações assumem por meio da escolarização, visando a [...] criar o homem ‘atual’ à sua época’ (GRAMSCI, 2011b, p. 62). O caráter assumido pela formação humana concernente àquele projeto de sociabilidade pode ser interpretado, assim, como elemento estratégico para que a classe dominante siga [...] universalizando e traduzindo de modo adequado a sua nova experiência’ (GRAMSCI, 2011a, p. 86).” CÊA, G. S. S.; SILVA, S. R. P.; SANTOS, I. M, 2019)

Estes dois pontos da teoria gramsciana ajudam a entender as intenções da burguesia em utilizar a escola como uma ferramenta de dominação. O primeiro que está na passagem onde o sardo critica Giovanni Gentile, primeiro-ministro da educação do regime de Mussolini e um dos formuladores da proposta educacional deste governo⁶⁷. Neste tópico, ele discorre sobre o problema dessa pedagogia fascista e da tradicional que se limitam a somente domar a natureza humana, transformando os alunos em trabalhadores para aquele momento, em humanos⁶⁸ daquele tempo, o “homem atual” (GRAMSCI, 2011b).

No segundo ponto temos a ideia da “universalização”, que está na parte onde ele aborda a fala do professor Antônio Labriola ao responder uma indagação de um aluno sobre como educar moralmente um papuano. Labriola que responde dizendo que deveria se escravizar o papuano e não educá-lo. E somente nas gerações do neto ou bisneto deste primeiro indivíduo é que deveria ser utilizada a pedagogia moderna para educá-los. Gramsci aqui alerta sobre a maneira que a classe hegemônica enxerga a educação dos subalternos. É preferível sempre escravizá-los, abandoná-los ou retirar destes uma possibilidade de formação digna para superar os atrasos sociais e econômicos, em vez de universalizar (GRAMSCI, 2011a) os conhecimentos modernos da humanidade através de uma formação unitária.

Transpondo as duas categorias criadas por Gramsci para a nossa realidade atual podemos fazer uma caracterização bastante parecida com a feita pelo italiano. Se lá a educação

⁶⁷ Resumidamente Gentile defendia a criação de escolas técnicas para os mais empobrecidos da sociedade italiana, deixando a joia do sistema educacional da Itália, os Liceus, para a elite.

⁶⁸ Gramsci utiliza o termo “homens” quando trata socialmente do conjunto de humanos.

fascista segregava os excluídos para um determinado tipo de ensino limitado como nas escolas técnicas italianas, aqui o Novo Ensino Médio (NEM) limitará a formação dos estudantes das redes públicas que estão tendo uma implementação do NEM bastante distinta da rede privada.

Na atual conjuntura neoliberal, a sua pedagogia da hegemonia visa uma uniformização dos subalternos ao padrão da sociabilidade burguesa (atual sociabilidade), ou seja, essa pedagogia tem como objetivo formar trabalhadores que aceite bem os altos níveis de precarização, que se veem como empreendedores mesmo quando são prestadores de serviços em plataformas e que naturalizem a pobreza como uma realidade imutável. Atualmente o NEM é a nova etapa deste programa pedagógico, que já vinha sendo construído desde a BNCC (Base Nacional Curricular Comum).

Os seus articuladores utilizam como justificativa para a sua implementação a necessidade de modernizar o currículo deixando-o mais atrativo para os alunos. Diminui-se a carga horária das matérias tradicionais, acrescentando um conjunto de novas disciplinas eletivas, itinerários formativos com a flexibilidade que atenda a Base Nacional Curricular Comum. No total, são três grandes mudanças, aumento da carga horária para 3000 horas totais, a liberdade da escola das disciplinas temáticas e a adição do ensino técnico. Cabe registrar apresentação do NEM como um caminho para resolver baixar a evasão escolar que de fato é alta, tem um apelo considerável como podemos observar no texto da Ana Maria Diniz, uma das criadoras do IP, no blog da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino Superior):

“O ensino médio, do jeito que está hoje, é uma autêntica jabuticaba brasileira. Somos o único país do mundo onde o aluno tem 13 disciplinas fixas e nenhuma liberdade de escolha, um modelo que está a anos-luz dos interesses dos jovens, da vida prática neste século e que tem consequências bem indigestas. Com a reforma, espera-se que muitas das paredes que nos aprisionam na mediocridade sejam, enfim, derrubadas.” (DINIZ, Ana M. ABMES, 2021)

Apesar de uma aparente atratividade e eficiência deste novo modelo, o Novo Ensino Médio, na prática estamos tendo uma diminuição das matérias tradicionais que são substituídas por outras que atendem os princípios da nova pedagogia da hegemonia. Ou seja, que abordam o empreendedorismo, constroem uma cidadania de aceitação à sociedade burguesa ou simplesmente introduzem disciplinas que caminham para uma formação rarefeita, como as fatídicas disciplinas do brigadeiro, RPG ou “o que rola por aí”⁶⁹.

⁶⁹ Disciplinas implementadas pela rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/aula-de-rpg-ou-de-cuidados-com-o-pet-professores-e-pais-criticam-disciplinas-inusitadas-do-novo-ensino-medio.ghtml>>. Acessado em 20/04/2023.

Diferente da ideia da atratividade defendida pela Ana Maria Diniz e outros defensores do NEM, o que estamos vendo nessa implementação deste novo modelo é o oposto, estudantes e professores desestimulados e preocupados com a perda da vida escolar destes discentes. De fato, o que está ocorrendo é uma segregação dos alunos das redes públicas e das pequenas escolas privadas, que estão sendo lesados com esse novo ensino médio. Além das disciplinas mal formuladas ou de conteúdos incompatíveis com a formação escolar, eles estão sendo cobaias das matérias e conteúdos ligados diretamente aos interesses hegemônicos. Essas são as disciplinas relacionadas ao empreendedorismo, pejotização, cidadania e outras que tem como objetivo equalizar estes alunos para a atual sociabilidade burguesa.

Ou seja, do jeito que este projeto está sendo implementado nestas redes, com este novo currículo com poucas opções de escolha e com profissionais que são obrigados a ministrar disciplinas distintas da sua formação, temos uma perda educacional bastante evidente quando comparada com a experiência do NEM nas grandes escolas da rede particular que associou o NEM a um horário integral. Este modelo permite a manutenção das disciplinas tradicionais com as novas no contraturno. Como nos Liceus italianos no governo fascista, o que resta sendo reservado aos alunos mais pobres do país é um destino está acontecendo essa diferença na implementação é de fato uma segregação que gerará um grande destoamento entre os alunos.

A implementação do NEM também revela que sem a adesão dos educadores para o projeto pedagógico neoliberal sua expansão se torna muito mais difícil. A Confederação nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) tem feito uma campanha pela revogação do NEM, e outras entidades e acadêmicos também estão se engajando nessa batalha. Contudo, esta luta ainda tem limites que serão decifrados pelo tempo, já que somente uma das greves estaduais e distritais (Brasília, Pernambuco, Amazonas e Rio de Janeiro) que estão em curso neste meado do primeiro semestre de 2023, tem como uma das suas pautas o fim do NEM, por coincidência ou não só quem tem colocado esta pauta em sua greve é o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), que também é o único destes sindicatos que não é dirigido pelo cutismo.

Outro aspecto da escola que lhe dá a importância dentro da disputa hegemônica para Gramsci é que ele a identifica como uma da instituição formadora de intelectuais, que se somando ao alcance da escola dá a ela este papel fundamental na disputa hegemônica. É por isso que a classe dominante intervém de diversas maneiras no processo de ensino dentro da

escola, pois ela lhe permite formar intelectuais defensores e reprodutores do capitalismo, mesmo que estes nunca adentrem a classe burguesa. A Atual pedagogia da hegemonia tem o papel de convencê-lo que mesmo pobre ele é um empresário ou que esta é a sociedade natural. O ensino do empreendedorismo dentro do Novo Ensino Médio é um exemplo de como esta formação de intelectuais ocorre na prática.

A visão gramsciana de intelectuais é fundamental para entendermos o por que a escola acaba sendo na prática um instrumento para a conquista e consolidação de uma classe dentro da guerra por hegemonia. Diferente da visão do senso comum de intelectual, que entende esse como aquele pensador que formula, cria e reflete sobre ideias, temas problemas, e etc.. Para Gramsci essa personagem humana é muito mais ampla que apenas um acadêmico ou cientista.

O sardo entendeu o intelectual como um agente político que intervém dentro da luta de classes. Para ele mais que formular e refletir no campo das ideias esta personagem é responsável também por edificar as ideias no mundo da prática. Ou seja, o intelectual também é aquele que organiza, que implementa, que ensina, que divulga e até aquele que executa. Pois todas estas ações precisam do entendimento e do convencimento sobre a ideia em si, precisa de uma ação dirigente sobre estas ações.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanística histórica, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político). (GRAMSCI. 2000. p. 53)

Dentro da visão gramsciana este intelectual possui um papel fundamental, principalmente se ele for orgânico, ou seja, se é um indivíduo que tem a função de intelectual e que possui um vínculo real com a classe que ele está inserido. Esse agente executa uma função importante para a manutenção da hegemonia e consecutivamente do bloco histórico vigente, que é a criação e manutenção dos vínculos de dominação hegemônica que sustentam o bloco histórico vigente, como explica Castelo em sua tese:

“Em suma, Gramsci define o conceito de bloco histórico como um sistema social que engloba uma base econômica e uma superestrutura político-ideológica. Para o seu pleno funcionamento, devem ser constituídos – e mantidos ao longo do tempo – vínculos orgânicos entre a base e a superestrutura. A construção e a manutenção desses vínculos orgânicos é tarefa de um grupo social muito particular: os intelectuais orgânicos e tradicionais a serviço da supremacia burguesa. O substrato ideal que cimenta e solda tais vínculos são as ideologias, criadas, difundidas e organizadas por diferentes tipos de intelectuais, que para ele são definidos como organizadores e

gestores do consenso, da hegemonia, sempre com alguma dose de coerção e ditadura.”
(CASTELO, 2015, p 60)

Por isso a função dos profissionais da educação, principalmente dos professores, ganha uma importância enorme dentro desta utilização da escola como um instrumento hegemônico. Pois este indivíduo é também um intelectual, no sentido gramsciano, em seu trabalho, principalmente na relação com seus alunos, onde vai edificar uma visão de mundo no imaginário destes alunos, e muitas vezes conseguirá convencer estes discentes sobre algum lado desta disputa, mesmo que os dois – aluno e professor - não tenham uma consciência plena sobre esta ação.

Aqui em seu trabalho o professor se torna um intelectual que vai assumir ao mesmo tempo um papel de uma ação prática e também reflexiva. Entenda-se como sentido prático quando este profissional apresenta um conteúdo ou um material formulado por outros intelectuais, como quando leciona sobre um conteúdo programático preestabelecido, quando ele utiliza um livro ou outros materiais didáticos. Já o segundo lado, o da reflexão, ocorre sempre que há um ato reflexivo sobre o fazer pedagógico deste educador. Isso ocorre toda vez que os professores preparam, planejam e refletem sobre a sua aula, avaliação ou outro momento do processo de ensino aprendizagem.

E está nessa atuação enquanto intelectual gramsciano que está a importância dos educadores para a disputa hegemônica. Pois a sua atuação pedagógica enquanto ação intelectual, associada a relação que os educadores constroem com os alunos, é um facilitador para o convencimento destes últimos. Esta ligação que surge entre educadores e alunos, e que geralmente é feita com afeto e gerando algum tipo de vínculo entre eles, não é a toa que essa personagem (professor ou outro trabalhador da escola) acaba ocupando um local afetivo nas memórias de todos nós. Por isso, essa relação acaba sendo uma ponte para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra com maior eficiência.

Estas duas características fazem com que os educadores sejam tão almejados pelos aparelhos privados de hegemonia. Pois elas colocam os educadores em um local privilegiado na formação e no imaginário de todos os seres humanos. E quando esta posição acaba sendo utilizada para defender e propagar uma específica visão de sociedade ela acaba sendo muito eficiente. Mesmo quando esta defesa ocorre de forma subjetiva e inconsciente.

Agora, está atuação de intelectual como disseminador de uma visão de mundo, ou de uma vertente de sociedade pode ser feita de forma consciente ou o oposto, de modo inconsciente. A primeira é mais fácil de entendermos, já que o educador assume um lado da luta de classe e a disputa dentro da escola. Isso pode ocorrer quando um trabalhador leva para as suas aulas um conteúdo ou um tom mais crítico da sociedade capitalista, pautando assim uma visão contra-hegemônica da conjuntura atual, socialista, anarquista e etc.. Ou o oposto, quando este assume o papel de disseminador dos programas defendidos pelas diversas parcerias estabelecidas pelos institutos e os demais APH's, seja enquanto trabalhador da escola ou funcionário de uma destas organizações burguesas que atuam na educação.

Já o segundo modo, o inconsciente, o educador atua como um intelectual da classe hegemônica sem perceber que está agindo como tal ou que o seu discurso/ação pedagógica acaba reforçando esta hegemonia. Esta situação ocorre em grande escala dentro de qualquer sociedade onde uma classe está há muito tempo enraizada na posição de dominadora dentro da disputa hegemônica e consegue criar mecanismo de convencimento e naturalização da sociabilização do seu modelo de sociedade.

Para Gramsci este processo de conquista do subconsciente é uma das grandes armas da classe que está hegemonizando a sociedade, pois ela acaba moldando a opinião pública e por sua vez construindo um senso comum favorável a sua manutenção da hegemonia. No caso da formação dos professores, é fundamental que ela seja um instrumento para solidificação deste senso comum que o educador reproduzirá em suas aulas, executando o modo inconsciente da sua função de intelectual dentro da escola.

“O que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. O Estado quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil.” (GRAMSCI, 2007, p.265)

É por isso que existe um interesse dos aparelhos privados de hegemonia em intervir no currículo de cursos de licenciatura. Pois ao modificarem esses cursos, eles almejam garantir que ali se tenha uma formação de professores e pedagogos que fomente a naturalização da sociedade burguesa, diminuindo a formação crítica por uma prática, de modo que a utilização da pedagogia da hegemonia como um instrumento destes novos educadores seja algo natural do nosso momento histórico. Permitindo assim, que a maioria dos formandos atuem

profissionalmente enquanto intelectuais da sociedade burguesa sem refletirem sobre esta sociedade.

Deste modo diversos representantes dos setores hegemônicos no Brasil têm construído algum tipo de intervenção na formação de professores com o objetivo ganhá-los ativamente ou passivamente para a consolidação de sua hegemonia na sociedade civil frente aos setores subalternos. Sem a conquista desta personagem os APH's terão muito mais dificuldades para colocar usar as escolas para a manutenção da hegemonia neoliberal.

Este ponto fundamental, esses aparelhos não podem abrir mão dos educadores enquanto instrumentos de sua intervenção na educação. Sem eles o uso hegemônico do processo de formação da classe trabalhadora não será efetiva. E essa conquista deste profissional para uma atuação consciente ou inconsciente, não é exatamente simples como ocorre em outras categorias. Para isso é necessário um grande processo de construção, convencimento, formação e propaganda para a efetiva implementação deste programa neoliberal para a educação.

Esses educadores apesar de muito precarizados na maioria das redes públicas e em boa parte das pequenas escolas particulares, geralmente passam por uma formação nas universidades que lhes dão algum tipo cabedal cultural e teórico, principalmente nas Universidades públicas. Estas licenciaturas possuem um currículo que possui uma carga horária em disciplinas teóricas importante, sem menosprezar a quantidade de matérias práticas obrigatórias, tem como objetivo permitir que estes novos professores se tornam agentes formuladores do seu fazer pedagógico, mesmo que estes estejam longe do espaço acadêmico. Essa autonomia de reflexão sobre prática pedagógica de si ou do grupo escolar, torna boa parte destes educadores muito mais críticos a intervenções de grupos externos à educação.

Esta criticidade e a autonomia pedagógica cria uma grande dificuldade para que os educadores concordem com os projetos que tentem de alguma forma cercear essas duas características primordiais da profissão do magistério. Essa reflexão acaba sendo um fator que atrapalha a livre atuação dos diversos aparelhos privados de hegemonia que atuam no setor, porém não os impede. Seja pela pressão dos governos, pela precariedade ou pelo próprio convencimento de parte dos trabalhadores, a nova pedagogia da hegemonia adentra na educação de alguma forma.

Então como diminuir este entreve? Como que estes aparelhos privados de hegemonia tentam conquistar os educadores, ou parte deles para a implementação de um projeto neoliberal?

Um dos caminhos galgados pelos setores que atuam na educação é intervir na formação de pedagogos e professores. Aqui a lógica é a mesma da intervenção nas escolas, primeiro se tem um longo e permanente processo de construção da imagem do APH como instituição parceira da educação e também isenta de interesses políticos, ou seja, uma instituição da sociedade civil no sentido leigo de sociedade civil. Ao longo do processo esses aparelhos apresentam propostas de reforma da educação. Estas por sua vez são construídas em organismos internacionais que pensam a educação como o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

3.2 - A proposta da OCDE para os cursos de formação de professores

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi criada em 1961, sendo estabelecida no formato de fórum que conta com 31 países membros e alguns convidados como o Brasil. A OCDE é um grande APH que atua em desenvolvimento de políticas educacionais, econômicas e sociais. No caso da educação, eles possuem algumas plataformas de atuação, sendo o PISA o principal instrumento de intervenção. E a partir destes instrumentos eles fomentam, por exemplo, uma proposta de formação docente voltada para prática que é replicada aqui no Brasil por diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia, como o Instituto Península e a sua universidade o Instituto Singularidade.

Este organismo internacional trabalha dentro da lógica de promoção do sistema neoliberal criada a partir do “Consenso de Washington”⁷⁰. Que funciona a partir da criação organismos internacionais multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), e a própria OCDE para promover à agenda neoliberal para os países subdesenvolvidos, a partir da cooperação técnica ou pela imposição retórica ou financeira. Sendo este mais uma vertente da disputa por hegemonia, agora em nível internacional.

“O avanço global das diretrizes neoliberais efluíu dos países capitalistas centrais às periferias. Esse movimento, que atinge seu auge nos anos 1990, possui no mote — reformar sua maior ideologia de propagação global. Para tanto, os organismos internacionais e, em âmbito local, os setores corporativo-empresariais, atuaram como seus maiores interlocutores. A estes, interessava a flexibilização produtiva, com impacto direto sobre os trabalhadores, por meio de novo disciplinamento da força de

⁷⁰ Fazer nota sobre o Consenso

trabalho: intensificação somada à precarização e formação profissional flexível, com base na aquisição de novas competências e habilidades.” (FERNANDES, 2019, p 34)

Como diz Fernandes em sua tese de doutorado, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico se enquadra dentro deste espectro de instituições que atuam na construção de hegemonia sobre os países periféricos do capitalismo. Deste modo a OCDE é um aparelho privado de hegemonia que produz reflexões sobre diversos temas, sendo a educação uma das principais áreas trabalhadas por eles. E no caso da formação docente, é só um dos diversos temas educacionais que são trabalhados em suas produções.

De fato, temos um conjunto destes organismos internacionais que produzem cartilhas e orientações sobre a educação no geral, mas tem sido a OCDE uma das principais divulgadoras deste modelo de formação de professores. O principal mecanismo utilizado por este organismo internacional para justificar suas argumentações são os dados produzidos pelos seus programas de pesquisas internacionais, o TALIS e o PISA. A partir destes números produzidos por eles, a OCDE consegue criar um respaldo científico para as suas ideias sobre a formação de professores e a educação em si.

O PISA é um programa internacional de avaliação dos estudantes (*“Programme for International Student Assessment”*.- PISA), que é uma iniciativa OCDE criada em 1997. O PISA trabalha com uma metodologia de ranqueamento, comparando o desempenho de estudantes dos diversos países membros e convidados⁷¹, os indicadores produzidos em suas avaliações são utilizados por diversos órgão governamentais, aparelhos privados de hegemonia e pesquisadores em todo mundo.

Da América Latina participam como membro o México, Chile, Colômbia e Costa Rica. Já a Argentina e o Brasil são candidatos para se tornarem membros da instituição. Vale ressaltar que o nosso país tem participado como convidado de todas as avaliações realizadas pelo PISA. No entanto, somente em 2017 o governo Temer formalizou a candidatura do Brasil a titularidade do quadro de membros da OCDE. Contudo, em 2022, o Brasil só tinha atingido 43% das regras de entrada na OCDE, apesar do governo Bolsonaro afirmar que esta questão era uma prioridade da equipe econômica de Paulo Guedes.

⁷¹ Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>>. Acessado em 04/06/2023.

O PISA se tornou a principal representatividade da OCDE no Brasil. A aplicação desta avaliação pelo governo brasileiro, somado a credibilidade da OCDE dão ao PISA respaldo suficiente para que este seja construído como um parâmetro de importância para a educação brasileira, sendo utilizado por diversas redes de ensino como justificativa para aplicação das políticas educacionais defendidas pela OCDE para seus membros e convidados, funcionando também para os aparelhos privados de hegemonia como respaldo de fiador do seu programa educacional, inclusive no tocante a formação nacional.

O incentivo à adoção da cartilha da OCDE vem principalmente pela propaganda associada ao ranqueamento promovido pelas pesquisas. Por exemplo, diversos APH's nacionais recorrem em seu discurso a utilização como referências de educação que funciona e que deve ser seguida dos países que estão em primeiros lugares no ranking do PISA, utilizando os dados do programa para justificar por exemplo a adoção do modelo curricular destes primeiros colocados.

“Exemplo Internacional (...)A Coreia do Sul permanece entre os 10 primeiros colocados no ranking de educação da OCDE. Além de ser considerada um dos cases de sucesso no desenvolvimento educacional com notas altas nas competências linguagens, matemáticas e ciências na avaliação PISA.” (PENÍNSULA, 2022, p.20)

E o próprio governo brasileiro tenta se adequar as recomendações do OCDE, que exerce bem a sua função de organismo internacional dentro do contexto das instituições que tem como objetivo serem um promovedor para outros países de uma regulação transacional, que é na prática a cartilha do neoliberalismo. Deste modo o governo brasileiro criou algumas iniciativas como o Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), como afirma Ferreira.

“Nesta mesma linha de raciocínio sobre o PISA, o governo brasileiro criou, no ano de 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), idealizado a partir de experiência de organismos internacionais em especial da OCDE.” (FERREIRA, 2011)

Ou seja, seguindo a lógica dos organismos internacionais dentro do sistema neoliberal, a OCDE a partir das suas iniciativas como o PISA, atua fomentando a adesão dos países membros, convidados e não convidados a agenda neoliberal. Criando estímulos a partir da produção de índices, metadados, modelos, cartilhas, intercambio de iniciativas pedagógicas e outras ações que sirvam de inspirações para que os agentes públicos desenvolvam políticas que se adequem a esta agenda. Como enfatiza Camargo, Pacheco, Rabelo, Moraes e Ferreira em seu artigo:

“São incentivados a adoção de mecanismos de avaliação de desempenho institucional e individual, de avaliações em larga escala, incluindo o incentivo à atuação do setor privado. No documento *“Professores são importantes. Atraindo, desenvolvendo e retraindo professores eficazes”*, publicado em língua portuguesa, ficam claros nele os pilares descritos. Exemplo disso, é a proposição feita, pelo Comitê de Educação do referido organismo, de uma revisão de políticas para professores, em nível mundial, com o objetivo de ajudar os países a compartilhar iniciativas inovadoras e bem-sucedidas e para identificar opções de políticas para atrair, desenvolver e reter professores eficazes. (OCDE, 2006).”(CAMARGO, Arlete Maria Monte de et al., 2021 p. 4)

No caso da educação esta política está ancorada em 3 pontos: uma formação docentes focada na prática (levando a um empobrecimento da reflexão pedagógica, transmutando esta ação em uma tutoria); estímulo a permanência dos docentes com valorização profissional a partir da meritocracia promovida por avaliações externas; currículo escolar baseado na essência da pedagogia da hegemonia, com a diminuição de conteúdos que favoreçam a criticidade do discente, com o aumento de disciplinas que preparem os alunos para o mercado de trabalho e para as avaliações externas.

O TALIS (*“Teaching and Learning International Survey”*), que é criado em 2005, é focado nos professores e suas questões sobre o ambiente escolar, o processo de ensino aprendizagem e outras questões relacionadas aos docentes e que registrem o seu ponto de vista. A coleta destes dados é a partir da utilização de um questionário direto com os professores. O TALIS é uma pesquisa qualitativa com professores e o PISA é uma avaliação focada em Ciências, Matemática e Leitura dos alunos. Ambos são organizados pela OCDE, mas aqui são aplicados pelo INEP, como é explicado no próprio site deste órgão do governo brasileiro: “Seu foco é avaliar o ambiente de ensino e aprendizagem, bem como as condições de trabalho dos professores e diretores nas escolas. No Brasil, a aplicação e o tratamento dos dados são responsabilidades do Inep” (INEP,2023).⁷²

O tema da formação, seja continuada ou a inicial, é bastante explorado pelos diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia. Geralmente é a partir das “formações continuadas” que estes aparelhos privados de hegemonia são contratados pelas diversas secretarias de educação do país, sendo uma das principais portas utilizadas por eles para entrarem na educação, passando a ter contato direto com milhares de educadores. Andreas

⁷² Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/talis>>. Acessado em 04/06/2023.

Schleicher, diretor de educação e de competências da OCDE coloca a formação continuada em um local mais importante que a formação inicial no magistério.

“A formação de professores costuma ter como foco sua educação inicial: o conhecimento e as competências que os professores adquirem antes de iniciar o trabalho em si. De forma semelhante, a maior parte dos recursos para a formação de professores tende a ser alocada na educação antes da entrada em serviço. Mas dadas as rápidas mudanças na educação e às longas carreiras de muitos professores, a formação deve ser vista em termos de aprendizagem durante toda a vida, sendo sua formação inicial a base para a aprendizagem contínua, não o ápice de seu desenvolvimento profissional.” (SCHLEICHER, 2018, p. 94)

De fato, há uma importância nesta modalidade de formação, cabendo a elas as captações, reciclagens, aprendizado de alguma ferramenta tecnológica e afins. Contudo, elas não substituem as pós-graduações, seja a lato ou a stricto, pois são nestes cursos que vão permitir aos profissionais da educação se envolverem com a pesquisa e formulação científica sobre o aspecto educacional que eles desejarem, estimulando o desenvolvimento reflexivo destes educadores sobre o seu fazer pedagógico. E também é aqui que teremos a possibilidade de aprofundarmos nosso desenvolvimento acadêmico em um determinado tema.

Essa ênfase no texto de Andreas neste tipo de formação é explicada em três pontos, o alcance e o econômico. É a partir destas parcerias que os APH's conseguem apresentar em larga escala o seu programa neoliberal para o setor, seja para os alunos ou os profissionais que atuam nesta área. É muito mais fácil para estes organismos oferecerem pequenos cursos de captação que podem ser vendidos e reproduzidos para um número gigantesco de educadores (principalmente se esses cursos forem elaborados no formato EAD, como no Instituto Singularidades) do que algum tipo de pós-graduação que são no mínimo mais elaboradas. O tema da formação proporciona uma avenida de oportunidades para estas instituições, inclusive o financeiro. Nestes contratos circulam um fluxo de verbas destinadas à educação pública que acabam fomentando instituições privadas, permitindo a construção delas e do programa neoliberal na educação.

Mas além destes projetos de formação continuada, os APH's têm dado um passo mais profundo na conquista do fazer pedagógico dos educadores. Uma das grandes táticas encontrada pelos aparelhos para ganharem os educadores desde o início da sua formação para o programa neoliberal é a construção de um novo currículo para as licenciaturas. Ou seja, adequar o currículo das graduações de licenciaturas ao programa neoliberal, para que as instituições de ensino superior (IES) se tornem também instrumentos destes APH's, passando a formar

profissionais da educação que aceitem com mais naturalidade e sem reflexão a sociedade burguesa e a sua pedagogia da hegemonia.

Mas qual é o centro das mudanças sugeridas por este setor hegemônico? Esses APH's têm como principais focos duas temáticas. A primeira (a principal) está relacionada ao aumento das disciplinas que estejam ligadas à prática de ensino como estágio supervisionado, didática, oficinas e etc., ou seja, uma epistemologia da prática. Já a segunda é sobre de uma ferramenta, ou melhor, de diversos instrumentos ligados as tecnologias digitais da informação e comunicação dentro da educação.

Sobre o primeiro, há uma centralidade em alterações curriculares que debatam o dia a dia dos profissionais em seu local de trabalho e em seu fazer pedagógico. Como podemos ver no trecho do relatório do Grupo de Trabalho “O professor que queremos: fatores de qualidade na formação inicial docente”⁷³ organizado pela ABMES, IP, ANEC, CONSED e Profissão Docente, realizado no segundo semestre de 2021: “Um currículo inovador, segundo referências internacionais baseadas em pesquisas de programas bem-sucedidos, requer foco na prática, possibilitando a concretização de uma nova concepção de aprendizagem.” (ABMES, IP, ANEC, CONSED, 2021, p. 20)

Andrea Schleicher, uma das pessoas de peso dentro da OCDE na frente da educação, reforça essa linha pedagógica ao afirmar que os primeiros colocados no rank do PISA possuem uma formação docente que enfatiza a prática de ensino, o que ele chama de uma preparação profissional em detrimento de uma acadêmica.

“Os melhores sistemas educacionais também trabalham para transformar seus programas de formação de professores iniciantes em um modelo baseado menos na preparação acadêmica e mais na preparação de profissionais para a sala de aula. Nesse modelo, os professores entram na escola mais cedo, passam mais tempo lá e contam com mais apoio no processo.” (Schleicher, 2018, p. 91)

Ele também critica os modelos de formação docente que possuem uma carga horária mais pesada nas disciplinas teóricas. Não é à toa que as instituições de ensino superior e os seus cursos de formação de professores são vistos pela OCDE como atrasadas e arcaicas, que não conseguem formar professores para atuarem no seu tempo. Schleicher, em seu livro “Primeira Classe” praticamente as culpabiliza pelo atraso escolar:

⁷³ Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/OProfessorQueQueremos.pdf>>. Acessado em 04/05/2023.

“Instituições de formação e universidades muitas vezes são parte do problema, e não da solução. São muito antiquadas e tradicionais, enquanto o trabalho do professor se tornou cem vezes mais difícil nos últimos dez ou 15 anos. Pense em tecnologia, diversidade, novos currículos”. (SCHLEICHER, 2018, p. 91)

Essa crítica também é reproduzida pelo Instituto Península, como vemos no artigo da Ana Maria Diniz no livro “Professores em foco” de 2022 que foi organizado pelo Instituto Península e o Profissão Docente. Neste artigo Ana Maria disserta sobre a importância do uso da tecnologia na educação e na passagem a seguir ela reproduz a crítica sobre o que ela chama de “priorização” da teoria sobre a prática:

“Formar professores assim exigirá uma reviravolta nas universidades e licenciaturas, já que a maioria delas prioriza a teoria e não a prática. É evidente que um professor deve dominar os conceitos e teses educacionais, mas essas habilidades o tornam um especialista, não um professor. Também é crucial incluir a tecnologia na formação.”(DINIZ, 2022, p.24)

Através destas críticas e da valorização os primeiros ranqueados do PISA a OCDE e seus diretores tentam promover a chamada “epistemologia da prática” (BASTOS, 2017, p. 7), que é a formação e valorização dos educadores que são mais hábeis na resolução de problemas relacionados com a prática de ensino do que os que possuem um cabedal intelectual e filosófico maior. Ou seja, as vertentes pedagógicas que se utilizam desta epistemologia são aquelas que se distanciam de uma formação crítica e de uma autonomia pedagógica deste profissional e que objetivam a construção de profissionais cada vez mais técnicos e mais próximo de tutores do que de professores.

“Essa concepção encontra base nas teorias pedagógicas, fundamentadas em elementos próprios da chamada ‘epistemologia da prática’ que se distancia da teoria enquanto explicação científica da realidade, dando ênfase à prática com fim nela mesma; uma concepção educativa que está atrelada ao lema do “aprender a aprender”, a qual Newton Duarte (2004) define como uma proposta baseada no movimento escolanovista e no construtivismo, tornando-se referência para o desenvolvimento da lógica capitalista na educação, uma concepção que se encontra expressa em princípios e fundamentos expostos em documentos elaborados em eventos internacionais promovidos pela Unesco (‘Relatório Jacques Delors’) e nos ordenamentos legais que regem a educação brasileira.” (BASTOS, 2015, p. 7)

A OCDE e seus diretores dizem em seus documentos em entrevistas que um dos objetivos deste novo currículo e das formações (inicial ou continuada) é formar e reter o que eles chamam de “professores eficazes”. Este termo foi cunhado por esta instituição no documento “Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retraindo professores eficazes” (OCDE, 2006), esse foi relatório com o resultado da pesquisa de mesmo nome

realizada pela instituição entre 2002 e 2004⁷⁴. Esse trabalho acabou se tornando uma referência para a formação e trabalho docente para os países membros da OCDE e para diversos outros que tem as concepções de qualidade, eficiência e competências neoliberais como referência.

Para entender a definição elaborada pela OCDE acerca do professor eficaz precisamos observar dois pontos: o perfil desejado para este profissional e os aspectos principais que o mesmo precisa ser avaliado, segundo a instituição. Deste modo é possível caracterizar o que eles desejam para este educador almejado por eles. Sobre o primeiro ponto, os aspectos de qualidade, desempenho e eficiência em relação a temas pedagógicos, socioemocionais, funcionais e relacionais com os discentes são algumas das características globais, como definidas no trecho abaixo:

“Os perfis docentes devem englobar um amplo conhecimento da disciplina a ser lecionada; habilidades pedagógicas; capacidade para trabalhar de maneira eficaz com uma ampla variedade de estudantes e colegas, contribuindo com a escola e com a profissão; e a capacidade para continuar seu desenvolvimento. O perfil poderia expressar níveis diferentes de desempenho adequado para professores iniciantes, professores experientes e outros com responsabilidades maiores. Um perfil de professor [sic.] claro, estruturado e amplamente apoiado pode ser um mecanismo poderoso para alinhar os elementos envolvidos no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades e para fornecer um meio de avaliar se programas de desenvolvimento docente estão fazendo a diferença.” (OCDE, 2006, p.13)

Encontramos em outra parte do documento a definição dos atributos que devem ser avaliados nos professores eficazes:

“1) Comportamento: a eficácia é evidenciada pelo comportamento do professor e pelos resultados de aprendizagem dos estudantes; 2) Cognição: professores como pessoas caracterizadas por atitudes inteligentes, atenciosas e conscientes, manifestadas em intenções, estratégias, decisões e reflexões; 3) Conteúdo: a natureza e a adequação do conhecimento que o professor detém sobre a essência do currículo desenvolvido; 4) Caráter: os professores atuam como agentes morais, dispondo de grande força moral e pedagógica; 5) Conhecimento dos professores sobre contextos culturais, sociais e políticos e sobre o ambiente de seus estudantes, além de sensibilidade para lidar com eles. (OCDE, 2006, p.105)”

A partir destes dois pontos podemos apontar que há na formatação deste educador almejado pela OCDE aspectos que nos remetem a uma visão empresarial sobre ele e também

⁷⁴ “Este relatório baseia-se em resultados de um importante projeto da OCDE – *Attracting, Developing and Retaining Effective Teachers* - , realizado ao longo do período de 2002-2004; O projeto envolveu a elaboração de Relatórios Nacionais de *Background*, visitas a alguns países realizadas por equipes externas de acompanhamento, coleta de dados, pesquisas sobre questões específicas e *workshops*. A participação de 25 países indica que questões relacionadas aos professores são prioritárias para políticas públicas e o serão cada vez mais nos próximos anos”. (OCDE, 2006, p. 7)

acerca da educação. Já que essa ideia de eficiência para este organismo, em última instância, está relacionada somente ao sucesso dos alunos nas avaliações externas como as promovidas por eles, e não no desenvolvimento intelectual e cultural do discente como um todo, remetendo a uma lógica “das metas” de produção ou de venda.

Deste modo, os “professores eficientes” são aqueles que dominam uma prática específica, aquela que permite o discente atingir boas notas nas avaliações externas. Está aqui um dos perigos desta visão que foca nas avaliações externas, pois uma boa formação discente vai muito além da simples aprovação nas disciplinas avaliadas pela OCDE. Um aluno precisa sim ter boas notas em matemática, ciências e leitura, que são as disciplinas avaliadas por esta instituição, porém este tipo de avaliação externa não valoriza e nem consegue captar os outros tipos de desenvolvimento intelectual e cultural que todos os discentes devem experimentar nas escolas, ou seja um desenvolvimento integral e emancipador como pensou Gramsci ao descrever a sua ideia de escola unitária ou de formação humanistas (GRAMSCI, 2004).

Diferente da escola pensada por Gramsci que primária por uma formação emancipatória e humanista, o que é almejado pela hegemonia neoliberal ao fomentar a epistemologia da prática na formação docente é consolidar a educação como um instrumento para a manutenção da sua dominação hegemônica. Ou seja, a epistemologia da prática é mais um traço prático da implementação da pedagogia da hegemonia.

Como vimos, a pedagogia da hegemonia almeja usar a escola para a formação de trabalhadores que aceitem a atual realidade como estática. Introjetando as precariedades da vida do precariado e que em suas horas vagas sonhe em empreender, mesmo que seja um empreendedor de si mesmo. Para que este objetivo seja alcançado é necessário dominar e conquistar os educadores para uma função intelectual deste processo de ensino-aprendizagem, mesmo que enquanto reprodutores/tutores do programa hegemônico, e para isso modificar a formação destes é fundamental.

Obviamente o discurso de propaganda da OCDE através dos resultados do PISA não demonstram claramente esse objetivo, pelo contrário, o que achamos é a defesa de uma visão de qualidade de ensino, que para nós se aproxima de uma visão empresarial de qualidade.

O modelo defendido pela OCDE na prática trata a escola como uma empresa, incentivando uma gestão empresarial do aprendizado dos alunos. O que é entendido como qualidade é quando determinadas taxas na avaliação do PISA são atingidos e quando outros

determinados são “ticados” na lista de pré-requisitos dos membros da OCDE. Deixando de fora toda uma gama de desenvolvimento vividos pelos alunos e que precisam ser valorizados.

Outra questão limitadora do PISA é que esta avaliação apesar de se propor ser uma prova internacional, ela deixa de lado toda a diversidade culturais, étnicas e econômicas que perpassam por todo o processo de ensino-aprendizagem. O PISA e a OCDE ao desconsiderarem estas diferenças deixam de enxergar e de pensar os problemas gerados pelas diferenças de desenvolvimento entre os países e consecutivamente deixando de propor soluções para estas questões que vão para além da cartilha de recomendações destas instituições. Nunca será razoável comparar as notas dos alunos da Finlândia com os do Brasil deste momento histórico, entre escolas com todos os recursos digitais com outras que não possuem água encanada, quadra de esporte ou quais quer recursos digitais ou de livros didáticos. Na prática o PISA é só mais uma prova que reproduz a lógica da meritocracia neoliberal na educação.

Quando olhamos o cenário da escola brasileira hoje, e associamos esta epistemologia da prática com outras ações neoliberais da nova pedagogia da hegemonia que estão inseridos no novo currículo escolar, currículo este baseado na BNCC e no NEM – ou seja, empreendedorismo associado a uma redução das disciplinas de humanas –, temos uma realidade de piora da qualidade do ensino. Já que experimentamos uma redução do potencial crítico e científico do fazer pedagógico dos educadores associado a uma precarização da qualidade das disciplinas dentro do Novo Ensino Médio, vide as matérias “O que rola na rede”, “Receita de Brigadeiro”.

Em relação ao segundo aspecto dentro da proposta de mudança defendida pela a OCDE, que é a introdução das TDIC's, tem uma relação mais instrumental dentro desta proposta pedagógica da OCDE e demais APH's. Primeiro de fato não há mais como a educação não se envolver em todas as suas esferas com as TDIC's, já estamos dando passos largos e sem volta do uso cotidiano destas inovações, como por exemplo com a popularização da “internet das coisas” que deve ocorrer em breve. E seus usos dentro da educação podem sim serem aliados para um efetivo processo de ensino e aprendizado. Desta forma, aproveitando desta tendência, os setores hegemônicos se utilizam destas ferramentas para também facilitar a introdução das mudanças sugeridas por eles, seja nas plataformas que oferecem as formações continuadas ou na formação inicial docente. As TDIC's são instrumentos e podem ser utilizadas para quais quer

fins, e assim são utilizadas pela hegemonia neoliberal para formarem os educadores nesta perspectiva e para consolidar o seu projeto também com os alunos das escolas.

3.3 - Uma comparação entre currículos – O Programa da OCDE para a educação na prática: as ações do IP via o Singularidades

3.3.1 – Uma Comparação entre currículos

Para entendermos como é aplicada a proposta de currículo defendida pelo Instituto Península e outros aparelhos privados de hegemonia aqui no Brasil, que segue a cartilha da Organização Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos seus programas PISA e TALIS, compararemos a grade curricular do curso de pedagogia do Instituto Singularidade (a universidade do grupo Península) com a do curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma das mais tradicionais do Brasil.

O Grupo Península fundou em 2001 o Instituto Singularidade, que é a universidade do IP, e é ali que são ofertados os cursos de licenciaturas de pedagogia e letras, diversos cursos livres, extensão e também uma Pós-graduação Lato Sensu, todos relacionados ao campo da educação e também das letras. O IS acaba funcionando como um laboratório de práticas para o Instituto Península no campo da formação docente, práticas que se tornam cursos de extensão ou projetos que são vendidos para diversas redes públicas como foi o caso da parceria com a Rede Municipal do Rio de Janeiro.

O Curso de licenciatura de pedagogia do Singularidade é o “carro-chefe” do IS, tendo como principal chamariz o fato de nos últimos 3 anos ter atingindo a nota 5 no Exame Nacional do Desenvolvimento do Estudante (ENADE), sendo a primeira colocada entre os cursos de pedagogia na capital paulista. O curso possui a carga horária de 3266 horas e tem uma grade curricular com 54 disciplinas obrigatórias, destas 9 possuem estágio com uma carga horária de 400 horas. Eles também possuem as chamadas Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) que possuem 200 horas. Além disto o IS oferta atividades de extensão com 333 horas. E apesar de ser apresentado como um curso presencial, 15 disciplinas totalizando 480 horas da sua grade são ofertadas na modalidade à distância, como vemos na figura a seguir:

Figura 01: Carga horária do curso de graduação em pedagogia do IS.

Carga Horária Total: 3266 horas-relógio
Atividades formativas e Prática como componente curricular: 2666 horas-relógio (3200 horas-aula)
Estágio: 400 horas-relógio
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA): 200 horas-relógio
Observação:
Atividades de Extensão = 400 horas-aula = 333 horas-relógio
Atividades a distância = 480 horas-aula = 400 horas-relógio = 12% de atividades a distância

Fonte: Matriz curricular do curso de Pedagogia do Instituto Singularidade de 2023.

Essa graduação tem a duração mínima de 8 períodos e possui uma mensalidade de R\$ 1,128,00⁷⁵. Nas apresentações do curso, seja na sua página institucional ou no seu site portfólio, fica claro que a universidade Singularidade apresenta como o seu diferencial o seu currículo que é voltado para a prática docente e de gestão da escola. Podemos ver isso no trecho a seguir da apresentação da graduação de pedagogia que está na página do curso do IS, aonde eles deixam claro que a prática é o centro desta graduação:

“Desde o 1º. semestre do curso, os estudantes vivenciam a prática nas escolas, cumprindo estágios curriculares e extracurriculares. Os estágios curriculares são realizados em parceria com a rede municipal de São Paulo, permitindo uma sólida experiência no sistema de ensino público.”⁷⁶

E de fato, praticamente todo o curso está relacionado com a prática escolar de alguma forma, seja pelas disciplinas tradicionais de estágio como a Prática de Ensino ou por cadeiras que apesar de estarem dentro da carga horária teóricas debatem ou versam sobre alguma questão prática como as disciplinas de “Oficina de música” com 40 horas e “Práticas de Linguagem Oral e Escrita na Educação Infantil” também com 40 horas. Como vemos nas ementas dessas disciplinas respectivamente:

“Sensibilização para a linguagem musical. Construção de um conhecimento básico dessa linguagem como meio de expressão e comunicação artísticas. Reconhecimento da produção musical de diferentes culturas. Vivências e ampliação do repertório de brincadeiras cantadas do cancionário popular. Práticas para o uso da linguagem musical na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.” (SINGULARIDADES, 2023)

“Diferentes perspectivas sobre a aquisição e o desenvolvimento da linguagem oral. O papel da interação (professor/criança; criança/criança; professor/grupo) para o desenvolvimento da linguagem em crianças pequenas. Jogos de linguagem. O papel da escola no desenvolvimento da linguagem infantil. A linguagem e a constituição da subjetividade. Relação entre linguagem oral e escrita. Letramentos na infância. Abordagem de experiências na infância obtidas em atividades voltadas para

⁷⁵ Valores de maio de 2023.

⁷⁶ Disponível em <<https://institutosingularidades.edu.br/produto/graduacao-em-pedagogia/#1504625289342-bb6a1f84-2bc6>>. Acessado em 06/06/2023.

exploração da linguagem verbal. Práticas de linguagem na escola.”
(SINGULARIDADES, 2023)

Já o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro que é um dos mais antigos do país, tendo a sua origem nos anos 30 do século XX, tem recebido nos últimos anos a nota 5 no ENADE. Essa graduação tem o mínimo de 9 períodos e possui a carga horária e 3435 horas, sendo 2280 horas distribuídas entre 45 disciplinas obrigatórias, e o restante das horas, 1410, é dividida entre matérias relacionadas a extensão e as suplementares (eletivas, optativas e etc.). Além disto, entre as obrigatórias estão 9 cadeiras que totalizam 400 horas de estágio supervisionado, como descrito no quadro a seguir:

Tabela 03: Quadro de horários do curso de graduação em pedagogia da UFRJ.

Para fazer jus ao grau e diploma, o aluno deverá cumprir no mínimo		
Item do currículo	Créditos	Mínimo de Horas
Disciplinas Obrigatórias	148.0	2280
Requisitos Curriculares Suplementares	23.0	1320
Disc. Compl. Escolha Restrita	0	0
Disc. Compl. Escolha Condicionada	6.0	90
Disc. Compl. Livre Escolha	0.0	0
Total	177.0	3690

Fonte: Grade Curricular do curso de Pedagogia da UFRJ de 2015.

Fora o episódio da pandemia, quando foram ministradas aulas no formato remoto, o curso de Pedagogia da UFRJ ocorre no formato presencial com turmas divididas nos três turnos. A universidade também disponibiliza os cursos de pós-graduação stricto e lato sensu através do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ (PPGE-UFRJ) que possui a nota 5 da CAPES.

Antes de darmos continuidade na comparação, cabe ressaltar um aspecto sobre o uso das notas do ENADE. É importante dizer que o movimento nacional estudantil nos primeiros anos de aplicação do Exame Nacional do Desenvolvimento do Estudante tinha como política o boicote. Esta política chegou a ter algum eco e diversos cursos das universidades públicas, acarretando em um resultado viciado, já que diversas graduações receberam notas baixas em consequência desta ação política.

Deste modo, nos primeiros anos de aplicação deste exame em que ocorreram os boicotes, o ENADE não é um bom parâmetro comparativo entre os nossos objetos. Contudo, optamos por citar em nossa pesquisa a avaliação destas instituições pelo fato de o Instituto Singularidade utilizar a sua nota como um elemento de sua propaganda. Além disso, nos últimos anos o

boicote enquanto política do movimento estudantil deixou de ser aplicado. Assim, optamos por utilizar este parâmetro como uma referência ilustrativa e não como o principal elemento.

Utilizaremos uma tabela como recurso visual para facilitar nas visualizações dos apontamentos que faremos ao longo do texto.

Tabela 04: Quadro comparativo de disciplinas

UFRJ	SINGULARIDADES
1º Período Hist. Educ. Mundo Ocidental - 60h Filo. Educ. Mundo Ocidental - 60h Psic. do Desen. e Educação - 60h Fund. Sociológ. Educação - 60h Intr. ao Pens. Cient. em Educação - 60h Optativas - 45h	1º Período Prát. Educac. Na 1ª Inf.: bebês até 3 anos - 80h/50h (Prática) Oficina de Artes Visuais - 80h O Brincar e a Const. das Infâncias - 40h A Construção do Olhar - 40h Oficina de Formação do Professor Leitor - 40h Espaços e Práticas Culturais - 60h (40hD) Instrumentos para Autonomia Didática - 60h (40hD)
2º Período Hist. Educ. Brasileira - 60h Filo. Educ. Contemporânea Psic. da Apre. E Educação - 60h Sociol. da Educ. Brasileira - 60h Antropologia na Educação - 60h Optativas - 45h	2º Período Prát. Educac. Na 1ª Inf.: 3 a 5 anos - 80h/50h (Prática) Campos de Experiências na Ed. Infantil - 80h Aprendizagem e Desenvolvimento Humano I - 40h Oficina de Música - 40h Prática de Linguagem Oral e Escrita na Ed. Infantil - 40h História da Educação e Teorias Pedagógicas - 60h (40hD) Oficina de Escrita de Gêneros Acadêmicos - 60h (40hD)
3º Período Educação Brasileira - 60h Quest. Atuais Educ. Brasileira - 60h Educação e Comunicação I - 45h Linguagem Corporal na Educação - 15h/30h (Prática) Baes Bio. Da Aprendizagem - 60h Optativas - 45h	3º Período Prát. Educac. nos Anos Iniciais do Ens. Fund. - 80h/50 (Prática) Prát. para o Ens. de Matemática I nos anos iniciais do Ens. Fund. - 40h Aprendizagem e Desenvolvimento Humano II - 40h Oficina de Literatura Inf. e Infanto-juvenil - 40h Cultura Brasileiras e Diversidades Étnicas - 40h Educação Multilíngue e Intercultural - 40h Fisologia e Sociologia da Educação - 60h (40hD) Educação Integral - 60h (40hD) Atividade Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) - 50h
4º Período Didática - 60h Currículo - 60h Alfabetização e Letramento - 60h Concep. Prát. Educ. Infantil - 60h Fund. da Educ. Especial - 60h	4º Período Prát. para o Ens. de Mat. II nos Anos Inic. do Ens. Fund. - 100h (20hD)/50h (Prática) Prát. para o Ens. de História e Geografia - 100h (20hD) Prát. para o Ens. de Ciências e Ed. Ambiental nos Anos Inic. do Ens. - 100h (20hD) Princípios e Contextos para a Alfabetização 60h (20hD) Oficinas de Jogos e Brincadeiras - 40h Atividade Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) - 50h
5º Período Aval. Proc. Ensino-aprendizagem - 60h Arte - Educação - 30h + 15h prática Planejamento de Cur. E Ensino - 60h Metod. Da Pesq. em Educação - 60h Prática En. Mag. Disc. Pedag. Ensino Médio - 60h/ 120h (Prática)	5º Período Práticas para a Alfabetização - 60h/30h (Prática) Educação de Jovens e Adultos - 40h/20h (Prática) Oficina de Corpo e Movimento - 40h Avaliação dos Processos de Ens. e Aprendizagem - 80h Ed. Comparada: Práticas Educacionais no Brasil e no Mundo - 40h Aprendizagem e Desenvolvimento Humano III - 60h (40hD) História Contemporânea - 60h (40hD) Atividade Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) - 50h
6º Período Planej. e Avl de Sist. Educacionais - 60h Did. das Ciências da Natureza - 60h Did. da Matemática - 60h Psicopedagogia e Educação - 60h Prát. em Política e Administração Educacional - 60h/120h (Prática)	6º Período Prát. para o Ens. de L. Port. nos Anos Inic. do Ens. Fund. - 100h(20hD)/50h (Prática) Atividades de Extensão I - 80h (Extensão) Gestão Curricular, Planj. Escolar e Proj. Educativo - 100h (20hD) Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional - 80h (40hD) Oficina de Teatro - 40h Atividade Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) - 50h
7º Período Did. das Cien. Sociais - 60h Did. da Língua Portuguesa - 60h Pesq. em Educação - 60h Educ. Popular e Mov. Sociais - 60h Prática de Ensi. Em Educ. Infantil - 60h/ 120h (Prática)	7º Período Práticas e Perspectivas para a Educação Inclusiva - 80h/50h (Prática) Atividade de Extensão II - 160h (Extensão) LIBRAS - 40h Conteúdos para Atuação do Educador no 3º Setor - 40h Políticas Púb. para a Educação - 40h Análise Estatísticas de Cenários Educacionais - 40h
8º Período Org. do Trabalho Pedagógico 45h Pol. Púb. em Educação - 60h Monografia - 60h (Prática) Prát. Ens. Sér. Iniciais Ens. Fundamental - 60h/120h (Prática) Optativas - 15h/30h (Prática)	8º Período Ofício de Professor e Desenvolvimento Profissional (TCC) - 80h/50h (Prática) Atividade de Extensão III - 160h (Extensão) Dilemas do Séc. XXI e os Impactos para a Educação - 40h Função do Diretor e Métodos de Gestão Institucional - 80h Práticas para a Alfabetização de Jovens e Adultos - 40h
9º Período Educ. Comparada - 60h Educ. e Comunicação II (LIBRAS) - 30h/30 (Prática) Educação e Trabalho - 60h Orientação de Monografia - 30h (Prática) Prát. Ens. Sup. EJA - 60h/120h (Prática) Optativas - 15h/30h (Prática)	

Fonte: autor.

Em relação ao nosso ponto de análise, os currículos, podemos apontar algumas questões. Primeiro, apesar da maioria das ementas das disciplinas ofertadas no curso de pedagogia do Instituto Singularidades não serem pública, na realidade só encontramos as dos dois primeiros períodos do curso, é perceptível a partir das informações que estão disponíveis (apresentação da graduação, ementas e grade curricular completa do curso) que há uma diminuição da oferta de disciplinas que versam sobre aspectos teóricos e um montante considerável de cadeiras que trabalham aspectos práticos do ofício docente.

São no total 21 disciplinas se levarmos em contas o critério de ser objeto da matéria algum tema correlato ao trabalho docente dentro da sala de aula. Deste modo, contamos com cadeiras que vão desde as tradicionais “práticas de ensino” (com ou sem estágio dentro da escola), “oficinas” de diversos temas e “campo de experiências”. Ou seja, quase a metade do curso de licenciatura em pedagogia do Instituto Singularidade trabalham com temas relacionados à prática da docência.

As demais disciplinas foram divididas por nós em: 3 de extensão acadêmica; 4 instrumentais; 4 de atividades teórico-práticas de aprofundamento (ATPA); 21 teóricas. Em relação a extensão o IS deixa a cargo dos alunos a elaboração de projetos que estejam relacionados à docência e que tenham relevância social. O IS também realiza uma semana acadêmica como a maioria das instituições de ensino superior. As instrumentais reúnem temas tradicionais, como escrita acadêmica, análise estatística para a educação, entre outra. Nas 4 matérias chamadas de ATPA os alunos deverão comprovar a participação de eventos acadêmico, práticos ou culturais, como em outras universidades.

Uma ressalva, não comparamos as relações de optativas, somente as matérias básicas por dois motivos. Primeiro o foco era a grade curricular obrigatória, pois entendemos que essa montagem do curso foi pensada com um objetivo determinado, no caso do Instituto Península formar educadores como defensores e reprodutores da hegemonia burguesa. Não é a toa que na licenciatura de pedagogia no IS temos poucas disciplinas optativas ou eletivas disponíveis durante o decorrer do curso, bem diferente da UFRJ que em quase todo período tem alguns créditos para serem gastos com essas disciplinas. Deste modo o currículo no IS é muito mais preso à proposta definida pela instituição. O segundo motivo é que o banco de optativas e eletivas do Singularidade informado no site do curso é bem limitado, diferente da UFRJ que possui mais de 50 disciplinas optativa.

Outro ponto importante é que observamos um encobertamento das linhas teóricas trabalhadas pelas disciplinas. Em nenhuma das ementas localizadas há a sinalização de uma bibliografia de referência seja no texto corrido ou em anexo. Isso ocorre mesmo na disciplina que claramente farão um debate sobre as teorias pedagógicas, como vemos na “história da educação e das teorias pedagógicas”. O que consta no site da instituição como ementa desta cadeira é:

“Concepções e fundamentos históricos que influenciaram as práticas educativas brasileiras a partir da Antiguidade. Teorias pedagógicas e seus principais representantes que impactaram a educação escolar brasileira. Conexões entre as principais teorias pedagógicas e as práticas docentes atuais. Entendimento das teorias pedagógicas como instrumento de reflexão e contribuição teórico-prática para a tematização e análise da prática educativa.” (SINGULARIDADES, 2023)

Podemos apontar várias hipóteses para este fato. Pode ser uma opção política em esconder as suas bases teóricas, evitando um comprometimento claro com uma pedagogia de mercado, evitando assim algum tipo de embate ou crítica acadêmica por outras visões mais progressistas. Também poderia ser uma censura da instituição para que os docentes não utilizassem uma biografia mais tradicional e mais habitual dos cursos de pedagogia das universidades públicas, ou um simples empobrecimento acadêmico do curso.

O caso da “História da educação e das teorias pedagógicas” ainda levanta uma outra questão. Esta disciplina é ofertada no segundo período do curso e das suas 60 horas, 40 são no formato híbrido. Quais são os critérios de escolha das disciplinas que serão oferecidas no formato híbrido? A escolha do Instituto Singularidade em colocar neste formato algumas disciplinas pode estar relacionada somente a uma questão financeira, de uma tentativa de cortar gastos. Até porque, boa parte das instituições de ensino superior hoje utilizam algum tipo de recurso de EAD em suas graduações, poucos cursos são 100% presenciais. Entretanto, chama atenção o fato de que boa parte das disciplinas escolhidas pelo IS para serem ministradas no formato híbrido são matérias instrumentais ou são teóricas. A seguir a relação de disciplinas em modalidade híbrida:

Tabela 05: Componentes curriculares no curso de Pedagogia que possuem um modelo híbrido de aprendizagem.

1º. Ano

Disciplina	H/Aula	Presencial	A distância
Espaços e Práticas Culturais	60h	20h	40h
Instrumentos para Autonomia Didática	60h	20h	40h
História da Educação e Teorias Pedagógicas	60h	20h	40h
Oficina de Escrita de Gêneros Acadêmicos	60h	20h	40h

2º. Ano

Disciplina	H/Aula	Presencial	A distância
Filosofia e Sociologia da Educação	60h	20h	40h
Educação Integral	60h	20h	40h
Práticas para o Ensino da Matemática 2 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100h	80h	20h
Práticas para o Ensino de História e Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100h	80h	20h
Práticas para o Ensino de Ciências e Educação Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100h	80h	20h
Princípios e Contextos para a Alfabetização	60h	40h	20h

3º. Ano

Disciplina	H/Aula	Presencial	A Distância
Aprendizagem e Desenvolvimento 3	60h	20h	40h
História Contemporânea	60h	20h	40h
Práticas para o Ensino de Língua Portuguesa	100h	80h	20h
Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional	80h	40h	40h
Gestão Curricular, Planejamento Escolar e Projeto Educativo	100h	80h	20h

Fonte: Matriz Curricular de Pedagogia de 2023 do Instituto Singularidades

Em relação as matérias que etiquetamos como teóricas, colocamos aqui todas que, de algum modo, debatam temas que se relacionam com discussões epistemológicas da pedagogia, história, sociologia, antropologia, filosofia e outras ciências. Inclusive, por falta de acesso as ementas de algumas disciplinas acabamos colocando-as nesta categoria por entendermos que deveriam ter em seu percurso discussões teóricas, apesar de ter algum espaço para uma discussão prática ou instrumental, são elas: “Função do Diretor e Métodos de Gestão Institucional”; “Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional”.

Entendendo o currículo como uma seleção de conhecimento que não se dá de forma aleatória e sim proposital. E que esta escolha atende objetivos definidos pelos organizadores do determinado currículo. Inclusive nas perspectivas progressistas, como, por exemplo, na pedagogia histórico-crítica, onde o currículo é uma ferramenta pedagógica para a formação humanista e crítica, resultando em indivíduos que sejam capazes de desenvolverem-se de forma livre, humana e com capacidade de reflexão crítica sobre a sociedade (SAVIANI, 2011). Ao colocar em prática um currículo que diminui ou dilua o conteúdo teórico e crítico, aumentando a quantidade de disciplinas que se voltem para as questões técnicas sobre a prática da sala de aula, o organizador deste currículo (no nosso caso o Instituto Singularidade) tem como intenção formar educadores cada vez mais tutores e menos reflexivos sobre a sua ação pedagógica. Ou

seja, que questionem e formulem menos sobre o seu trabalho, resultando em profissionais que atuem, mesmo que de modo involuntário ou passivo para a consolidação da hegemonia burguesa. Isto é, a política da OCDE tem dois horizontes que são almejados, capturar o fazer pedagógico dos docentes e também ganhá-los para que defendam ou entendam essa visão de mundo burguês como sendo a natural, a deles. Esses dois alvos podem ou não serem conquistados ao mesmo tempo no educador. Em outras palavras, querem que eles atuem como intelectuais da hegemonia burguesa dentro da escola.

Utilizando a visão gramsciana de intelectual conseguimos entender o porquê deste interesse em conquistar estes profissionais. Isto é, entendendo como intelectuais aquele ser humano que é hábil em conquistar pessoas para as suas posições via a sua habilidade ou a sua função/posição, e não só o pensador/acadêmico que atua de forma reflexiva sobre um objeto de pesquisa, conseguimos compreender o motivo deste interesse sobre o fazer pedagógico e em relação ao educador em si.

A realidade do trabalho dos profissionais de educação, mas principalmente dos docentes dão a esses uma privilegiada conexão com os discentes. Isso é graças a relação que eles constroem com os seus alunos e também por causa da função pedagógica que exercem. Possuindo desta forma um grande potencial para ganhar esses alunos para uma visão de mundo dominante ou no mínimo para naturalizá-la. Deste modo, quando este profissional perde a autonomia pedagógica e passa adotar a cartilha ou as recomendações produzidas pela OCDE, ele acaba deixando de lado a sua criticidade no seu fazer pedagógico e se transmutando em um bom tutor, ou um “professor eficaz” (utilizando o termo adotado pela OCDE).

Essa proposta curricular associada a ideia do “professor eficaz” que é fomentada pela OCDE e o conjunto de organismos internacionais que atuam na educação, acabam atuando para a destruição da autonomia docente. Essa é uma grande ofensiva contra a educação crítica, que tem como centro a utilização das avaliações externas que são usadas como parâmetros de qualidade, como medidores do que seria a “boa educação moderna”.

“A política educacional prescrita pelos setores hegemônicos do capital mundializado tem se afirmado de modo “desigual e combinado”, nos diversos espaços da economia global. A cada bloco regional, a cada país, a cada continente, o modelo de educação “útil” ao seu papel na divisão internacional do trabalho e da riqueza. Exemplos desta ofensiva são as imposições, a partir de organismos internacionais como OCDE, UNESCO, PREAL, de uma política de controle do desempenho escolar, do trabalho docente, sob o pretexto de defesa da “qualidade”. Esta qualidade, longe de pautar-se

na valorização do profissional da educação, tanto no que tange às condições de trabalho quanto à formação, desenha a caricatura de uma educação de baixa qualidade, responsabiliza o Estado e os trabalhadores da educação, alega ser o mercado o único capaz de formular, implementar e avaliar um modelo de ensino eficaz. Investe contra a autonomia do trabalho pedagógico, atribui a culpa pelo fracasso escolar à inércia dos docentes, inércia esta fomentada por planos de carreira que garantem remuneração e estabilidade, ‘independentemente de critérios de desempenho’.” (TIRADENTES, 2012, p. 94)

Essa pressão é um dos elementos importantes do “marketing” dos aparelhos privados de hegemonia que atuam na manutenção da hegemonia neoliberal. O conjunto de ofensivas vão desde a destruição da imagem da escola pública que é lida como falida, da construção da culpa dos trabalhadores da educação das redes públicas como desatualizados e sem estímulos em desenvolver-se na carreira, apresentação de uma solução desenvolvida pelas entidades sem fins lucrativos que “por acaso” são ligadas à diversos grupos empresariais. Soluções estas que passam pelo fomento de uma formação inicial e continuada voltada para a construção de “professores eficazes” em produzir bons resultados com os alunos nas avaliações externas. Por fim, estas avaliações valorizam somente linguagens, matemática e quando muito as ciências naturais, contribuindo para uma visão de qualidade ligada aos padrões do mercado e cada vez menos humanista e crítica.

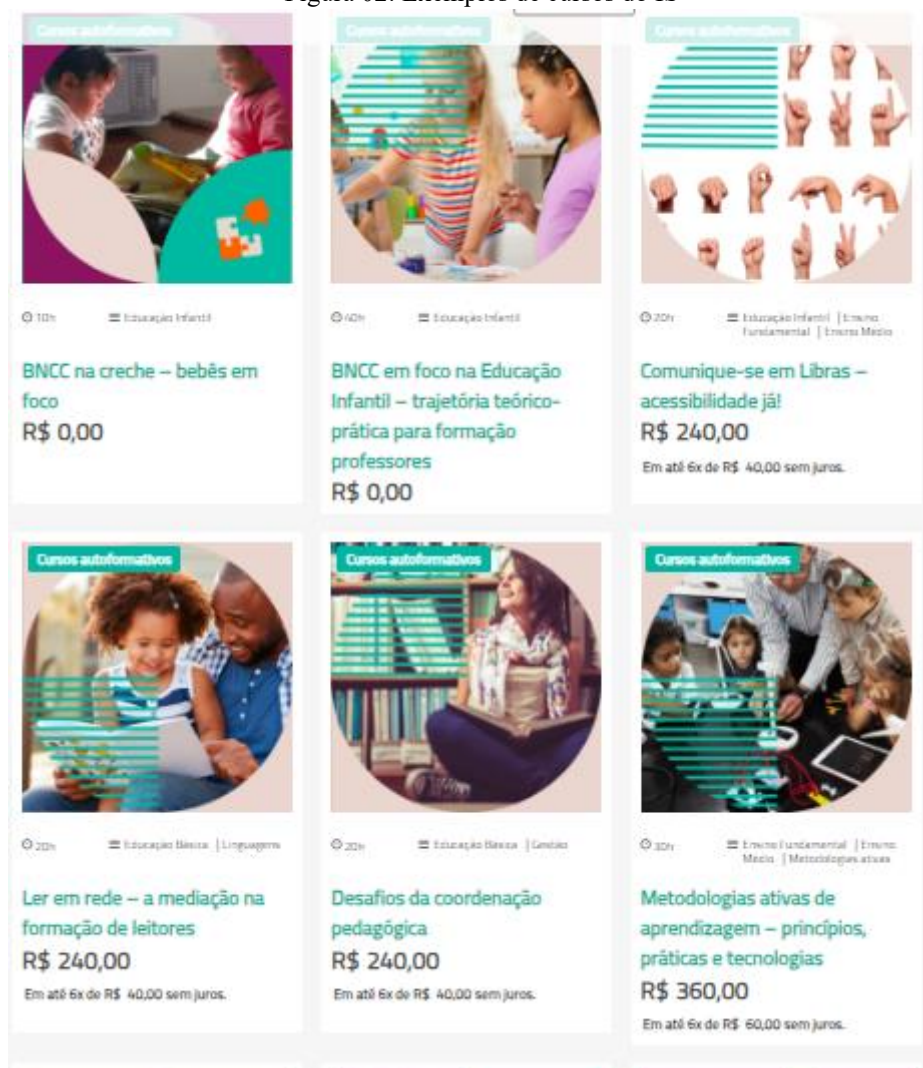
3.3.2 A formação continuada oferecida pelo Grupo península

A cartilha da OCDE indica dois caminhos para construir uma educação voltada para a consolidação do programa neoliberal hegemônico. O primeiro é uma formação inicial, docente voltada para a prática em detrimento dos debates teóricos e o segundo é a utilização de uma formação continuada que também atue neste sentido, ou seja, a formação dos “professores eficazes”. Desta forma, para além da proposta curricular do curso de pedagogia o Instituto Península via o Instituto Singularidade e também através do Vivescer onde são realizados cursos pagos ou gratuitos (no caso do Vivescer) com o objetivo de serem oferecidos enquanto cursos de formação continua para os educadores que já estão na ativa, principalmente os que estão na rede pública.

No Singularidade os cursos de extensão e minicurso são pagos (em sua maioria) e abordam diversos temas, que vão desde questões socioemocionais à questões práticas da sala

de aula ou temas relacionado as diversas disciplinas. Eles também possuem uma carga horária variada como podemos ver na imagem a seguir, onde estão localizados os cursos mais populares segundo a instituição.

Figura 02: Exemplos de cursos do IS

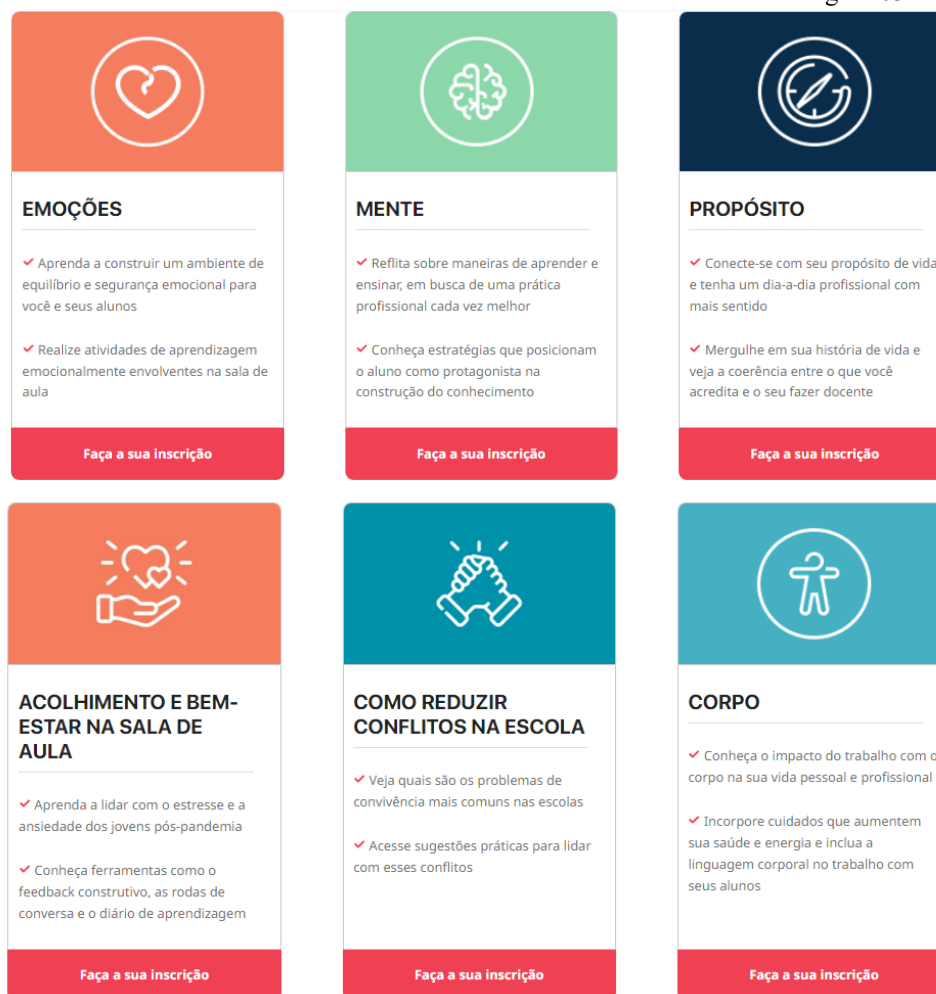


Fonte: Site institucional do Singularidades

Já no Vivescer, também são realizadas pesquisas além dos cursos socioemocionais. As duas iniciativas são apresentadas como ações que querem escutar e contribuir com o bem estar psicológico dos trabalhadores da educação, a partir da temática das competências socioemocionais. Além disto, elas acabam atuando como uma porta de entrada do IP nas escolas, já que são oferecidas como cursos gratuito ou como pesquisas que trataram de temas importantes para os educadores.

São no total seis minicursos oferecido de forma gratuita na página do Vivescer, esses possuem a carga horária entre 30 e 40 horas, e são certificados pelo Instituto Singularidade. Outra iniciativa é um banco de práticas docentes que é aberto para contribuição de educadores. Estes são os seis cursos oferecidos em julho de 2023:

Figura 03: Cursos do Vivescer



Fonte: Site institucional do Vivescer

Estes cursos são oferecidos como ferramentas que contribuirão para o bem-estar pessoal ou para enriquecer a atuação profissional dos educadores. Mas de fato eles respondem a demanda da OCDE em criar “professores eficazes” na medida que trabalham pontos como “aprenda a construir um ambiente de equilíbrio e segurança emocional para você e seus alunos”⁷⁷, “realize atividades de aprendizagem emocionalmente envolventes na sala de aula”⁷⁸,

⁷⁷ Temas abordados no curso “emoções” do Vivescer.

⁷⁸ Temas abordados no curso “emoções” do Vivescer.

entre outros listados na imagem a cima. Ou seja, estão trabalhando temas que levam ao fortalecimento de um professor hábil em resolver problemas entre alunos, que tem uma boa retórica e didática e que tenham uma saúde mental e física.

Nada contra ter uma relação saudável consigo e com o seu trabalho, mas a intenção aqui do Vivescer é fomentar o “professor eficaz”, bom tutor e hábil em resolver problemas. Mas cada vez menos capaz em pensar e refletir criticamente sobre a sua função pedagógica.

O Grupo Península também utiliza o Vivescer para abrir canais com as redes públicas, através de parcerias com 24 Estados e alguns municípios. O IP utilizou a sua plataforma para oferecer uma escuta e cursos que abordam questões socioemocionais e habilidades relacionadas a prática de ensino. Este ponto em sintonia com a ideia do “professor eficaz” da OCDE, ou seja, preparar os docentes para um melhor desempenho no controle de turma e diminuindo a sua crítica a pedagogia da hegemonia.

“O Instituto Península, organização social que atua para a melhoria da Educação, fechou parceria com 24 estados para oferecer apoio socioemocional aos professores da rede pública durante o ensino remoto devido à pandemia do Coronavírus. A parceria via Consed (Conselho Nacional dos Secretários de Educação) irá disponibilizar por meio da plataforma Vivescer (<https://vivescer.org.br/>), cursos certificados e gratuitos que ajudam professores e professoras a se desenvolverem integralmente, ou seja, equilibrar mente, corpo e emoções e vincular-se ao seu propósito. Além disso, há uma comunidade de suporte na qual os docentes trocam experiências e materiais.” (PENÍNSULA, 2020)⁷⁹

Uma destas foi feita com a prefeitura do Rio de Janeiro durante a pandemia de COVID-19. Esta iniciativa atingiu 38 mil profissionais da educação da rede municipal do Rio de Janeiro, e segundo a Prefeitura e o IP a ideia era “(...) realizar jornadas pedagógicas por meio da educação socioemocional.” Esta jornada consistiria em dar aos educadores acesso aos cursos da plataforma Vivescer.⁸⁰

Esta parceria ocorreu no formato de colaboração, ou seja não houve cobrança de valores da parte do Grupo Península, como podemos observar no Diário Oficial da prefeitura do Rio de Janeiro de 03/09/2020 - Edição 125 - Pág. 47⁸¹.

⁷⁹ Disponível em: <<https://www.institutopeninsula.org.br/em-parceria-com-24-estados-instituto-peninsula-oferece-apoio-socioemocional-aos-professores-da-rede-publica/>>. Acessado em 19 de julho de 2023.

⁸⁰ Disponível em: <<https://www.rio.rj.gov.br/web/epf/exibenoticias?id=11243586>>. Acessado em 19 de julho de 2023.

⁸¹ Disponível em: <<https://doweb.rio.rj.gov.br/porta/visualizacoes/pdf/4685#/p:47/e:4685?find=vivescer>>. Acessado em 21 de julho de 2023.

Figura 03: Extrato do acordo de cooperação.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

Processo Instrutivo nº: 07/002739/2020
 Acordo de Cooperação nº 42/2020
 Data da assinatura: 18/05/2020
 Partes: PCRJ/SME e INSTITUTO PENÍNSULA
 Objeto: Oferecer suporte socioemocional aos professores da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, através da Plataforma Vivescer. [REDACTED]
 Prazo: 11/05/2020 a 31/12/2020
 Fundamento: Lei Federal Nº 13.019/2014 e suas alterações, Decreto Municipal nº 42.696/2016 e Lei 207/1980.

Fonte: Diário Oficial da prefeitura do Rio de Janeiro de 03/09/2020 - Edição 125 - Pág. 47

Infelizmente o “Plano de Trabalho”, que é o documento que inicia o processo do “Acordo de Cooperação”⁸² e que detalha como se dará a parceria, não foi publicizado pelas partes. Mas seguindo o princípio de reciprocidade do Decreto 4266/2016, muito provavelmente esta parceria produziu dados para as pesquisas que tratavam sobre a pandemia e professores, e que foram realizadas pelo IP naquele ano.

Estas são exemplos das frentes de trabalho adotadas pelo Grupo Península a partir do Vivescer e do Singularidades. São importantes ações que colocam o IP em contato com o professorado, e no caso das parcerias via Vivescer que ocorreram durante a pandemia, esse contato ainda se deu a partir de temas sensíveis que “desarmam” quaisquer críticas iniciais a instituição.

Entendemos a partir da análise das formações docentes aplicadas pelos Grupo Península, seja a continua oferecida pelo Vivescer ou pelo Singularidade ou o modelo adotado no curso de graduação de pedagogia do IS, são laboratórios de implementação da ideia de “professor eficaz” criado pela OCDE. Que acaba sendo um ponto primordial para a utilização da escola como um instrumento de dominação hegemônica.

⁸² Segundo o Decreto 4266/2016, Acordo de Coperação é : “(...) instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;”(PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2016)

Conclusões finais

Como vimos a pandemia de COVID-19 foi um trágico marco para a história da humanidade, em todos os países a vida humana foi duramente abalada nos mais diversos aspectos. E mesmo nesse período de tantos pesares, diversos grupos políticos e econômicos aproveitaram a fragilidade vivida por todos para ganhar politicamente e ou economicamente algum tipo de vantagem. E na educação uma janela de oportunidade se abriu seja para as “*Big Techs*” e as suas plataformas de EAD, ou para que os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante aprofundassem a sua presença no setor, avançando ainda mais com a pedagogia da hegemonia e com a ideia de professor eficaz apresentada pela OCDE.

O Grupo Península foi um destes aparelhos que se utilizou desta janela aberta durante a pandemia. Como vimos o Grupo Península, que tem como patrono o empresário Abílio Diniz, possui uma série de instituições e plataformas que atuam na educação, em destaque o Vivescer, o Instituto Singularidade e o Instituto Península. E as suas intervenções neste período partiram dessa sua tríade.

O Instituto Península, o primeiro a ser criado dos três, ao longo da sua história foi sendo formado como um local de pesquisa em educação. É aqui que o Grupo Península formula suas principais políticas, ou desenvolve ideais criadas em organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. E durante a pandemia essa atuação não foi diferente.

Identificamos durante o período da pandemia ao todo 11 pesquisas em que o IP organizou ou colaborou e 27 publicações entre artigos, notas técnicas, divulgações e etc. Os temas abordados variaram, mas em destaque tivemos uma série de estudos relacionados aos impactos da pandemia nos docentes, alunos e na educação como um todo.

Este movimento não foi único do IP, pelo contrário, diversos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante também produziram reflexões e pesquisas sobre a relação pandemia e educação. Mas o Península se destaca pelo volume de pesquisas em que se envolveu, para nós esse movimento foi uma tentativa de construir esta instituição como uma referência para os educadores, comunidade escolar e também outros agentes que atuam no Estado ampliado, como institutos de pesquisas, rede de televisão e outros aparelhos privados de hegemonia.

Em nossa pesquisa optamos por escolher um dos temas abordados nessas produções do IP, a formação docente. Este assunto foi trabalhado na produção do IP em parceria com O professor que queremos: relatório do grupo de trabalho “qualidade na formação inicial docente”, que foi feita em conjunto com a ABMES, ANEC, IES, CONSED, UNDIME.

A partir desta escolha identificamos que o projeto defendido pelo Instituto Península em suas produções e implementado no curso de graduação de pedagogia da universidade do grupo Península, o Instituto Singularidade, era a fomentada pela a OCDE. Ou seja, uma formação que valorize a prática em detrimento da teoria.

Essa formação terá como resultado, na perspectiva da OCDE e do IP, um tipo específico de educador, o que eles denominam de “professor eficaz”. Esse seria aquele mais hábil em solucionar problemas dentro das salas de aula e ao mesmo tempo conseguiria produzir melhores resultados com seus alunos nas avaliações externas como o PISA, sempre associando ao uso das TDIC’s. Essa tal “eficiência” é atingida a partir da ótica empresarial, deixando de lado diversos outros aspectos educacionais que precisam ser valorizados e avaliados.

Já as formações com uma carga horária maior em aspectos teóricos que formam educadores reflexivos e críticos em relação a sua função pedagógica, são vistos como atrasados e entraves à melhora da educação. Encontramos declarações de diretores da OCDE e do Grupo Península que reproduzem esta crítica a grade curricular das licenciaturas mais comum nas universidades públicas.

Através da comparação entre as grades curriculares dos cursos de pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a do Instituto Península podemos observar a partir das diferenças como que os debates e questões relacionados a prática de ensino vão muito além das disciplinas que possuem a carga horária de estágio no curso do Singularidade.

Outro ponto que nos foi percebido através das ementas do curso de pedagogia do IS como é nebuloso as referências bibliográficas de cada disciplina. Não há nenhuma informação sobre quais são os autores utilizados como referência ao longo do curso. Isso dificulta uma análise mais profunda sobre as linhas pedagógicas adotadas pela instituição mas também aponto uma redução severa dos debates teóricos ou uma intenção de mascarar a linha teórica utilizada.

Uma das táticas defendidas pela OCDE para a implementação do seu programa de formação de professores eficazes são as formações continuadas. Observamos que além desta modalidade de ensino ser bastante rentável, ela também permite um alcance maior dos

professores que já estão na ativa. Ou seja, a formação do professor eficaz não se dará exclusivamente nas licenciaturas, eles almejam também ganhar para o seu projeto os educadores que já estão na ativa.

E por isso que o Grupo Península oferece dezenas de cursos nesta modalidade através do Instituto Península e da sua plataforma Vivescer. Essa última é possuiu uma quantidade bem menor de cursos em comparação ao IS, eles abordam temas que se relacionam questões socioemocionais às habilidades exigidas para um professor eficaz, ou seja, tutoria, controle de turma e habilidades com as TDIC's.

Durante a pandemia o Grupo Península efetivou mais de 20 parcerias com Estados e Municípios, em que oferecia os cursos do Vivescer a milhares de educadores, se beneficiando da janela de oportunidade apontadas por nós. A partir do contrato de colaboração feito com a prefeitura do Rio de Janeiro foi possível observar o volume de trabalhadores atingidos por esta iniciativa. Só nesta relação mais de 30 mil pessoas passaram pela plataforma do Vivescer.

Deste modo a partir das ações do Instituto Península realizadas durante a pandemia de COVID-19 conseguimos demonstrar a sua relação com a política de formação docente criada pela OCDE, que no mesmo tempo que faz da graduação de pedagogia do Instituto Singularidades um laboratório, atua “para fora” fomentando essa política através da formação continuada ofertada por eles.

Mas o Grupo Península fez mais do que só aplicar e divulgar o que defende a OCDE para a formação docente. A família Diniz através das suas instituições (IP, Vivescer, Singularidades, Impulsiona e o NAR) disputam através do campo educacional o seu quinhão dentro do campo hegemônico que hoje é dominante no Brasil, além de atuar na construção de consenso dentro da luta hegemônica que ocorre na sociedade civil. Neste sentido sua atuação enquanto aparelho privado de hegemonia que intervém na consolidação da pedagogia da hegemonia teve uma importância durante a pandemia.

Ainda há outras possibilidades exploratórias que esta pesquisa não conseguiu percorrer, como ouvir os estudantes do curso de pedagogia do Instituto Singularidade. Explorar o impacto dos educadores que participaram das parcerias do Vivescer e os entes federativos durante a pandemia. E o papel e impacto das pesquisas produzidas pelo IP durante a pandemia. Ou seja, ainda há bastante trabalho para quem deseja pesquisar atuação deste APH durante a pandemia.

Por fim, fica claro que a escola é um instrumento fundamental para a formação dos seres humanos, e por consequência, para a construção e consolidação de uma determinada hegemonia.

É por isso que diversos grupos da classe dominante criam seus APH's para intervir na política educacional, no dia a dia da escola e principalmente na conquista dos educadores para o seu campo hegemônico, mesmo que essa ação ocorra de forma inconsciente. Contudo, se é possível para a classe dominante, também é para os trabalhadores. A utilização da escola e da educação em si para a construção de uma outra visão de mundo, uma que atenda aos interesses dos trabalhadores não pode sair do horizonte daqueles educadores que desejam mudar a realidade dos seus alunos e da classe trabalhadora como um todo. Apesar do grande desafio que é driblar toda a pressão dos diversos APH e os demais atores da classe dominante, batalhar por uma formação “*omnilateral*” e construir uma alternativa hegemônica que atenda a classe trabalhadora mundialmente é a grande tarefa dos educadores marxistas e progressistas.

Bibliografia:

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Roberta G. V. de. **Considerações gramscianas: ideologia e hegemonia no contexto ditatorial brasileiro**. XVII Encontro Estadual de História ANPUH-OB, Pernambuco, volume 17, , número 1, p. 1208-1213, 2016.

BACICH, Lilian (org.); NETO, Adolfo Tanzi (org.); TREVISANI, Fernando de Mello (org.). **Ensino Híbrido Personalização e Tecnologia da Educação**. São Paulo: Grupo A, 2015.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de et al.. **O TALIS E O PISA E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL..** In: Anais do Simpósio de Grupos de Pesquisa sobre Formação de Professores do Brasil. Anais...Brasília(DF) Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/IVSIMPOSIODEGRUPOSDEPESQUISADEFORMACAODEPROFESSORES/342267-O-TALIS-E-O-PISA-E-SUAS-POSSIVEIS-IMPLICACOES-PARA-AS-POLITICAS-DE-FORMACAO-DE-PROFESSORES-NO-BRASIL>>. Acessado em: 30/07/2023

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI**. 2011, 380f. Tese (doutorado em serviço social) – UFRJ/ESS/Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

CÊA, G. S. dos SANTOS; SILVA, S. R. P.; SANTOS, I. M. De **“Educação Para Todos” para “Todos Pela Educação” : diacronias e sincronias da ofensiva do capital na educação**. RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade, v. 4, n. 6, p. 181-210, 30 jun. 2019.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Santiago, 2020. Disponível em:
https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/version_final_panorama_social_para_sala_prebisch-403-2021.pdf.

COLOMBO, Luiz Rabelo. **A Frente Liberal Ultraconservadora no Brasil – reflexões sobre e para além do Movimento Escola Sem Partido**. 2018. Dissertação (mestrado em Educação) – UFRRJ/Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DINIZ, Ana Maria. **A Urgência do Novo Ensino Médio**. ABMES, 2021. Disponível em:
 <<https://abmes.org.br/blog/detalhe/18411/a-urgencia-do-novo-ensino-medio>>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ e Editora da UFRJ, 2010.

GALASTRI, Leandro. A construção do bloco histórico: via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere, **IN Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p.80-92, 2o sem. 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, volume 1**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 4. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

_____. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luis Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002a.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 4.** Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Escritos políticos.** Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HOEVELER, R. C. . **O conceito de Aparelho Privado de Hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. Praxis e Hegemonia Popular,** Marília, ano 4, n. 5, p. 145-159, Ago/Dez, 2019. Disponível em:

<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/download/10792/6715/35032>>.

Acessado em: 21 de janeiro de 2021.

INSTITUTO PENÍNSULA. **O lugar da Educação Física na Educação: visão conceitual e lições internacionais para a experiência brasileira.** Disponível em: <

<https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/12/O-LUGAR-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-F%C3%8DSICA-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O.pdf>>.

Acessado em 23/06/2023.

LAMOSA, Rodrigo (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada.** Parnaíba: Terra sem amos, 2020.

_____. **A Nova Ofensiva do Capital na América Latina: todos pela educação?-XXIX Simpósio Nacional de História,** 7, 2017, Brasília, DF. Anais (on-line). Brasília: Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos, História e Democracia, 2017. Disponível: <http://bit.do/fJFKN> , 19 de janeiro de 2021.

LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937).** São Paulo: Boitempo, 2017.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo [et al.]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

RODRIGUES, Amanda. **O Grupo Globo e a formação do Trabalhador de novo tipo: atuação da Fundação Roberto Marinho na difusão da pedagogia da hegemonia (1977-2000)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRRJ/PPGEDUC - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Seropédica. 2020.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

OCDE. **Professores são importantes. Atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes**. São Paulo: Coedição Moderna: OCDE, 2006

SCHLEICHER, Andreas. **Maior desafio é tornar a profissão de professor intelectualmente atrativa**. Entrevista concedida a Vinícius Oliveira.. Disponível em < <https://porvir.org/maior-desafio-e-tornar-a-profissao-de-professor-intelectualmente-atrativa/> >. Acessada em 16/06/2023.

TRAJTENBERG, Marília El-Kaddoum. **Uma Constituinte pouco cidadã: as disputas do empresariado e as tentativas de intervenção dos trabalhadores na Constituinte de 1988**. 2015, 136f. Dissertação (mestrado em história) – UFF/ICHF Programa de Pós-Graduação em História.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Big Techs e os desafios atuais para a luta de classes**, Dossiê nº 46, São Paulo: Expressão Popular, 2021.

TUÃO, Renata Spadetti. **A Campanha Nacional pelo Direito a Educação: determinantes**

sócio-históricos do Projeto de Concertação Nacional. 2018. 291 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Sites:

ALESP <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?27/06/2022/apesar-de-subnotificacao—pandemia-fez-crescer-o-numero-de-criancas-e-adolescentes-no-trabalho-infantil-#:~:text=O%20estudo%2C%20realizado%20com%2052.744,por%201.000%20depois%20da%20pandemia.>>. Acessado em 19/11/2022.

Câmara dos Deputados <<https://www.camara.leg.br/noticias/749955-orcamento-2021-e-sancionado-educacao-economia-e-defesa-tem-maiores-cortes/>>. Acessado em 04/01/2022.

CUT BRASIL <<https://ce.cut.org.br/noticias/numero-de-assalariados-cai-aumenta-o-numero-de-empresas-sem-empregados-diz-ibge-a971>> . Acessado em 22 de agosto de 2022;

CNN Brasil <<https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/olhares-brasileiros/>> Acessado em 10 outubro de 2022;

Folha de São Paulo <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-desdenha-de-vacina-e-enaltece-kit-covid-um-dia-apos-cpi-apontar-9-crimes-dele-na-pandemia.shtml>>. Acessado em 03/01/2021.

LIEPE <<https://liepe.amandy.com.br>> . Acessado em 19 de janeiro de 2021;

Instituto Península <<https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>> . Acessado em 19 de janeiro de 2021;

Instituto Singularidades <<https://www.institutopeninsula.org.br/iniciativas/singularidades/>> . Acessado em 19 de janeiro de 2021;

LAPEI <<https://lapei.face.ufg.br/p/38984-relatorios>>. Acessado em 22 de agosto de 2022;

Linkedin <<https://www.linkedin.com/in/heloisamorel/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

MST <<https://mst.org.br/educacao/>>. Acessado em 06/06/2022.

Página pessoal do Abílio Diniz <<https://www.abiliodiniz.com.br/>>. Acessado em 12 de outubro de 2022;

Revista EXAME <<https://exame.com/negocios/quem-e-a-mulher-que-investe-a-fortuna-de-abilio-diniz/>>. Acessado em 14/10/2022.

SEBARE

<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebrae50mais50/noticias/pesquisa%E2%80%933mundial%E2%80%93de%E2%80%93empreendedorismo%E2%80%93divulgada%E2%80%9393no%E2%80%93projeto%E2%80%93sebrae%E2%80%9350mais50#:~:text=Realizada%20no%20Brasil%20em%20parceria,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20adulta%2C%20em%202020%2C>> . Acessado em 22 de agosto de 2022;

UOL Educação <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/05/05/corte-de-r-1-bi-restringe-assistencia-e-extensao-de-universidades-federais.htm>>. Acessado em 03/01/2022.

Pesquisas do Instituto Península:

ABMES, ANEC, CONSED, Profissão docente, UNDIME, INSTITUTO PENÍNSULA, “**O professor que queremos: fatores de qualidade na formação inicial docente**”, 05/2022.

Disponível em: <<https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/05/OprofessorQueQueremos.pdf>>. Acessado em 14/11/2022.

CONJUBE, Em Movimento, Conhecimento Social, Fundação Carlos Chagas, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Imaginable Futures, Instituto Península, Itaú Social, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, UNDIME, ONU para Educação Ciência e Cultura e a Visão Mundial. “**Retratos da educação no contexto da pandemia de COVID-**

19: um olhar sobre múltiplas desigualdades”, 09/2020. Disponível em:

<https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia_digital.pdf>. Acessado em 14/11/2022.

FGV, INSTITUTO PENÍNSULA. **“O que significa falar de Oferta e Demanda de professores na Educação Básica?”**, 2022. Disponível em

/<<https://www.institutopeninsula.org.br/o-que-significa-falar-de-oferta-e-demanda-de-professores-na-educacao-basica/>>. Acessado em 14/11/2022.

INSTITUTO PENÍNSULA. **“Desafios e perspectivas da educação: uma visão dos professores durante a pandemia”**, 2021. Disponível em:

<<https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Pulso-Volta-as-Aulas.pdf>>. Acessado em 14/11/2022;

_____. **“Educação a flor da pele”**, 2021. Disponível em <

https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Pesquisa-Valoriza%C3%A7%C3%A3o_Professores.pdf>. Acessado em 14/11/2022.

_____. **“Experiências de Ensino Híbrido na Formação Docente”**, 2021.

Disponível em: < <https://www.institutopeninsula.org.br/experiencias-de-ensino-hibrido-na-formacao-docente/>>. Acessado em 14/11/2022.

_____. **“Percepções do ensino híbrido na prática e formação dos professores”**, 2016. Disponível em <<https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Pesquisa-Ensino-H%C3%Adbrido.pdf>>. Acessado em 10 de

novembro de 2022.

_____. **“Percepção da população brasileira sobre a profissão professor”**,

2022. Disponível em < https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/10/RELATORIO_FINAL_INST_PENINSULA_2.pdf>. Acessado em 10 de novembro de 2022.

_____. **“Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus”**, 2020. Disponível em: < <https://www.institutopeninsula.org.br/wp->

[content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia_digital.pdf](https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia_digital.pdf)>. Acesso em 14/11/2022.

INSTITUTO PENÍNSULA, et al. **“Retratos da educação no contexto da pandemia de coronavírus – Um olhar sobre múltiplas desigualdades”**, 2020. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia_digital-_outubro20.pdf>. Acessado em 14/11/2022.

_____, et al. **“Retratos da educação no contexto da pandemia de Coronavírus – Perspectivas em diálogos,”** 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia_digital.pdf>. Acessado em 14/11/2022.

INSITUTO PENÍNSULA, PROFISSÃO DOCENTE. **“A percepção dos jovens sobre a profissão docente”**, 2021. Disponível em: <<https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Pesquisa-atratividade-2021.pdf>>. Acessado em 14/11/2022.